

REVISTA LITERÁRIA

ACADEMIA DE LETRAS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

ANO 3 - VOLUME 3 - 2016



Ministério Público do Estado de Minas Gerais
ACADEMIA DE LETRAS

REVISTA LITERÁRIA

ACADEMIA DE LETRAS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

ANO 3 - VOLUME 3 - 2016



R454 Revista Literária da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais

ano 1, v. 1, (jan./dez. 2014) - Belo Horizonte, 2014

Anual

ISSN 2446-8177

1. Literatura. 2. Academia de Letras.

CDU 805.05

REVISTA LITERÁRIA | ACADEMIA DE LETRAS MP/MG | ANO 3 | nº 3 | 2016
REVISTA LITERÁRIA DA ACADEMIA DE LETRAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS
GERAIS

Fundada em 2014

DIRETOR

Procurador de Justiça J. Cabral Netto

COLABORADORES

Amauri Artimos da Matta, Antônio Lopes Neto, Danielle de Guimarães Germano Arlé, Duarte Bernardo Gomes, Joaquim Cabral Netto, José Luiz Monti, José Raimundo Gomes da Cruz, Luiz Alberto de Almeida Magalhães, Luiz Carlos Abritta, Marcos Viola de Carvalho, Mário Cavalheiro Lisboa, Maurício Braga de Mendonça, Mônica Sofia Pinto Henriques da Silva, Osvaldo Oliveira Araújo Firmo, Raquel Pacheco Ribeiro de Souza, Sérgio Parreiras Abritta, Shirley Machado de Oliveira, Sérgio Soares da Silveira.

DIRETORIA DA ALMP/MG

Presidente – Luiz Carlos Abritta

Vice-Presidente – Antônio Lopes Neto

Secretário-Geral – Joaquim Cabral Netto

Tesoureiro – Marcos Paulo de Souza Miranda

CONSELHO FISCAL

Titulares

Bertoldo Mateus de Oliveira Filho

Maurício Braga de Mendonça

Maria Odete Souto Pereira

Suplentes

Abelardo Teixeira Nunes

Antônio Aurélio Santos

Luiz Alberto de Almeida Magalhães

REDAÇÃO

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

R. Timbiras, 2928 – Tel. (31) 2105-4878

30140-062 – BELO HORIZONTE – MG

REVISÃO

Juliana de Souza

FICHA CATALOGRÁFICA

Tatiana Augusta Duarte de Oliveira – CRB 2842 – 6ª Região

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Derval Braga Jr.

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora O Lutador

Sumário

Apresentação 7

I - Peças Ministeriais e Notas Judiciais Históricas..... 9

Um Promotor de Condenação *Legislação Mineira de 1838... 11*
O caso do cavalo "Melado" *Juiz Osvaldo Oliveira Araújo Firmo... 15*

II - Poemas 27

Só eu e você *Amauri Artimos da Mata... 29*
A Reinvenção do Mundo

Espírito Mundano? Desperdício? *Antônio Lopes Neto... 33*
Longínquas Freguesias
Vontade Socorrida por Deus
Retrato de uma época no Vale do Jaguaribe, Tudo em Preto e Branco
Vocações Sacerdotais no Suor do Sertão

Una y mil veces *José Luiz Montti... 45*
Moldeando sonidos
Amarcord
Mi tierra

Berenice *Mônica Sofia Pinto Henriques da Silva... 53*
Tempo
Os mortos
Memórias
Parlenda de amor

Viagem *Raquel Pacheco Ribeiro de Souza... 59*
Ausência
Mistérios

Lara *Sérgio Soares da Silveira... 63*
Um reflexo atemporal

Flor em ser *Shirley Machado de Oliveira... 67*

III - Contos, Crônicas e "Causos" 69

Carro de Mulher *Danielle de Guimarães Germano Arlé... 71*
Final de Ano

O Lombrosiano	<i>José Raimundo Gomes da Cruz...</i>	77
Que medo que nada Vovô Firmino	<i>Luiz Alberto de Almeida Magalhães...</i>	81
Presença do Entalhador José Coelho de Noronha em Madre de Deus de Minas	<i>Marcos Paulo de Souza Miranda...</i>	93
Apontamentos para a História do Registro do Paraibuna Tancredo Neves em Andrelândia: O "Causo" do Barbeiro		
Marido e Mulher (Após 40 anos de casados) Homenagem ao Leal, nos 60 anos da fundação da AMMP	<i>Marcos Viola de Carvalho...</i>	121
Criadores de Cavallo Crioulo Convite	<i>Mário Cavalheiro Lisboa...</i>	129
Um Orfeu na Praça dos Profetas De Brazópolis para o mundo	<i>Maurício Braga de Mendonça...</i>	137
IV - Depoimentos de Vida		145
Dirigindo uma Penitenciária	<i>Joaquim Cabral Netto...</i>	147
V - Críticas e Comentários Literários		157
<i>This Island's Mine</i> - Ressonâncias do teatro épico e pós-moderno na obra de Philip Osment	<i>Sérgio Parreiras Abritta...</i>	159
Em que consiste <i>o conto</i> , como gênero literário?	<i>José Raimundo Gomes da Cruz...</i>	173
VI - Ensaios.....		179
O totalitarismo na ótica de Hannah Arendt	<i>Duarte Bernardo Gomes...</i>	181
VI - Patronos das cadeiras homenageados		191
José Valeriano Rodrigues	<i>Luiz Carlos Abritta...</i>	193
VII - Nossos Colaboradores		205
IX - Integrantes e Patronos da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais		215

Apresentação

O lançamento do terceiro número da revista da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais é uma prova cabal de que nossa entidade cultural está trabalhando a pleno vapor. Além dos artigos dos Acadêmicos, outros colaboradores juntaram-se a nós, transmudando a publicação em um manancial importante nos meios literários.

A ALEMP/MG é a primeira academia do gênero no Brasil, ou seja, admite como efetivos somente membros do Ministério Público, da ativa ou aposentados. A par disso, são homenageados como patronos aquelas pessoas ilustres que integraram o “Parquet” no passado.

O SICOOBJUSMP, estabelecimento de crédito integrado por membros do Ministério Público e da Magistratura, alia os princípios éticos a uma administração dinâmica, comprometida com o cooperativismo, sistema que contribui de forma admirável para o desenvolvimento do país. Na presidência, está o Procurador de Justiça Amando Prates, coadjuvado por uma equipe de alto gabarito.

Ao patrocinar a edição da presente obra, o SICOOBJUSMP direcionou suas atividades para a cultura, segmento de suma importância para qualquer nação.

Parabéns aos Acadêmicos e a todos que colaboraram para que fosse possível a concretização do lançamento da Revista.

Luiz Carlos Abritta

Presidente da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais.

I

*Leças Ministeriais e
Notas Judiciais Históricas*

Um Promotor de Condenação

Legislação Mineira de 1838

Um Promotor de Condenação

Uma Resolução da Assembleia Legislativa Estadual de Minas Gerais, de 1838, mostra como a remuneração dos Promotores de Justiça estava diretamente ligada ao resultado da ação penal.

Registrada a ação V. do livro 1, de Registro de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial, Ouro Preto. Secretaria do Governo em 20 de Março de 1838.

“Honório Pereira de Azeredo Coutinho

Nesta Secretaria do Governo foi publicada a presente Resolução aos vinte oito dias do mês abril de 1838

LEI n. 9² – (6 de Março)¹

José Cesário de Miranda Ribeiro, Presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1^o - Nos processos, que os Promotores Públicos intentarem perante os Juizes de Paz por crimes, cujo definitivo julgamento lhes compita, vencerão somente os seguintes emolumentos:

§ 1^o - Se o acusado for condemnado, e a sentença confirmada nas Juntas de Paz, ou Tribunais superiores, oito mil reis.

§ - 2^o - Se o acusado for condemnado, no Juízo de Paz, e absolvido nos Superiores, quatro mil reis.

§ - 3^o - Se o acusado for absolvido no Juízo de Paz, não perceberão Emolumento algum.

1 A Ortografia original foi mantida na presente transcrição.

Art. 2º - Nos processos, cujo definitivo julgamento compete ao Jury, vencerão somente os seguintes emolumentos:

§ - 1º - Se o acusado for condenado no Jury de sentença do Município, ainda que seja depois absolvido no do Capital, ou no do Município mais vizinho, vinte e quatro mil reis.

§ - 2º - Se a condenação do acusado no Jury de Sentença se verificar, havendo o Promotor tomado a si o Processo depois de ter o primeiro Conselho achado matéria para a accusação, desesseis mil reis.

§ - 3º - Se o primeiro Conselho achar matéria para accusação, e o segundo absolver o acusado, havendo o Promotor intentado o Processo desde a origem, dez mil reis.

§ - 4º - Se a absolvição do acusado no segundo Conselho se verificar, havendo o Promotor tomado a si o Processo depois do primeiro Conselho achar matéria para accusação, doze mil reis.

§ - 5º - Se os Juizes formadores da culpa pronunciarem os accusados, e o Jury não acharem matéria para accusação, quatro mil reis.

Art. 3º - O Promotor Público da Capital da Província, ou do Município, onde se houver de julgar algum processo por appellação para o Jury respectivo, vencerá os mesmos emolumentos estabelecidos nos §§ 2. e 4. do artigo precedente.

Art. 4º - Estes emolumentos serão pagos pelo Cofre Provincial por ordem do Governo, passada a data de conta authentica, legalizada com Certidões, das quaes se evidencie o número das accusações, e a sua classificação segundo o disposto n'esta Lei.

Art. 5º - Os Promotores Publicos perceberão também a quarta parte de todas as multas applicadas pelo Codigo do Processo para as despesas das Camaras Municipaes, inclusive os impostos por quebramentos de fianças; ficando a seu cargo promover, e requerer cumulativamente com os Procuradores das

Comarcas, a imposição, e arrecadação da taes multas.

Art. 6º - As Camaras Municipaes, logo que for publicada a presente Lei, farão novas Propostas para Promotores Publicos.

Art. 7º - Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando pôr tanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contem. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e

Ouro Preto, aos seis dias do mez de março do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos e trinta e oito, Décimo septimo da Independencia, e do Imperio.

(LS) José Cezario de Mirando Ribiero.

Carta de Lei, que marca os emolumentos, que deverão vencer os Promotores Públicos, como n'ella se declara; e determina que logo depois da sua publicação fação as Camaras Municipaes novas propostas para nomeação destes Empregados

José Malaquias Baptista Franco a fez.

Sellada na Secretaria do Governo da Provincia em 7 de Março de 1838.

Herculano Ferreira Penna

Registrada a fls. 76 do Livro 1. de Registro de Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial,

Ouro Preto, Secretaria do Governo DM 20 de Março de 1838.

Honorio Pereira de Azeredo Coutinho.

Nesta Secretaria de Governo foi publicada a presente Lei aos vinteito dias do mez de Abril de 1838

Honório Pereira de Azevedo Coutinho

(Ouro Preto, tipografia do Correio de Minas, 1838.)

O caso do cavalo "Melado"

Juiz Osvaldo Oliveira Araújo Firmo

O caso do cavalo "Melado"

Uma das ações dignas de destaque, em decorrência do seu conteúdo e da sua forma de apresentação em Minas Gerais, encontra-se no processo de Busca e Apreensão número 2238/92, da Comarca de Manga, na qual eram partes Lourdes Pereira dos Santos x Jonas Torres Dourado.

Nela o advogado Helder Mota Ferreira (...) retratou com fidelidade e poesia o fato, no que foi acompanhado, também, com despachos e sentença pelo Juiz Osvaldo Oliveira Araújo Firmo.

Petição

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Manga-MG.

Lourdes Pereira dos Santos, (...) agricultora, residente e domiciliada na Fazenda Boa Vista, distrito de Panelinha II, Município e Comarca de Manga-MG, por Seu Procurador infra-assinado (...) vem, respeitosamente, perante V. Exa propor a Ação de Busca e Apreensão contra o Sr. Jonas Torres Dourado, (...) lavrador, residente e domiciliado na Fazenda Tapicuru, no lugar denominado Japuré, Município e Comarca de Manga-MG (...).

Que a requerente é proprietária de um cavalo "Melado", com estrutura grande, troncho da orelha esquerda, com aproximadamente 12 anos de idade, com crina e rabo também da cor melada, cujo animal se encontrava na Fazenda Boa Vista, próxima à propriedade do requerido.

Todavia, no dia 08 de julho do corrente ano, o animal acima qualificado, adentrou a propriedade do requerido, danificando pequena plantação de milho e causando insignificante prejuízo.

Acontece, V. Exa., que ao invés de o requerido procurar a requerente para receber sua plantação danificada pelo animal irracional, preferiu o exercício arbitrário das suas próprias razões, pegando o cavalo infrator e levando-o para sua propriedade, buscando a seu bel-prazer compensar os prejuízos alegados, como se a justiça fosse aplicada ao seu inteiro critério.

Não menos absurdo é o requerido submeter o pobre e inocente animal aos mais variados tipos de violências, privando-o de comida e usando-o de maneira exclusiva para todo tipo de tarefas, a fisionomia do animal já causa piedade em pessoas literalmente insensíveis.

Na realidade, V. Exa., o valor econômico do animal nem sequer corresponde às despesas processuais, várias e infrutíferas providências já foram tomadas, mas o requerido até hoje nem ao menos foi intimado para comparecer à Delegacia de Polícia (...).

Por outro lado, a requerente poderia usar do desforço imediato no sentido de defender o legítimo direito do seu patrimônio, mas, como pessoa de boa índole que é, preferiu trilhar o caminho da justiça, que, sabe, logrará êxito.

Termos em que pede deferimento.

Manga, 21 de outubro de 1992.

Helder Mota Ferreira - Advogado.

Despacho

Comarca de Manga. Proc. nº 2.238/92

Ação Busca e Apreensão

Requerida.: Lourdes Pereira dos Santos

Requerido.: Jonas Torres Dourado

Lourdes Pereira dos Santos,
mulher que é trabalhadora,
envolvida em muitos prantos:

brasileira, casada e agricultora
tem um cavalo farrista,
talvez uma parêha de bois...,
na Fazenda Boa Vista,
lá em Panelinha II.

Mas seu querido cavalo,
que trazia coisas pra cidade,
o grande e fiel "Melado"
troncho da orelha esquerda,
e com doze anos de idade,
se viu numa enrascada,
de arrepiar cauda e crina,
por uma causa explicada,
que por certo é pequenina.

É que Jonas Torres Dourado,
lavrador em Japuré,
também brasileiro e casado,
teve seu milho pisado
sob as patas do pangaré.

O bravo Torres Dourado,
sequer se fez de rogado,
ou quis merecer suplício:
estando bem chateado,
fez arbitrário exercício
de suas próprias razões
- coisa incomum na cidade,
mas sabida nos grotões.

Levou “Melado” pra casa,
pra Fazenda Tapicuru.
De milho de cova rasa
hoje ele come é angu.

Dona Lourdes é só saudade,
do “Melado” prestativo.
Tem notícias que ele sofre
nas mãos de quem é cativo.

E tão injusto é o confisco,
que as lágrimas de saudade
têm enchido o São Francisco...

Dizem os que o conhecem,
ao “Melado”, de verdade,
que sua fisionomia
causa a todos piedade.

Triste a sina de “Melado”,
quadrúpede inesquecível...
cuja sorte, é alardeado,
abala gente insensível.

Mas sua dona e patroa,
prefere as vias da lei,
tem fé na Constituição,
e pede em “liminal”,
sua busca e apreensão,
sem muito alarde geral.
Que tudo se faça à parte
do autor de vil prisão,

e, inaudita altera parte,
liberte-se o cavalo peão.

Mas não ficou acertado,
das provas como convém,
ao juízo confirmado,
que é dona daquilo que tem,
de seu cavalo “Melado”,
que não é puro alazão,
mas é bom no arado e canga,
e amado na região,
de Panelinha a Manga,
enfim por todo o sertão.

Em face disso, é preciso
ouvirem-se testemunhas,
pessoas de muito siso
em prévia justificação,
onde confirmem ao Juízo:
“Dona Lourdes tem razão”.

Pela urgência do pedido
do equino esperado,
o dia 13 se alinha,
azado que eu o entendo,
sexta-feira na folhinha,
do corrente mês - novembro -,
para a audiência marcado,
sem muito fazer alarde,
que o dia é macabro,
às duas horas da tarde.

E venha a gente amiga,
de a pé ou sobre barca,
ao Fórum “Dr. Ortiga”,
na sede desta Comarca.

E o dia será de sorte,
para o “Melado” azarão,
que, comendo milho alheio,
cumpre pena desde então.

Intime-se por mandado
a quem de direito queira
e ao douto Advogado,
Dr. Helder Mota Ferreira,
por ordem deste togado
da Magistratura Mineira,
e que vem abaixo-assinado,
em Manga, com o sol rompendo,
no dia 10 de novembro.

Certidão

Certifico que expedi mandado de intimação, entregando-o ao Oficial Judiciário, para o devido cumprimento. Dou fé, Manga, 10 de novembro de 1992. O Técnico Judiciário.

Pedido de arquivamento

Excelentíssimo Juiz,
poeta bem adornado,
aqui venho, procurador,
nos autos, e abaixo-assinado,

narrar o fim deste feito,
que mal se viu começado,
e pedir o arquivamento,
por ordem deste Togado.

“Melado” já está em casa,
na Fazenda Boa Vista,
descansando do sofrimento,
de que por certo foi vítima.
Corre atrás de touro bravo,
sem ter o menor cuidado,
não pode é ver pé de milho,
que fica desesperado...

A chegada de “Melado”,
foi marcada de emoção,
do lado de Dona Lourdes,
autora desta Ação,
e com eles, seu marido,
e Zequinha no violão,
sanfona de oito baixos,
tocada por Zé Paixão.

Foi grande felicidade,
na Região de Japuré,
“Melado” chegou com festa,
fórró e arrasta-pé.

Agora é só ter cuidado,
e um pouco de maldade,
pois os momentos vividos
não lhe deixaram saudade.

Dona Lourdes, com notório
ar de ter satisfação,
já veio a meu escritório,
manifestar gratidão,
confiada na Justiça,
que provocou a soltura
e pôs a “força” submissa.
Louvou a Magistratura
e vai mandar rezar missa.

Pelo Motivo exposto,
de pouca fundamentação,
se perdeu o objeto,
acabou também a ação.
Aos autos, adeus: ao arquivo,
como a Lei determina,
mas sem antes pagar as custas
(por certo são pequeninas).

O Despacho de V. Exa.,
além de bem fundamentado,
mostrou a enorme competência
deste Jovem Magistrado,
que, com pouco tempo em Manga,
nos causa admiração:
culto e inteligente,
age com dedicação.

Desfeito todo o tormento,
aguardam os autos despacho,
pondo fim ao sofrimento
do Melado feito capacho.

Pede, pois, deferimento,
do pedido de arquivamento,
em Manga, muito chovendo,
no dia 17 de dezembro.

Helder Mota Ferreira - Advogado, OAB: 75.584.

Conclusão

Aos dezoito de dezembro de mil
novecentos e noventa e dois,
até eu, escrivão, que lhe
faço conclusão,
já me acho entendido com
o caso do “Melado”.
Peço a V. Exa. permissão,
com respeito e admiração,
que profira uma decisão,
acabe com a brincadeira
e mande o processo para
a “prateleira”.

Assino eu, Ulisses Ferreira.

Decisão

Segue a minha decisão
Não feita com muita arte,
Mas com toda atenção
Em duas laudas à parte.

Manga, 18 de dezembro de 1992

Sentença

Do ilustre Advogado,
um combativo Doutor,
nas lides gabaritado,
e da poesia bom cultor,
recebo em conclusão
pedido de arquivamento
em métrica petição.

Melado, neste juízo,
é história que tem final.
Laborou em prejuízo
ao pisar no milharal.

Voltou pra casa contente,
para alegria geral
de todo e qualquer parente,
dos instruídos aos sem grau.

De Manga a Japuré,
foi tudo uma festa pois:
motivo de arrasta-pé
lá em Panelinha II.

No Juízo fez sucesso
sem nunca aparecer.
Iniciada a porfia,
no pedido de regresso
do Melado de valia,
teve despacho impresso
em forma de poesia
(jocosa que eu a confesso).

Devolvido o bom Melado,
melou-se toda a lide:
está o pedido acatado
e sem merecer revide;
Melado está no campo
pastando capim nativo,
e seu processo, portanto,
que vá repousar no arquivo.

Até o Escrivão se apanha,
sem muito trazer senão,
fazendo versos com manha,
de cantador do sertão.

Cumpra-se este despacho,
arquivando-se o processo,
pela perda de objeto.
E as custas, sem profusão,
depois do feito contado,
incluída a inflação,
pague a dona de Melado.
Está o caso encerrado.

Em Manga, com o rio enchendo, carregando porco e bois,
em 18 de dezembro, do ano de 1992.

II

Poemas

Só eu e você

A Reinvenção do Mundo

Amauri Artimos da Mata

Só eu e você

Quem pode achar esse alguém?
Que está dentro de mim
E quer se encontrar?
Quem pode tirar essa dor?
Que eu carrego no peito
E não quer me deixar?
Quem pode tocar esse meu coração?
Pra que eu volte a sorrir
E possa sonhar?
Quem pode ensinar a melhor direção?
Que eu tenho a seguir?
Só eu... E você...
Foi assim que aprendi
De tanto andar por aí
Você me ama e sofre
Você me odeia e agride
Você me pega nos braços
Me beija os lábios
E chora por mim...
Deixa a mágoa passar
E a esperança chegar
Me dê a sua mão amiga
Na rua eu não quero ficar
Deixa a mágoa passar
E a esperança chegar
Me dê a sua mão amiga
Me leva pra casa
Na rua eu não quero ficar

A reinvenção do mundo

Se em sonho eu pudesse
O mundo reinventar
Enquanto não terminasse
Jamais iria acordar
A realidade seria
Uma linda melodia
E nós instrumentos
Das mais belas poesias
Uns cantariam a tristeza
Outros a alegria
Num bailar infinito
Próprio da noite e do dia
Artistas e sentimentos
Com suas vozes amigas
Se revezando no palco
Mostrando o equilíbrio da vida
Ninguém ficaria só triste
Todos seriam felizes
Revendo esse cenário
Eu não me enxergaria
A identidade que importa
É a minha filosofia
O lugar que ocupo
Onde quero chegar

Com quem moro ou durmo
Não preciso explicar
Diferentes famílias
São diversas nações
Espalhadas no mundo
Com suas tradições
O importante na vida
É a gente lembrar
Só existem pessoas
Nelas que devemos pensar

Espírito Mundano? Desperdício?

Longínquas Freguesias

Vontade Socorrida por Deus

Retrato de uma época no Vale do Jaguaribe,
tudo em preto e branco

Vocações Sacerdotais no Suor do Sertão

Antônio Lopes Neto

Espírito Mundano? Desperdício?

O sol incandescente de imaturidade juvenil
distante da verdade evangélica dos cristãos
entremeada de vocação sacerdotal enclausurada
fez do pároco um corrompido excomungado
ante o amor precoce da cigana Ana
uma linda mucama do Seminário-Maior de
Mariana.

Com quinze anos de vida em rochedos
ela, doce como o mel da jandaíra,
sepulta o germe da divina vocação
fazendo do padre o seu pupilo
abraçando todos os perigos do sertão!
Amantes com ciúmes sisudos e
desafiadores...

Agasalhando a paixão dos corpos enlouquecidos
a Pastoral dos Anjos das missas conventuais
transpõe os portais da Diocese do Vale
levando o casal para a bênção da Padroeira...
Escusando-me alongar sobre o romance proibido
logo se edita um texto de salvação das almas!

Tensões de vozes de civilizações
paganizadas,
em tons inescrupulosos contra as tradições,
campeavam livremente entre os mortais.

Um mundo de devassos e sexo explícito...
E os sagrados livros do cristianismo,
de leitura escassa, ficavam esquecidos.

Que venha o remédio para atenuar o mal
elevando a virtude dos fiéis adormecidos
como incremento de uma obra pontifícia.
Trombetas na catedral da salvação humana
entoando o pregar de Deus e da Igreja!
Espíritos pagãos enveredam-se na escuridão
e a luz da acolhida explode nos corações.

Em outro estágio, Joaquim, o pecador de
batina,
arrependido dos pecados e de sua hediondez
é novamente convocado para o novo
sacerdócio
e com intensa vibração renova sua outra vida:
comunhão de um colóquio de santos
protetores!
E o socorro aos desprezados leprosos das
cavernas
redimiu o vigário de todos os pecados...
Seria a força das ricas e fecundas bênçãos?
Imaginação solta nas sombras dos
jequitibás...

Longínquas Freguesias

Enxergando lamparina de chama sem pavio?
Emergindo da obscuridade de escritor
deposito na compreensão do leitor paciente
a dose de acrisoladas virtudes do estímulo.
Onde encontrar a claridade do texto envolvente?
Desfilam no pensamento variadas cerimônias
onde florescem batizados de generosidade!

Oxalá pudesse empunhar o cobiçado báculo
que o rei dos poetas trazia em suas mãos
rimadas
como prova da exuberante capacidade
literária.

As diversidades criativas, todas tão caras,
apagam estrelas perdidas entre trevas
transformando-as em constelações de paz...

Vem o açoite dos versos corroendo a triste alma
quando entoia um alvoroço de muito sofrimento.
Tateando as linhas deste instante de incertezas
ergue-se a mente extasiada aos patricios
experientes
e sob os cajados da arte literária das penas
repentistas
surgem composições de prestimosas dádivas... Fé?

Pastoreando a mente cansada e sentinela
os veneráveis das academias dos imortais
não esquecem do vasto torrão intertropical...
Conforta-nos essa perene e salutar vigilância,
que recorta a difícil viagem de ventania
intensa...

E, na verdade, o que o aprendiz mais almeja
é encontrar as viçosas colmeias da felicidade
orvalhadas pela perene e encantada primavera.
E sob o calor crestante da impiedosa caatinga
que o canto dos canários nas longas estiagens
suavizem o cataclismo que sufoca a sociedade!

Ó Deus, Pai de Abraão, *extremamente generoso*,
que se dê a César o que é de César
e ao sertanejo a riqueza do sertão...
E os que sonham em se locupletar
com o suor do camponês sem instrução,
não passam de mariposas de asas
ambiciosas,
todas avarentas, cruéis, sem
benemerências...

Na *cacunda* da cantiga no modo lá das Danças
a moda de viola na minha memória grisalha,
tomada por um sentimento de autêntico sertanejo,
derrapava nos rincões e nos carnaubais poéticos...
E nas soalheiras da impiedade, os rostos
desfigurados
giravam nas cordas musicais do firmamento social

sonhando com o surgimento do apóstolo da
caridade!

Faces magras e um coração de mocidade
perdida...

Fermentação da cultura limoeirense enraizada:
até que outra encarnação... Até que a morte...

Vontade socorrida por Deus

Ventres maternos enaltecidos por Jesus Cristo
o humano responsável pela regeneração dos
pecadores.

A sua iluminada inteligência divina e piedosa
dotada de lucidez, humildade e grande sabedoria,
sempre inspirada pela Providência de Deus Pai,
sob a proteção do Espírito Santo, subiu aos céus
deixando no mundo da Santíssima Trindade
as bases de uma Igreja cristã de muita fé!

E os anjos da Anunciação, abnegados,
falavam dos louros da vitória no Calvário
onde Maria Santíssima com o múnus episcopal
superou a couraça da mortificação do filho
e com orações e as luzes da razão, venceu!
Ela não se aniquilou no comodismo do desânimo
e abateu os que pregavam as chamas da
derrota.

Domados os sentimentos de rebeldia do Povo Judeu,
a obediência, o amor ao trabalho e a pureza
triunfaram!

E o exemplo de José e Maria, de disciplina,
servia de estímulo cativante para os incrédulos...
A crença no Santo Evangelho avançava
e o homem-vontade descobria a divina Providência.

Aos poucos, a desespiritualização diminuía,
restringindo os prazeres ante os limites da lei.
Uma nova jornada cristã através da vida?

O Livro dos Provérbios entre oceanos
afastando as incertezas dos mais jovens
faz da adolescência um farol de conquistas
em que as obrigações são ensinadas
pacientemente.
Eliminando os conflitos a nau flutua
nos passatempos saudáveis e dos estudos.

E os moços de belos sentimentos empolgados
na quadra da justiça comunitária do patriotismo
domam a rebeldia da idade mais ingrata
e proclamam a adesão à doutrina cristã.
Nos dias sem desvelo enaltecem a figura dos pais
E veem no matrimônio um toque de santidade...
A rainha-mãe na felicidade do lar encanta!
É a Eucaristia do Povo de Jerusalém vigoroso
irradiando os dogmas que modelam o rebanho
em que os prodígios exortam a autoridade do Pai.

Retrato de uma época no vale do Jaguaribe, tudo em preto e branco

Angariando donativos para a edificação da catedral cristãos devotos acendrados pela causa da Paróquia faziam do Episcopado limoeirense do sertão sofrido um povoado de almas telúricas comprometidas com o social.

A vida religiosa da cidade-ilha de reminiscências mil exterminava o lúgubre pesadelo das amarguras que os ruralistas da seca carregavam nos seus ombros... Sepulta-se, pois, a situação de terrível expectativa!

Um Antônio defendia a abertura de novos sebos e de grandes livrarias de interessante valor para minimizar os tumores malignos da alienação.

E na fartura do inverno do Nordeste chuvoso, semeava-se um fecundo trabalho cheio de humanismo!

Era preciso arrombar o grande açude do analfabetismo.

Uma gritaria geral: palavras abalando o sossego?
Saudades de Ezequiel, o prosador e poeta das Danças
defensor da Teologia Vanguardista da Libertação.
Luzes salpicadas de esperanças nos carnaubais
viçosos

eram como nesgas de felicidade entre os massacrados que, como guerrilheiros da fome, derrubavam a empáfia fazendo dos patrões pessoas desprovidas de nacionalidade.

A maravilha: visões de paisagens e costumes...
Acumulando dívidas com o envolvente passado
escuta-se jandaias e os sabiás nas graviolas
nos tempos da infância sem flagelos de sequelas.
Ignora-se os exploradores dos pobres das
caatingas
onde a labuta infatigavelmente era a realidade.

Andando e celebrando um pensamento novo
arruma-se as malas da fonte da história
deixando para trás as muitas referências boas
em troca da imaginação tirada do baú.
Páginas cheias de escritas não confiáveis?
Leve-se o leitor viajante aos lugares celestiais...

Nos olhos d'água dos currais dos sonhos
a bica dos milagres da capelinha santa
registrava doações de viúvas e balzaquianas
para manter acesas as velas do altar rústico.
Longe a imagem das fazendas belas e vistosas
pontilhadas de currais de tantos bovinos;
manadas de bois gordos tocadas aos grandes
centros
e outro tanto para os engenhos dos senhores do
poder...

Vocações Sacerdotais no Suor do Sertão

Ele veio de um paroquiado desconfortável
em que a violência superava toda a paciência.
A sua vocação sacerdotal era muito sólida
e seu zelo apostólico de púrpura vibrante
encorajava muitas vocações latentes...
E dizia que se for preciso Cristo intervirá
fazendo milagres como o dos pães e dos peixes.
Um rezador crente na providência divina!

Seminaristas na busca da afirmação da fé,
fortificados pelo sangue de Jesus Cristo
e nas palavras da intensa ação católica.
No sublime dever da castidade
sobrepõem a amargura da solidão...
Sacrifícios com coroas de glórias diárias
descartam os espinhos das tentações carnavais
com as mentes voltadas para as coisas
espirituais.

E o lavrador orgulha-se do filho sacerdote
formador de novos padres de espírito social.
A asseveração dos religiosos ao amor
acende no Jesus Eucarístico a esperança
de ver um mundo de solidariedade plena.
Empolgado com o povo do ubérrimo rincão
o professor-vigário homenageia seu pai

que de mãos calejadas dá-lhe a bênção
como despedida da existência sofrida.

E as duas filhas freiras do defunto
olhando para a cruz do caixão fechado
inundam o velório de muitas orações
motivando a alma da cristandade atuante.
A rica seiva de vitalidade transbordou...

Lá se foi um cidadão de abundante colheita
na qual os frutos espirituais tornaram-se imortais.
A viúva no leito de sublimado amor materno
assiste à consagração das glórias eternas
ofuscar a cintilação dos olhares pecadores.
E na pequena Hóstia Consagrada ali existente
todos rejubilaram-se com Jesus, o Filho Salvador,
enviado para a mais nobre missão terrestre!
Ó Pai da Libertação... Ó Todo Poderoso...

Una y mil veces

Moldeando sonidos

Amarcord

Mi tierra

José Luiz Montti

Una y mil veces

Una y mil veces
vendavales de violencia
de ira y de rencor
se abatirán sobre la casa,
conmoverán sus cimientos
golpearán sus paredes
y la derribarán.

Una y mil veces
correré a levantarla;
verteré la paz en sus cimientos
elevaré sus paredes con amor
con paciencia extrema
sostendré sus techos
con caridad la reconstruiré.

Una y mil veces
la aurora desvanecerá sueños
los esfumará lentamente
como el rocío en la mañana.

Una y mil veces
los volveré a soñar
y fecundaré nuevos cada noche
hasta inundar con ellos
cada amanecer.

Una y mil veces
la oscuridad cegará la luz
hundirá en las tinieblas los espíritus

Una y mil veces
encenderé un candil
y otro y otro más,
me batiré contra el miedo
y la penumbra
extendiendo hasta el confín
la claridad.

Moldeando sonidos

No sé de versos
no sé de poemas,
dejo correr la pluma
como la sangre en mis venas.

De las letras ignoro
toda ciencia,
la improvisación es mi estilo,
mi fuente la experiencia.

No practico el arte
juglaresco de la rima.
Soy imaginación que vuela,
distracción que camina.

Es arduo menester
el oficio de escribir
para moldear en versos
nuestro pensar y sentir.

Amarcord

Ahora recuerdo...
el amor furtivo y apasionado
de la primera década,
de clase en clase y de café en café,
cigarrillos inconclusos,
apuntes apresurados y besos de pasillo,
discusiones interminables;
amor incipiente que emprende un camino,
entre euforia y arrebatos,
racionalidad extenuante e irascible juventud.

Recuerdo también
el amor organizado
de la segunda década,
pañal y mamadera, mamadera y pañal,
cuna, cochecito y cascabel;
trabajo duro de día y de noche,
sábados de abuelos,
domingos de calesita y teatro infantil,
vacaciones en la playa
con arena y crema solar.

Y de recuerdo en recuerdo
casi sin notarlo
entre corridas de partos y guardias
pediátricas,

entre cuadernos y útiles escolares,
entre secundario y universidad,
el paso del tiempo ha empequeñecido
la porción propia de nuestras vidas,
el nosotros ha ido creciendo,
envolviéndonos
el amor apacible de la tercera década.

Mi tierra

He clavado en esta tierra mis cimientos,
he grabado su perfil en mis entrañas,
he encarnado al indómito Sarmiento
y al sufrido Belgrano en sus hazañas.

Me acongoja el desierto como a Alberdi,
su desafío me impulsa como a Roca,
Avellaneda me inspira en el progreso
y es Estrada quien me alienta en la derrota.

Me atormentan los males de este suelo
al ver cuánto erraron el camino
en décadas de escarnio y desatino
los pilotos que guiaron su destino.

A educar a sus gentes doy mis horas,
como a Mitre me desvela la ignorancia,
detesto la avidez que nos devora,
la insensatez que hoy se viste de arrogancia.

Quiero mirar el futuro en nuestra infancia,
y arrancando sus fuerzas de la nada,
una juventud perseverante y estudiosa
como Lisandro de la Torre la soñaba.

Berenice

Tempo

Os mortos

Memórias

Parlenda de amor

Mônica Sofia Henriques da Silva

Berenice

Não saiu o grito
Sufocado na garganta
A boca manchada de batom vermelho
Como o sangue que escorreu no tapete
Como o resto de vinho na taça
E o desbotado da cortina barata.
Não importa.
Ainda que houvesse o grito
Os ouvidos estão tampados
As bocas fechadas
Os olhos cegos
Silêncio
Só o vermelho
Da boca vinho sangue
E dos corações amargurados.

Tempo

Chove fininho
Meu pai vigia o meu andar
Olho para trás e ele acena
Estou indo para casa.
Chove fininho
O menino pede “Moça, dá um café?”
Digo sim – e ele segue comigo
Chego.
A casa dos meus pais.
Vou entrando, estão todos lá.
“Vó, o menino quer café!”
Tudo some.
Sonho.
Chove fininho dentro de mim.

Os mortos

Não sei onde foram parar alguns
personagens do livro
Sumiram
Páginas rasgadas
Terei que contar apenas com o lembrado?
Ora, O que rasga as folhas também escreve
outros
enredos
Surpreende com novas personagens
Mas permaneço buscando os que
desapareceram
Vasculho o lixo o pó os cantos escuros
Me desespero
Quem rasgou o livro?
Quem interferiu na história?
Cansada, me submeto.
Jogo o olhar sobre as páginas recém
descobertas.
Me permito amá-las sentindo seu cheiro a
novo.
Mas, quando fecho o livro, caço
reminiscências.

Memórias

Hoje eu quero a casa dos meus pais
Quero seus corredores seu móveis antigos
Quero meu quarto de solteira – livros e sonhos
Hoje eu quero a casa dos meus pais
Quero a avó na cozinha
O cheiro de comida e jardim
O cachorro latindo
O sol na janela
Quero o afago de mãe
E o trabalho do pai
Quero ser sem ser
Subir as escadas e dormir
Na casa dos meus pais

Varanda de amor

Que diferença faz se José ama Joaquim?
E se estão abraçados no botequim?
Que diferença faz se o cravo cheira a jasmim?
Se nasceram no mesmo canteiro do jardim?
Que diferença faz se José não ama a mim?
E Joaquim não quer bailar de arlequim?
Que diferença faz se o amor é assim?

Viagem

Ausência

Mistérios

Raquel Pacheco Ribeiro de Souza

Viagem

Eu vou descalço porque o tempo é curto
E a caminhada é longa.
Vou sem medo, porque muitas mãos me
amparam.
Vou levado, porque não conheço o caminho.
Vou sem nada, porque tudo que tenho está
dentro
de mim.

Ausência

O som sombrio da sua voz não dita,
impronunciando palavras,
perdidas num olhar vazio,
fixado nas paredes,
como molduras de dor.

E de ausência.

O descarrilar inclemente de seu eu,
percorrendo labirintos,
melancólicos, longínquos,
ancorado no infinito,
qual um brado de pavor.

E de ausência.

O grande fosso que de repente irrompe,
Ecoando nada onde quer que eu esteja,
Enche meu espírito de saudade,
Meu coração de tristeza.

E de ausência.

Mistérios

Rostos que se cruzam,
Se entreolham,
Se desconhecem.

Que vida há em cada rosto?
Que reflexo há em cada olho?
Que caminho há em cada passo?

Que motivos fizeram esse instante?

Quem sabe entender o coração pulsante
Ou ousa deslindar seus nós incertos?
Quem sabe ler da vida os dialetos,
Para os quais somos todos analfabetos?

Lara

Um reflexo atemporal

Sérgio Soares da Silveira

Lara

Abrem-se as cortinas
Tem início o espetáculo
Seus olhos tão brilhantes
De doçura inigualável.
Qual o mar exuberante
O balançar de seus cachos
A criança, radiante
Embalada em meus braços.
Brilha o sol em seus cabelos
Fios de ouro, delicados
É tão linda, flor serena
O infinito em um abraço.
Das Gerais surge um presente
Renovando-se o amparo
Forte povo, tão valente
Amor puro, amor nato.

Um Reflexo Atemporal

O amor nasce no abismo
No fundo, não há temor
No sorriso, o frescor
Estamos envoltos em abrigo
Meu pequeno eu, espelho
Seus rompantes juvenis
Explosões, estudantis
Pois assim, em ti, me vejo
Que a nossa paz se eleve
Em ritmo suave e leve
Sol nascente, fonte perene
Pai e filho, para sempre.

Flor em ser

Shirley Machado de Oliveira

Flor em ser

Num acaso de mil verdes,
És tu apenas árvore
Robusta, bruta, enraizada
Delineada de possível cor
E timidamente mata
Porém, quando num mar de tua florada,
Deixa teu fascínio mostrar
És a vida com nome,
A beleza a despertar.
Cumpra a tua missão de semente
Neste simples estar florindo
Imprime tua aura no horizonte
Benze que lhe cruza o caminho.
Teus trechos abraçam a terra
E retribuem-lhe a esperança
E tu, ser completo,
Rouba o olhar sereno que lhe dança.
Já não és somente árvore.
Mas todo teu universo liberto.

III

Contos, Crônicas e "Causos"

Carro de Mulher

Final de Ano

Danielle de Guimarães Germano Arlé

Carro de Mulher

Discordo da definição de carro como meio de transporte terrestre. Carro é mais do que isto ao menos quando se trata de carro de mulher. Sendo capazes de expandirmos a alma além do mirrado limite do corpo, carro, para nós, deixa de ser simples coisa para tornar-se um reflexo de nós. Esta falta de timidez do espírito feminino, permite-nos a projeção do ser em quase tudo o que vemos ou tocamos e nos transforma numa espécie de Midas às avessas, capazes de modificar objetos inanimados, em quase viventes; afinal, qual a mulher que nunca conversou com seu carro, sorriu para a pequena imagem do espelho do pára-sol ao passar batom ou partilhou, com o assim chamado “veículo”, sua animada interpretação de *Madonna*? Posso afirmar, sem exagero, que meu carro é quase onisciente.

Como o charmoso “*Herby*” do cinema, se meu carro falasse, poderia escrever um livro. Aposto que gostaria da experiência, pois, como a dona, adora contar histórias e já quis ser escritor. Então, aproveitando-se de seu “amarelo-cheguei”, ele poderia irradiar, em forma de prosa ou poesia (conforme fosse sua inspiração no dia), tudo aquilo que sabe e guarda sob chave, entre quatro portas. Por certo, contaria que, de manhã bem cedo, sai vestido de malhador, nuns dias, ou de boxer, noutros, levando luvas de musculação ou box, garrafa d’água e toalha (combinando, lógico, pois é carro de mulher; que, ao subir o morro na volta, leva para casa, além do suor em bicas, um delicioso cheirinho de pão fresco e a já saudade dos que deixou dormindo; que, ainda pela manhã, aprende lições de inglês com tagarelas e lindas crianças, vibra com as notícias dos gols das aulas de futebol e serve de depósito de “*Power-Rangers*”, perdidos e achados quando em vez, entocados em cada porta-trecos. Reclamando da falta de descanso e da falta

de tempo adequando para todas as transmutações, diria que, logo depois do almoço, tem que enfrentar o espetar do salto em seus pedais, mas que é recompensado com a partilha de um doce beijo de até-logo dos pequenos amados, que por vezes ele deixa na porta da escola. Indo além, faria o relato do barato que lhe dá o cheiro do esmalte vermelho, ainda fresco, de todas as quintas ou da náusea que sente com o forte odor do *"Cheetos"*, liberado apenas nas sextas, para sua sorte e saúde. Poderia, o carro, expor questões jurídicas (pois, de tanto ouvir, já aprendeu a apreciar os embates a respeito do Direito aplicado) ou, ainda, contar de choros emocionados que o invadem após as apresentações dos filhos, um pouco seus também. Falaria de sua adoração por Chico Buarque (cujas letras já consegue interpretar) e de livros que já leu, nele sempre guardados para facilitar a espera entre as compras do mercado e o final das aulas dos barulhentos miúdos. Narraria, vangloriando-se, a velocidade que é capaz de desenvolver para atender a um chamado do filho que caiu do palco num ensaio ou que está com febre na escola. Como não sabe mesmo guardar segredo (pecado perdoável, tratando-se de carro feminino), ele violaria até o pacto de sigilo que tem com o par de sapatilhas (aquelas, envoltas num saco de pano cor-de-rosa, que lhe confidenciam, em cochichos, os passos da até então secreta coreografia de dança).

Acho mesmo que meu carro teria lindas histórias para contar, talvez num salão de carros femininos, onde tantos outros dariam seus depoimento a de como fazer para carregar inesgotáveis faces da mesma pessoa, meninas, mulheres, mães, filhas, bailarinas, boxeadoras, profissionais, molecas, esposas e amantes. Para uns, seriam histórias de carros, apenas, absurdas e incríveis por si sós. Seriam deliciosos relatos, contudo, para aqueles capazes do pleno entendimento da maravilha que é a mulher e poder remir, num só ente, tantas aparentes contradições sem perder a admirável unidade.

Final de Ano

Sempre gostei de Natal. Casa da avó, presentes na árvore e esperas ansiosas pela chegada do velhinho de barba branca (acho que todo mundo que se preze acreditou, por mais ou menos tempo, na doce figura de roupa vermelha, por mais absurdo que pudesse parecer o seu traje de inverno do pólo norte em pleno mês de dezembro tropical). A casa da avó, que antes recebia os excitados netos naquele dia de Natal (e nos outros quase 364 do ano) abriga, hoje, uma formosa senhora de cabelos brancos e suas ajudantes. Já não fala e a voz esganiçada e ruiva, que antes ralhava com os cinco filhos do trio de filhas, hoje não é mais ouvida. O nosso verdadeiro bom velhinho já comemora a data noutra dimensão, de certo brindando conosco. A casa, como matéria, até mudou de endereço. Mas continuo, mesmo assim adorando o Natal. Os netos cresceram e se bandearam, na maioria, de estado; o mais querido dos pais já se foi deste plano e outro criou nova família para onde ir nos dias de Natal, mas, insisto, o Natal vale a pena. É que os netos ainda têm amor, a si, aos pais, aos tios, e aos avós. Os cinco originários se multiplicaram em lindos bisnetos e é para estes que ensinamos que a bisa, apesar de não mais falar ou andar sozinha, os ama de verdade e o biso, que não os conheceu em vida, é a sua estrela-guia das noites do dia 24 de dezembro e de todas as demais; é para eles que mostramos que Natal não se resume a cidades enfeitadas e cartas ao Papai Noel, pois estas acontecem uma vez ao ano, mas o espírito de Natal é eterno.

Sempre gostei de Ano-Novo também, apesar de o dia 31 de dezembro ter levado, certo ano, não só folhas usadas do calendário, mas o amadíssimo avô que habitava a cobertura do coração de todos nós. Ano-Novo traz branco, champagne, uvas engolidas em estranhos malabarismos e até banhos de sal-grosso. Traz, por

outro lado, votos de renovação do amor, da fé e da certeza de que, apesar de tudo o que está errado, anda podemos nos mudar e mudar o mundo, nem que seja a conta-gotas. Traz agendas novas e a deliciosa oportunidade de escrevermos, para nós, novos projetos e compromissos agradáveis (acho que devíamos lançar a moda de duas agendas, uma para coisas entediadas e vencimentos de contas e outra para entrega de prêmios literários recebidos por filhos poetas, formatura de filhos que saem do pré como intenso leitores, noites de apresentação de artes dos pequenos, chopes com amigos, palestras do Frei Beto e nomes de livros que ainda queremos ler). Traz o Ano-Novo, ainda, a esperança de, seguindo o conselho de Drummond, fazermos um novo ano dentro de nós e de não guardarmos nas gavetas, da alma ou do criado-mudo, a imensa lista de metas a serem atingidas.

O final do ano é um mero ritual de passagem, já que o tempo é conceito criado pelo homem. Contudo, é de todo necessário para que, com a desculpa de uma nova era, sirva, de um lado, de oportunidade de agradecimento por todas as graças recebidas e, de outro, como marco zero, para acertos e mancadas, que, esperamos, ao menos sejam inéditas.

Agradeçamos e recomeçamos, aproveitando a rara oportunidade que todo final de ano nos traz.

O Lombrosiano

José Raimundo Gomes da Cruz

O Lombrosiano

Desceu da carroceria de um caminhão ou do vagão de segunda classe da Central. Parece que trazia uma pequena mala; é certo que trazia na face a experiência das secas do sertão nordestino e sinais de febres mal curadas.

Era só no mundo. Sem parentes. Sem amigos inseparáveis. Sem nada. Tinha alguma esperança: “Numa cidade grande como esta, haverá trabalho para mim”. Disposição não lhe faltava, só faltava o trabalho. Conhecia bem o cabo de enxada, desde seus dez anos. As secas tiraram-lhe o ganha-pão e o expulsaram da terra em que nascera.

Conseguira chegar. Agora era achar serviço. No pesado, a que se acostumara tanto.

Subiu num bonde, curioso. Foi ao final da linha e voltou, experimentando a gostosa satisfação que se lia em seu sorriso de criança. Prestava atenção ao ruído das descidas. Não perdia os movimentos do motoneiro, para ele tão cheios de novidades.

Restavam-lhe apenas alguns trocados, saldo dos dezesseis anos de labuta. Pois já tinha vinte e seis, pelos seus cálculos. Desceu do bonde contra sua vontade. Tinha pressa em arranjar emprego.

Passaram-se três dias. Nada de trabalho. “Não há vagas”, era a placa exibida em todas as construções. As noites tinham sido estreladas. Pouco lhe importava. Queria matar a fome, que procurava enganar, em vão. Resolveu limpar carros, bastava uma flanela. Precisava ganhar alguma coisa para viver. Era esse o único meio ao seu alcance.

Nesse dia o prenderam.

Na polícia, revistavam-no e tomaram-lhe sua certidão de nascimento amarelada, rasgada nas dobras, imunda, mas que ele sempre guardara com cuidado, até certo carinho, numa carteira ordinária. Então ele já não possuía coisa alguma. Meteram-no, em seguida, no xadrez. Não discutiu. Não gritou. Nada. Esperou, tranquilamente, o resultado de tudo aquilo.

Trouxeram-lhe comida. Quase ficou maluco de prazer. Comida mesmo. Para ele, nada precisava melhor: “Tinha até carne!”

Mais tarde, conduziram-no ao interrogatório. Parecia satisfeito por ter saciado a fome que o acabrunhava. O resto agora não importava.

Após as perguntas de costume, aconselharam-no a confessar. Continuou calado, sem saber do que falavam. Depois entendeu. Era suspeito de crime. Queriam que ele se confessasse culpado: “Assim você sofrerá menos e ficará menos tempo na cadeia” – dizia um deles em tom paternal.

Num relance, em que a sua inteligência foi mais lúcida do que nunca, ele confessou, ele fez o que queriam dele. Lembrou-se da refeição e não hesitou um segundo. Portou-se, mesmo, admiravelmente, por ocasião da reconstituição do crime. Também aos jornalistas, desejosos de flagrante sugestivo e convincente, não os decepcionou. Fez pose bem dosada de certa ferocidade congênita.

Percorrendo as páginas do jornal, no dia seguinte, um estudante de Direito chamou a atenção do seu colega: “Veja isto e diga se este indivíduo não apresenta todas as características do criminoso nato. Repare as mandíbulas. A testa. O olhar. Todos os traços.” E concluiu, categórico: “É o tipo lombrosiano, por excelência”.

Que medo que nada

Vovô Firmino

Luiz Alberto de Almeida Magalhães

Que medo que nada

O Rio de Janeiro sempre foi uma cidade legal, daquelas que toda gente quer ir um dia, nem que seja para falar ao mundo que esteve ali, assentado num bar, para tomar um chope gelado espiando o mar e, como tira-gosto, pedido qualquer coisa que tenha sido pescado ali mesmo naquele mar.

Gosto do Rio desde pequeno e deixei de gostar (naquela época, e só por alguns meses) quando vi, na agência de jornais aqui da cidade, estampada uma foto num matutino carioca mostrando o governador recebendo em palácio os maiores bandidos-bicheiros da cidade, como se eles fossem gente que pudesse representar o povo em alguma coisa. De modo algum eu podia odiar a linda metrópole por algo que não era culpa dela, só uma besteira política (que, infelizmente, vem se repetindo por várias administrações), e em nada ia mudar o seu encanto, porquanto não é à toa que é chamada de “Cidade Maravilhosa”.

Pra mim, deixando o lado crítico e agora também como apreciador, falava mais alto que a sua gente e, em especial a mulher do Rio, pelo seu requebrado empuxado pelo fluxo-refluxo das ondas de suas praias, é a brasileira que também melhor veste e fala bonito no Brasil, sei lá porquê, sei mesmo que meu fascínio por elas é grande, isto eu não tenho a menor dúvida. E digo isto porque, quando eu era guri, ou rapazinho com cabeça de guri, as meninas-moças cariocas que vinham passear na minha terra, São João del Rei, por ocasião das férias de verão, eram motivo de reparação (sutil) por parte das moças da cidade, que adoravam ver e copiar a graça do andar, do falar e das roupas destas meninas-sereias. Dentre elas, havia um grupo grande de irmãs, primas e amigas que ficavam hospedadas no casarão dos avós e seu “xis”(aquele silvar no pronunciamento das palavras, só agradável

na boca das autênticas cariocas), fazia delas as garotas mais sensuais do mundo, posto que, na minha cidade mineira, diga-se de passagem, as mulheres não tinham aquela sensualidade para pronunciar as palavras e muito menos a graça para se vestirem tão engraçadinhas, embora fossem muito bonitas.

Bem, se namoravam era só namorico de férias (até o carnaval), com direito a troca de correspondências quando as cariokinhas iam embora, deixando no ar da rua onde se hospedavam, um perfume que eu imaginava só existir nos quadrantes do Rio de Janeiro, de tão misterioso e envolvente que era a cidade. Quando recebia cartas, o aroma do papel também era diferente, parecia carta internacional (aquelas com timbre “par avion”), como as que meu pai recebia de sua irmã muito chique que morava na França.

Sem brincadeira, deliciava-me até com a letra, que eu imaginava ser diferente da das meninas de minha cidade. “Carioca é bonita até na grafia”, pensava com os meus botões. Não por acaso é que o Rio me é, por essência, impolutamente erótico.

A cidade do “Rio Maravilhoso” me foi sempre deliciosa, irresistível e quase que intoleravelmente carnal, que se insinua por tudo como esses perfumes de frasco que nos fazem lembrar de algo que nunca sabemos bem o que é, mas cuja doçura perigosa, flutuando enfeitada sobre um sabor na iminência do vulgar, sempre nos deixa, ao mesmo tempo, ansiosos e vagamente excitados.

Eu só torcia pra time carioca, escutando a Rádio Continental na voz do Waldir Amaral. Nisto, eu era metido, ouvindo a transmissão num radinho de pilha Mitsubishi transistorizado, forma de tijolinho, última novidade no meio da turma (pouca gente possuía e nem me perguntem porquê eu tinha), com um antenão embutido, que a gente puxava para escutar melhor; eu colava o radinho no ouvido e, deitado no chão do quarto, passava as mórbidas tardes de domingo não sem estar, deverasmente, preocupado com o dever-de-casa que deveria ser entregue cedinho, na segunda-feira. Mamãe sempre à espreita: “Menino, o dever na mesa e nada feito. Vamos lá com isso! O futebol pode esperar!” Com a

transmissão, e rádio coladinho ao ouvido, me vinham à mente a praia de Copacabana, o Cristo Redentor e o estádio do Maracanã (que o Waldir sempre destacava ser o maior do mundo).

E a cada domingo, jogos entre Vasco da Gama, Flamengo, Fluminense, Botafogo, os melhores do Brasil, todos com os cracões que me deixavam empolgado (tudo do Rio era o maior do Brasil e do mundo). E pra ver estes timões, o cinema aqui da cidade lotava quando na portaria colocavam que o Canal 100 (cine jornal que realizava documentários cinematográficos de eventos importantes do país e do futebol) ia passar um desses clássicos. Nossa!, era vibração em cima de vibração, e muita gente no escurinho do cinema, gritava gol, como se estivesse no estádio. (Agora, sem sacanagem, também era motivo pra bagunçar e despertar a ira do lanterninha, que ameaçava por todo mundo pra fora). Torcer nas arquibancadas do Maracanã, sonhava, devia ser o maior delírio pra quem, como eu, adorava futebol.

Na minha cidade (por quê se escreve com o possessivo se a cidade é de todo mundo que mora nela?), o jornal mais lido era “O Globo”, que chegava à noite pelo trem, que papai lia de madrugada e eu, só no dia seguinte à noitinha, já quase na hora de chegar o outro. Até no papel do jornal eu sentia o olor do Rio de Janeiro, uma fragrância de lugar sofisticado e diferente de todas as demais cidades; lendo o jornal imaginava-me envolto num agradável e suave cheiro de maresia, porque, na minha cabeça de menino, mar de verdade só existia no Rio (e mar abraçado pela avenida Copacabana), apesar de saber da imensidão da costa brasileira com seus mares com cheiro de maresia adentrando nos casarões e hotéis da orla.

Os prédios enormes do Rio me encantaram de outra forma, quando estive ali pela primeira vez, já com jeito de gente. Da segunda vez, fiquei no apartamento dos pais de um colega que estudava interno num colégio aqui da cidade. “Vamos lá!”, dizia ele, “na minha casa é cama de beliche e cabe bem nós dois”. Acostumado aqui na minha pequena cidade, onde sempre morei, onde só se constroem casinhas baixinhas, com varandas e quintais, onde se plantam verduras e frutas, foi uma loucura ficar hospedado

em apartamento com vista para o mar. Até que é bom morar em casa com varanda e quintal, não posso falar mal não, mas eu sempre me imaginava (e até sonhava, verdade!) morando num apartamento daqueles enormes edifícios, em Copacabana, de frente para o mar, não como forma de ostentação, mas pelo amor que tinha pela imensidão do mar e seus mistérios, pela liberdade de morar nas alturas, de ver os carros passando pequeninos lá em baixo, de ver os navios ao longe, dando adeus à terra, indo pra longe até a virada do céu, quando na minha terra o mais longe que se ia era exatamente uma viagem de ônibus ao Rio de Janeiro (aliás, nossa!, falasse que esteve no Rio a passeio era ser bacana e importante, gente endinheirada, o povo pensava assim, não era pra qualquer um não).

Agora, hoje, quando as notícias de jornais (que já não chegam mais pelo trem noturno) me dizem que o Rio está morrendo pelos tiros de bandidos que assustam toda a cidade, eu quero, ainda assim, retornar e voltar a passear no “Rio Bandido” na mente da pistolagem, desta vez para conhecer outros tantos novos lugares bonitos que os jornais também mostram, que eu não vi quando menino abafado do interior. A minha filha, que hoje conta com a idade que eu tinha quando conheci o Rio pela primeira vez, quer ir comigo e acha que a imprensa exagera nas tintas para tanto crime (embora eu lhe diga que não). Seus olhinhos se acendem quando falo sobre tudo de bonito que o Rio ainda tem, porque não é lorota que ela sabe que falo, pai mentiroso ela sabe que nunca fui. “Palavra de pai, minha filha!, não há nada que eu deteste mais que insistir no elogio de uma beleza do passado quando hoje eu possa imaginar não existir mais”, digo-lhe acariciando-a com afagos nos cabelos.

O belo do Rio de Janeiro não morre nunca, ou quando muito, está adormecido numa de suas encostas à espera do primeiro vento do verão. Como a serpente no paraíso, a bela e sedutora cidade vem transformando toda minha tentação para um breve retorno, numa maçã que os marginais não querem que eu alcance. Mas, engano deles. Se no passado de outros verões eu amei o Rio, nada me impedirá de amá-lo no presente e pra sempre, porque

não serão as atuais mazelas passageiras, que sei inexistentes na alma carioca, que me impedirão de pegar o trem de um passado pleno de lembranças e, com minha filha viajar, para sonhar acordado e abraçado a ela, hoje ou amanhã, para o Rio de Janeiro e sonhar dormindo, num de seus maravilhosos hotéis na praia de Copacabana, que foi e sempre será a “princesinha do mar”.

Vovô Firmino

Naquela noite, debruçado no parapeito da janela do meu quarto, olhando o tempo que armava um temporal, eu vi vovô Firmino saindo de casa assoviando entre os dentes. Esfregava as mãos, parecendo contente, caminhando devagar para não escorregar e sujar seus sapatos, sempre lustrosos, nos paralelepípedos já molhados pelo sereno. Mania sistemática de vovô era ter os sapatos sempre engraxados e escovados, cujo brilho era sempre observado e elogiado pelas pessoas. E estendia esta mania a de colecioná-los, batia o olho nas vitrines das sapatarias, gostava, experimentava proseando com o vendedor e levava, sem procurar saber quantos pares já tinha em casa. Vovô ficava fula com esta ganância, reclamava, mas vovô não estava nem aí ao que ela falava. Eu não, me enchia de orgulho quando me diziam que vovô era um velhinho muito arrumadinho e elegante com os seus sapatos. “Seu avô é uma fofurinha”, diziam as garotas onde eu estudava. Moravam eles numa casa de frente à minha. Mamãe a escolhera para não ficar longe da vovó que, tal qual vovô, já estava bastante velhinha, como um dia eu a escutei falando com papai na hora do almoço. Vovô gostava muito de um pôquer com os amigos, na casa do Jucá, comerciante de tecidos, e sempre depois do Repórter Esso, que o deixava a par das notícias do Brasil e do mundo. Combinação do grupo. Mas, naquela noite sem lua, ele não virou a rua da direita, desceu abaixo dela e tomou rumo da “rua da cachça”, nome que o povo dava àquela rua, a qual na verdade se chamava Marechal Bittencourt, escrito numa placa na esquina, e onde moravam as moceiras da cidade, que eu já sabia o que eram as mulheres com este atributivo, bem verificasse não existir no dicionário de casa e nem na literatura permitida, mas que a meninada e os rapazes davam o significado como sendo “prostitutas”.

Eu soube pela boca do vovô, dele mesmo, tomando uma cerveja na varanda: “você já tem idade para saber destas coisas”, e me falou olhando para um lado e para o outro, temendo ser ouvido que, na Marechal (vovô não gostava do apelido que o povo dava à rua) ele tinha uma namoradina escondido da vovó. Que vovó não poderia nem sonhar que o seu velhinho tinha um caso, mas me dizia ter se encantado com a Lindalva, era esse o nome da mulher, pois vovó já achava que ambos já estavam velhos para fazer sexo (num outro dia de aborrecimento ele me falou que desconfiava que a vovó se deixou influenciar pela catequese do vigário, que pregava para as devotas de mais idade, que sexo não é para velhos, o que mais valia era o companheirismo). Mas vovô não pensava assim, e o jeito foi arrumar uma zinha “para não perder o embalo”, como ele me sussurrou dentro da orelha no dia que me contou a sua história. Eu já entendia um pouco destas coisas de sexo através do que os meninos me contavam, e não fiquei nem um pouquinho magoado (nem pela vovó), porque eu sabia de gente que frequentava a Marechal que o vovô gostava muito dela, e ela também dele.

Perto da minha casa, a caminho da “rua da cachaça”, havia uma igreja, e quem fazia a arrumação espanando os santos, colocando flores e lavando a sacristia, era um menino que morava com a mãe numa casa de parede de meia com Lindalva. E meus amigos contavam que ele era mariquinhas e enredeiro. Eu escutei sem saber o que era aquilo, até o dia em que vovô me explicou. Juro que fiquei espantado, o Nico era um cara porreta e nunca percebi nele coisas que vovô dizia um maricas fazer. Talvez porque eu fosse seu amigo, mas verdade verdadeira, eu só censurava o fato de ele ficar manjando as velhas do porão da igreja e *linguarrar* que muitas não usavam calcinhas. Pedi ao Nico para parar com aquilo, não ficava bem. Imaginava a vovó ser uma delas. E então, ele acatou numa boa, sem deixar de mostrar um sorrisinho debochado, assim mais ou menos de cachorro acariciado.

Sempre que armava uma chuarada, eu gostava de ficar na janela brincando com os pingos d’água que se formavam nos fios. Ver qual chegava primeiro ao outro poste, era difícil acertar a

chegada, eles iam se engrossando uns com os outros e caíam no chão. Naquela noite, eu fazia isso, quando vovô desapareceu no escuro da noite.

O temporal caía bravo em toda a cidade. Muitos ventos e relâmpagos vieram com ele. No rádio do meu quarto, o locutor falava com voz apressada que muitas casas estavam correndo o risco de cair. Principalmente as construídas nas ribanceiras dos morros. E, agora, notícias chegavam da emissora informando que fios de alta tensão estavam sendo soltos dos postes pela força do vento. “O perigo é muito pela descarga e a morte instantânea”, vociferava o repórter. Então, fiquei preocupado com a volta do vovô. Ele era velhinho e não poderia enxergar um fio desses na calçada. Já era hora de parar de contar os pingos d’água, e aprontei-me para deitar, torcendo para que no dia seguinte não houvesse aulas por causa do temporal. O locutor, agora gritando no rádio, anunciava que a chuva era uma tromba d’água. Pareceu-me uma palavra muito esquisita, eu me lembrava de elefante, mas papai depois me explicou tudo direitinho, isto depois desta história que estou contando. Com os relâmpagos clareando o quarto, puxei o lençol até a cabeça procurando dormir. Se dormi ou não, eu não sei, só sei que uma falação na calçada da rua me despertou. Fui ver o que era, havia muita gente em frente à casa do vovô. Uma ambulância parada à porta, vovó escutando aflita o que as pessoas diziam. Mas, pelo barulho da chuva e dos trovões, não houve maneira de entender nada. Aí, a empregada da vovó atravessou a rua, bateu na porta, papai atendeu, chamou a mamãe e ambos foram depressa à casa do vovô. Fiquei assustado com a movimentação. Coloquei a roupa para sair também. E, quando estava à porta, o Jucá, a pedido de papai e mamãe, não me deixou sair de casa, “isso não é momento para menino da sua idade”, me falou nervoso. Perguntei por quê, ele falou com os olhos marejados: “seu vô Firmino acabou de morrer, e todo mundo está nervoso, sua vô já tem a companhia de sua mãe”. Chorei muito com a notícia, deitado na cama. O relógio bateu horas, e não contei.

Vovô era um amigão, eu nunca tinha ouvido falar nada de ele estar doente para morrer assim tão de repente. Depois,

lembrei-me da sua saída de casa assoviando todo alegrinho da vida. Ninguém da família me contou de quê o vovô havia morrido. Quem me contou tudo foi o Nico, dois dias depois do enterro, por uma curiosidade que não me deixava quieto. Eu sabia, com certeza, que no dia do acontecimento da morte, o vovô não tinha ido jogar pôquer. Assim de cara, o Nico não quis falar, mas eu insisti, dizendo que entre amigos não existe segredo. Queria saber tudo, com todos os afluentes. Então, com muito custo, ele soltou a língua. Contou-me que na noite do temporal o vovô estava, mesmo, na casa da Lindalva. E foi na cama dela que ele morreu. Como o Nico havia começado a me contar a coisa toda na sacristia, “por respeito”, palavras dele, “acho melhor a gente sair”. “O que vem depois, não fica bem neste lugar sagrado”, arrematou ele. Fomos para a calçada, e meio sem graça, Nico falou que o vovô morreu em cima da Lindalva, fazendo amor. Que ela ficou desesperada, gritando na janela, quando percebeu que o velho não mais se mexia. Que ele ouviu os gritos foi saber o que era, ela contou como foi, e quando entrou, o vovô já estava vestido com uma cuequinha que ela colocou. Então, Lindalva pediu assentada na beira da cama que o Nico fosse, mesmo debaixo da chuva, chamar o doutor Lázio. Que ela sabia ser o médico do vovô, porque ele contava tudo a ela. O doutor Lázio não se encontrava em casa, me dizia o Nico roendo as unhas de nervoso. Fazia rodada de baralho na casa do Jucá, e dali todos vieram para ver o vovô. O doutor Lázio disse a todos os presentes no quarto que foi colapso, que vovô andava abusando no sexo com a Lindalva. E que já não andava bem do coração. Mas que ele não dava importância, dizendo que era invenção de médico, se sentia muito bem, andava com muito apetite e também dormia muito bem. E vovô escarnecia com os achegados do pôquer: “O Lázio já não é mais aquele médico que eu conheci de outros tempos!”. O Lázio dava de ombros, enquanto os parceiros riam, sabedores que Firmino não estava falando sério.

O que deixou mesmo o pessoal no quarto desnorteadado era como levar a notícia para a vovó, já que um mundaréu de gente já estava fofocando em frente à casa de Lindalva. Cada um num canto do quarto, coçando a cabeça ou espichando o bigode,

pensando uma saída para a situação. Que parecia sem remédio. O Nico me disse também que o doutor Lázio, muito nervoso e com um cigarro na mão, achava que a falta de idéia eram os barulhos dos trovões. “Quem encontrou a chave para o problema fui eu”, gabou-se o Nico apertando-me o braço. Todo mundo concordou. A Lindalva mexia com a cabeça como lagartixa, porque chorava baixinho, como criança doente, me contou ele também. O que o Nico ajustou, com concordância geral, era dizer que vovô havia pisado num fio de alta tensão e morrido eletrocutado, posto que a rua das “mulheres perdidas”, como mamãe as tratava, era caminho que encurtava o trajeto da casa do Jucá à minha. E se começassem com muitas perguntas de como o corpo foi parar na casa de Lindalva, era só falar que ela é que lhe deu os primeiros socorros em sua casa. Afinal, “mulher da vida” também tem coração. O pessoal falou que Nico era bom de plano, embora fosse de pouca idade. A cabeça pensou bem naquela hora desesperadora, porque menino não assusta tanto com gente defunta. Como assentaram quem ia assinar a papelada toda era o doutor Lázio, ninguém desconfiaria de nada. Principalmente a vovó. Resolvida esta questão, uma vez mais o Nico enfrentou a chuva, agora para chamar a ambulância no hospital. O motorista tinha de ser o Sandoval, “só ele, mais ninguém”, acentuou o doutor Lázio, “nem que tenha que procurar na cidade inteira”, completou. E isto, com a unanimidade dos presentes, pois o Sandoval também era muito amigo do vovô e do grupo e não era de fazer a caveira de ninguém. O resto eu já sabia. E poupei o Nico de contar.

Não fiquei sabendo da situação da Lindalva, também não me lembrei de questionar o Nico. Pelo menos até a missa de 7º dia em que eu enxerguei, nos fundos da igreja, os dois juntos. Só sei que quase no finzinho da cerimônia, uma estrepolia danada aconteceu pros lados onde estavam a Lindalva e o Nico. Eu bem que quis ir ver, mas a mamãe me segurou pelo braço e falou que nem em missa de defunto “certa gentinha” deveria aparecer, não tinha o mínimo respeito. Eu tenho certeza que ela já havia visto, quando adentrou a igreja, a Lindalva e o Nico, pois todo mundo na cidade conhecia as pessoas que moravam na “rua da cachaça”.

No dia seguinte à missa, quando eu ia para a escola, veio um amigo me contar que a balbúrdia toda quem começou foi a Lindalva, ao ver nos pés do Nico os sapatos do vovô. E, enfezado da surra que levou dela, ele depois botou a boca no trombone, por frescurinha de veado, tagarelando sobre o rolo da Lindalva com vovô. Como fiquei cismado, cortei amizade com o Nico. Ora, ninguém melhor que eu sabia que vovô Firmino tinha lá suas razões de andar com a Lindalva. E, agora, já era alma defunta. Merecia respeito. Dias depois, o Nico bateu na porta de minha casa. Mamãe atendeu e mandou-o pro meu quarto. Embrulhado num papel de pão, o Nico me entregou os sapatos do vovô. Abracei-o, emocionado. E voltamos às boas.

Cidade pequena, menos de um mês da morte do vovô Firmino foi suficiente ao povo para conhecer as peraltices do meu bom velhinho, quem foi ele mesmo de verdade, inclusive nas traquinagens. Só me restou torcer para que nada chegasse aos ouvidos da vovó, já que nos da mamãe eu não *tava* nem aí, muito menos nos do papai.

Presença do Entalhador José Coelho de Noronha em
Madre de Deus de Minas

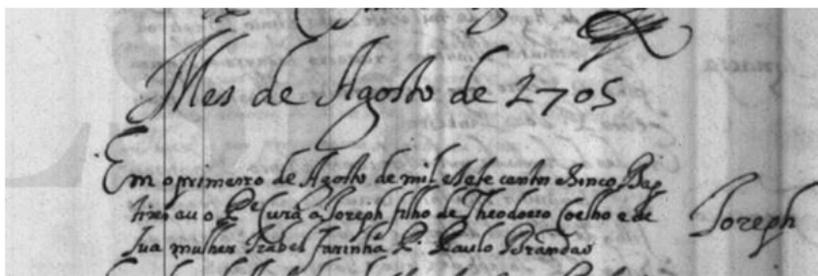
Apontamentos para a História do
Registro do Paraibuna

Marcos Paulo de Souza Miranda

Presença do Entalhador José Coelho de Noronha em Madre de Deus de Minas

Um dos mais notáveis entalhadores do período colonial mineiro foi José Coelho de Noronha, considerado por alguns pesquisadores, inclusive, como um dos possíveis mestres de Antônio Francisco Lisboa, o genial Aleijadinho.

Nascido em Lisboa, segundo descobrimos, José Coelho de Noronha foi batizado na freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai em 1º. de agosto de 1705, sendo filho de Theodoro Coelho de Noronha e Isabel Farinha².



Registro de batismo de José Coelho de Noronha

Noronha já se encontrava em Minas Gerais no final da primeira metade do século XVIII, tendo aqui exercido a arte de entalhe e escultura até sua morte, ocorrida em 12 de junho de 1765.

Foi casado com Josefa Maria Ana Joaquina, que após o falecimento do marido se recolheu como interna no Mosteiro de

2 Livro de Batizados da Paróquia de Santa Catarina do Monte Sinai. 1701-1721. p. 56.

Macaúbas, em Santa Luzia, em 30 de setembro de 1765, onde permaneceu até 15 de junho de 1781.³

Há registros documentais de que Noronha trabalhou no retábulo do lado do evangelho na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Mariana (1751); executou um oratório para a capela da residência episcopal de Mariana (1753); realizou obras na capela-mor da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (1754); arrematou a obra do retábulo do altar-mor da Matriz de Caeté (1758). Ou seja, trabalhou em várias das mais importantes vilas do ouro de Minas Gerais situadas nas Comarcas de Vila Rica e Sabará.

Em data mais recente, foi descoberto que José Coelho de Noronha, na fase derradeira de sua carreira artística, estava estabelecido na Comarca do Rio das Mortes, residindo na Fazenda Boa Vista, nas proximidades da atual cidade de Tiradentes. Ainda segundo esses estudos, Noronha teria trabalhado, também, na Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, havendo, pois, registro de sua atuação em pelo menos um templo situado na região.

Em nossas recentes pesquisas, descobrimos um documento datado de 1763 que pode contribuir para a definição de mais uma possível obra de José Coelho de Noronha na Comarca do Rio das Mortes.

No inventário de Maria de Assunção Moraes, de quem foi inventariante seu viúvo Manoel Marinho de Moura, entre as dívidas do casal encontramos:

Dívidas que são meação ao casal

Declarou ele dito Inventariante dever o casal a José Coelho de Noronha entalhador quatrocentos e oitenta mil réis a qual dívida se acha em execução.

3 Registro das internas no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição o Monte Alegre, Sítio de Macaúbas – 1720-1933. Inventário do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte. p. 39.

A que se referiria tal dívida ?

Informações históricas e genealógicas que levantamos apontam no sentido de que a dívida muito provavelmente se referia a trabalho realizado por José Coelho de Noronha na Capela de Madre de Deus de Minas, situada entre as Paróquias de São João del-Rei e Aiuruoca, às margens do Rio Grande, nas proximidades da divisa com o atual município de Andrelândia.

Com efeito, foi Manoel Marinho de Moura o fundador de Madre de Deus de Minas. Português licenciado, era natural da Freguesia de Santa Maria, Termo de Amarante, Arcebispado de Braga, filho legítimo de Antônio de Almeida Leitão e de Dona Isabel de Moura Marinho. Casou-se com Maria Assunção Moraes, descendente de velhos troncos paulistas, viúva do lendário Sargento-Mor Lourenço Correa Sardinha (1685-1747), natural da Ilha da Madeira, um dos primeiros povoadores da região de Andrelândia, onde residia na proximidade da Serra dos Dois Irmãos.

No ano de 1753 Manoel Marinho de Moura requereu ao Bispo de Mariana autorização para construir uma capela dedicada à Mãe de Deus, sendo atendido pela autoridade eclesiástica no ano seguinte. O templo foi erguido em terras doadas por Antônio Rosa e sua mulher.

Em 03 de janeiro de 1754 foi passada provisão para o "*Reverendo Parocho da Freguesia da Villa de São João de El Rey ou quem as suas vezes fizer, visitar e benzer a capella de Nossa Senhora da Mãe de Deus, filial da mesma freguesia, como também o adro da mesma capella, tudo na forma costumada*".

No ano de 1762, Diogo Garcia, português natural do Arquipélago dos Açores, Ilha do Faial, casado com a ilhoa Júlia Maria da Caridade, legou por testamento a importância de "*cincoenta mil réis para as obras da capela de Madre de Deus da Freguesia de São João del-Rey*". Encontrava-se, pois, em fase de obras, o pequeno templo, em data que antecede a dívida de Manoel Marinho de Moura e Maria de Assunção Moraes com o respeitado entalhador José Coelho de Noronha.

Por tudo isso, há veementes indícios de que José Coelho de Noronha trabalhou nas obras da Capela de Madre de Deus de Minas, muito possivelmente na feitura dos altares.

A comprovação da hipótese por meio da análise estilística da obra fica comprometida pelo fato de que a Capela, na década de 1970, lamentavelmente teve sua demolição iniciada com a rápida retirada de todas as talhas do templo, que foram vendidas para uma antiquária de Itu - SP.

Terá sido a existência de obras do Mestre Noronha no templo a motivação maior para a destruição da Capela e rápida venda de suas peças?



Antiga Capela de Madre de Deus de Minas



Início da demolição da Capela de Madre de Deus de Minas



Fotografia de um dos altares da antiga Capela de Madre de Deus

REFERÊNCIAS

DANGELO, André Guilherme Dornelles. José Coelho de Noronha, arquiteto: um mestre lisboeta nas Minas Gerais setecentistas. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA, 4, 2012, Lisboa. Sessões Simultâneas. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, 2012.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Andrelândia. 3.500 anos de história. 2014.

PEDROSA, Aziz José de Oliveira. José Coelho de Noronha: artes e ofício nas Minas Gerais do século XVIII. 2012. 303f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Características específicas e escultores identificados. In: COELHO, Beatriz (org). Devoção e arte. Imaginária religiosa em Minas Gerais. São Paulo. EDUSP. 2005. p. 123-150.

Apontamentos para a História do Registro do Paraibuna

Raro Exemplar da Arquitetura Fazendária em Minas Gerais

1. Os Antigos Registros

Os antigos Registros eram repartições criadas pelo governo português com objetivos de vigilância, fiscalização e arrecadação tributária, mediante o controle do tráfego de pessoas (registro de entradas), animais (contagem) e circulação do ouro, pedras preciosas e mercadorias pela estradas oficiais, chamadas Estradas Reais, de propriedade da Coroa Portuguesa. Os Registros do Ouro, que tinham por objetivo fiscalizar o transporte do metal precioso e cobrar o “quinto,” foram criados pela portaria de 18 de abril de 1701, baixada pelo governador Artur de Sá e Menezes.

Implantados em locais estrategicamente escolhidos, os Registros normalmente se localizavam em um “vão de serra” (garganta), “fecho de morros” ou desfiladeiro, próximo a um curso de água, que além de assegurar o abastecimento da repartição, retardava ou dificultava a passagem dos contribuintes. Os caminhos clandestinos eram vedados e vigiados por “guardas”, postos com funções repressoras.

Os prédios consistiam na “casa do registro”, englobando as residências do Fiel (representante da Fazenda Real incumbido de expedir as guias de ouro em barra que saíssem de Minas, bem como fazer a permuta dos valores portados pelos viajantes por moeda oficial⁴), Provedor (representante da Fazenda Real que tinha a atribuição de gerenciar o Registro⁵), do Escrivão (incumbido

4 Fiscais e Meirinhos, p. 392.

5 Segundo o Regimento de 04 de março de 1751 os Provedores de Registros tinham a atribuição de remeter, mensalmente, ao Intendente, a lista dos comboeiros e comerciantes que entrassem e saíssem de sua área, declarando seus

de cuidar de toda a escrituração contábil e de lançar os registros de pessoas, mercadorias e animais fiscalizados nos livros oficiais) e do Administrador (representante do Contratador da arrecadação de tributos). Abrangia, ainda, o quartel dos soldados, rancho para os tropeiros contribuintes e curral para os animais.

A estrada de passagem era fechada por um portão com cadeado. O equipamento era mínimo: livros contábeis, cofre, balança com pesos, medidas para volumes, armas e utensílios domésticos.

No ano de 1710 o Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Antônio de Albuquerque, determinou a formação de uma Junta que deliberasse sobre os impostos nos Registros. Os tributos, cobrados nos negócios de fazenda, gados e cavalos que entrassem pelos registros das Minas, supririam os soldos e ordenados dos ministros e militares.

Em Minas Gerais os principais Registros da Comarca do Rio das Mortes⁶ no período colonial foram os seguintes:

- Paraibuna (situado à margem esquerda do rio homônimo, no atual município de Simão Pereira)
- Matias Barbosa (pela Decisão n.21, 18 de janeiro de 1830, foi mudado para Paraibuna).
- Capivari (situado na antiga estrada entre Guaratinguetá e São João del-Rei, num afluente do Rio Verde, em local que corresponde ao “arraial de Capivary na estrada do Picu”. É a atual cidade paulista de Campos do Jordão)
- Rio Preto (situado na cidade de mesmo nome, no Caminho do Comércio, na divisa entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, criado em 1816)

nomes, locais de onde vêm, número de negros, cavalos, gados e cargas que carregam. Fiscais e Meirinhos, p. 391.

6 Sobre o movimento fiscal dos Registros ver CARRARA. Angelo Alves, Minas e Currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

- Ouro Fino (localizado a princípio na cidade mineira do mesmo nome)
- Mandu (funcionou até 1770 na atual cidade de Pouso Alegre, quando foi transferido para Jaguari, atual Camanducaia)
- Itajubá – (situava-se na serra da Mantiqueira, próximo às nascentes do ribeirão do mesmo nome. Hoje é distrito do Município de Itajubá).
- Mantiqueira (situado no sul de Minas, entre Pouso Alto-MG e Cachoeira Paulista-SP, ao pé da serra do mesmo nome, do lado mineiro, não longe da garganta do Embaú).
- Jacuí - localizado na região fronteira entre Minas Gerais e São Paulo, no local onde se assenta hoje a cidade mineira de Jacuí.
- Jaguari - localizava-se às margens do rio Jaguari, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, próximo à atual cidade de Bragança Paulista, então denominada Jaguari.

De todos os antigos prédios de registros existentes na Capitania, apenas remanesceu o edifício do Registro do Paraibuna, o que o torna exemplar único da arquitetura originariamente fazendária em Minas Gerais.

2. O Registro do Paraibuna

A implantação do Registro do Paraibuna, às margens do rio de mesmo nome, na divisa entre as Capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, no atual município de Simão Pereira, foi decorrência da necessidade de se controlar o tráfego de pessoas e mercadorias pelo “Caminho Novo”, aberto por Garcia Rodrigues (filho do bandeirante Fernão Dias), a pedido da Coroa Portuguesa, nos primeiros anos do século XVIII.

O Registro do Paraibuna, um dos mais movimentados da Capitania de Minas Gerais, tinha múltiplas funções, pois servia como local de controle de entrada de viajantes e mercadorias,

local de cobrança do valor da passagem do rio (que até 1824 era feito por canoas) e cobrança de tributos.

Tão importante e movimentada a passagem pelo Rio Paraibuna, que o Decreto Real de 20 de fevereiro 1818 determinou a melhora da estrada e construção de uma ponte sobre ele, a fim de acabar com a passagem em canoas. Foi encarregado da missão o contratador dos direitos de passagem José Antônio Barbosa Teixeira, conhecido como “Tiramorros”.

Langsdorff, ao passar pela região em 18 de maio de 1824, registrou que a ponte sobre o rio Paraibuna, depois de dois anos e meio de trabalho, havia sido concluída há poucos meses e que em razão de sua solidez, bela balaustrada e cobertura dificilmente existiria obra parecida no Brasil, acrescentando que o próprio Imperador teria dito que mesmo na Europa seria encontrada ponte como aquela.⁷

O maior movimento fiscal da Capitania de Minas Gerais era verificado exatamente nos registros do Caminho Novo, que eram responsáveis por cerca de 75% do valor anual do contrato das entradas, por quase 100% das importações de escravos, fazenda seca e ferragens.⁸

Eram servidores do Registro um provedor, um escrivão, um fiel, um administrador (representante do contratador), além da guarda militar.

A primeira edificação do Registro do Paraibuna foi construída na Serra da Mangalarga (possivelmente no município de Paty do Alferes – RJ), a jusante do local onde, entre 1719-1725, foi implantada a nova sede, situada do lado mineiro.⁹

Pelo que se depreende da narrativa de 1749, do Ouvidor

7 Os diários de Langsdorff, p. 13.

8 CARRARA. Angelo Alves, Minas e Currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807. p. 134-135.

9 Segundo o Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas, Garcia Rodrigues fez “a sua custa a mudança do registro que estava ao pé da serra, para Paraibuna, conforme uma ordem do governador Aires Saldanha”, que governou o Rio de Janeiro entre 1719-1725. P. 216

Caetano Costa Matoso, o novo prédio teria sido edificado pelo próprio Garcia Rodrigues, que o cedeu gratuitamente à Coroa Portuguesa.

A mais antiga descrição do Registro do Paraibuna que conseguimos descobrir data do início de 1749, quando por ele passou o Costa Matoso que se dirigia do Rio de Janeiro para Vila Rica.

Segundo registrou o Ouvidor sobre a passagem do Rio Paraibuna¹⁰:

“(...) há nele embarcação por que e passa. Da outra parte dele está uma casa em que há um provedor, ofício que el-rei vende por 9, 10 mil cruzados a cada três anos, um escrivão, que também vende por pouco mais, e um alferes com quinze soldados da guarnição do Rio de Janeiro. Ninguém pode passar para as Minas sem licença do governador do Rio, que se lhe passa e de que paga certo emolumento ao Provedor da Fazenda daquela cidade. Esta licença se apresenta ao passar deste rio àquele provedor, o qual a faz registrar em livro... Este registro está neste sítio há pouco mais de trinta anos, e depois de aberto o caminho e que se introduziu se pôs na Serra da Mangalarga, por que passei, onde teve poucos anos e veio para este sítio depois Garcia Rodrigues ofereceu a el rei as passagens desses rios. Esta casa em que fiquei é feita pouco depois que se abriu o caminho e Garcia Rodrigues fez a do Paraíba, e aqui tem ermida sua e várias acomodações, sendo suas também as casas em que está o registro que dá gratuitamente a el rei. Aqui passei a noite bem acomodado”.

O viajante inglês John Mawe, ao transitar pela estrada que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais, passou pelo Registro do

10 Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais. p. 890. In: *Códice Costa Matoso*.

Paraibuna em agosto 1809 e deixou registrado que o Registro do Paraibuna era maior e melhor guardado do que o do Paraíba. De acordo com o britânico: “Todas as mercadorias aí são vistoriadas e pesadas, pagando um direito proporcional ao peso, qualquer que seja a qualidade ou valor”.¹¹

O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire passou pelo Registro do Paraibuna em 1816 na companhia de Langsdorff, em viagem científica que empreendiam à Província de Minas Gerais. Em seu diário, registrou o eminente viajante europeu detalhes interessantíssimos sobre a rotina e particularidades do funcionamento do Registro do Paraibuna. Pela narrativa, fica muito claro que o prédio do Registro por ele citado (muito baixo e quadrado,) não corresponde ao atual, que é assobradado e de partido retangular.

Vejamos a descrição:

À direita do rio [Paraibuna] encontram-se algumas casas cobertas de sapé; uma pequena capela foi construída à beira do rio, e bem próximo se vê uma casa de um só andar e que anuncia a abastança do proprietário. Do outro lado do rio, e em frente a essa casa, está situada a do registro, que é muito baixa, aproximadamente quadrada, e cujo teto, muito pouco inclinado, e coberto de telhas, se prolonga sobre uma galeria (varanda). Dois morros mais ou menos semelhantes se elevam por trás do registro, e, encontrando-se na base, afastam-se progressivamente um do outro até o ápice... Atravessamos o Paraibuna sobre uma balsa semelhante à existente no Paraíba, e, chegados à margem esquerda do registro, apresentamos nossos passaportes ao comandante do registro, que nos recebeu com polidez.

Examinaram-se os passaportes no registro do Paraibuna com mais severidade do que nas margens do Paraíba, e para se certificarem de que os que vêm da Província de Minas Gerais não trazem consigo ouro em pó ou

11 Viagens ao interior do Brasil. p. 112

diamantes, revistaram-se as bagagens e malas, que já o tinham sido mais além, no lugar denominado Rocinha de Simão Pereira. Paga-se 640 réis pelo visto de cada passaporte; paga-se, além disso, pela passagem dos dois rios, 460 réis por burro, e 250 réis por indivíduo livre ou escravo; finalmente, os que conduzem para as Minas escravos recentemente adquiridos, são obrigados a pagar um imposto de 5\$400 réis, por cabeça. As pessoas que vão da Província de Minas ao Rio de Janeiro com barras de ouro também são obrigadas a fazer a declaração no registro do Paraibuna. Dá-se-lhes um certificado do valor dos lingotes que exportam, e, como não podem vende-los a nenhum particular, e têm que permuta-los na casa da moeda do Rio de Janeiro, é necessário, na volta, apresentar um recibo desta repartição perfeitamente de acordo com o primeiro certificado.

São funcionários civis os que recebem os direitos: a retribuição paga pelos vistos nos passaportes lhes pertencem; o pedágio, porém, faz parte da receita da Província do Rio de Janeiro, e, por esse motivo o destacamento militar acantonado no registro foi constituído por veteranos tirados dos diversos regimentos da província. Assim, embora a margem esquerda do Paraibuna pertença à Província de Minas Gerais e à Paróquia de Simão Pereira, que já depende do bispado de Mariana, o registro faz ainda parte da paróquia do Paraíba.

Como tanto o Sr. Langsdorff como eu fossemos portadores de passaportes régios, assinados pelo Ministro de Estado, os empregados do registro nada exigiram de nós...¹²

Raimundo José da Cunha Matos passou pelo Registro em 23 de abril de 1823, registrando que na edificação havia “um bom oratório”. Foi recebido pelo Tenente de Veteranos Carlos José de Melo, que comandava um destacamento de dezoito soldados,

12 *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. p. 48-49.

um cabo de esquadra e um sargento. Segundo Cunha Matos: “O quartel e a casa de administração do Registro e dos seus oficiais é acanhada e extremamente baixa. O rancho dos tropeiros não é mau; as casas e vendas são poucas”.¹³

Com o declínio da mineração, em 1830 o Marquês de Barbacena determinou à Junta da Fazenda de Minas Gerais a extinção do Registro de Matias Barbosa, passando as cobranças a serem feitas unicamente no Registro do Paraibuna.

Pelo Regulamento nº 14, de 1838, o Governador Bernardo Saturnino da Veiga instituiu a Barreira do Paraibuna, onde deveria ser paga uma taxa itinerária.

Richard Burton, em 1869, registrou o “grande pouso do Paraibuna”, parecendo se referir ao antigo Registro.¹⁴

Parece-nos que antigo Registro pode ter sido incorporado à Companhia União Indústria, com a finalidade de servir de apoio administrativo à rodovia e também como hotel, sem perder a função fiscalizatória como Recebedoria, denominação que passou a ser utilizada na época do Império.

Corroborando essa hipótese, em revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do ano de 1956 aparece uma fotografia da edificação com a legenda indicando que se tratava de antigo hotel da União e Indústria.

Os arcos plenos do segundo pavimento e da porção direita da edificação, típicos da segunda metade do século XIX, feitos de tijolos, são outra evidência de que se trata de uma edificação do período imperial¹⁵. Parece-nos que a porção esquerda do primeiro

13 Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, p. 12.

14 BURTON Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

15 A descrição atual da edificação é a seguinte: *Sobrado de dois pavimentos, de partido retangular. A fachada é marcada pela horizontalidade e ritmo na marcação das aberturas. Há predominância dos cheios sobre os vazios. Caracteriza-se pela rusticidade e ausência de ornamentação. A cobertura desenvolve-se em quatro águas, com cumeeira paralela à via pública e a vedação é de telhas de barro artesanais, tipo capa e bica. Os vãos apresentam-se com características distintas. No*

pavimento do prédio, com vergas retas e paredes feitas de pedras mais rústicas, é o remanescente do antigo Registro “baixo e quase quadrado” mencionado pelos naturalistas.

Interessante notar que o antigo Registro foi, para além de uma repartição fiscal, local de sociabilidade das elites residentes em seu entorno. Na capela anexa ao Registro, em 1870, foi criada, ao que parece por iniciativa do Barão de Santa Justa, a Irmandade de Nossa Senhora do Monte Serrat.

3. Proprietários do Registro

O primeiro proprietário do Registro do Paraibuna, localizado no lado mineiro do Caminho Novo, foi Garcia Rodrigues, que tinha o direito de cobrar impostos ao longo do caminho por ele aberto. Segundo Matoso, Garcia doou o Registro para a Coroa portuguesa. Conquanto seja em data incerta, a doação deve ter ocorrido na década de 1720, quando aparecem as primeiras nomeações oficiais de servidores da alfândega.

Pelo art. 18 da Lei Imperial nº 779, de 06 de setembro de 1854, o prédio da então Recebedoria do Paraibuna foi transferido da propriedade do Império para a Província de Minas Gerais.

Em 1864, já incorporada ao patrimônio mineiro, foi avaliada com o quartel do destacamento militar por dez contos de réis.

Em data ainda incerta da segunda metade do século XIX, o Registro foi transferido para proprietários privados.

Terá sido incorporado à Companhia União Indústria e posteriormente vendido a particulares?

Ao que parece, sim, pois em 06 de fevereiro de 1894 Manoel Bento do Valle e sua Mulher Maria de Freitas Azevedo Valle venderam a Bento da Rocha Vaz e Maria Francisca Rocha Vaz as partes que haviam recebido de herança no inventário da sogra e

pavimento térreo as aberturas são portas, sendo que os vãos do trecho localizado à esquerda possuem vergas retas e os localizados à direita vergas em arco pleno. No pavimento superior os vãos alternam-se entre janelas de peitoril e portas rasgadas por inteiro, todos com vergas em arco pleno.

mãe Mariana de Azevedo Assis Freitas e do sogro e pai Jerônimo Pinto Freitas referentes ao sobrado do Registro (Livro 23 de notas de Simão Pereira, fls. 12).

Durante o período a que pertenceu a Manoel Bento do Valle (década de 1880 até 1894), descobrimos que o Registro funcionou como uma bem montada oficina de fabricação e conserto de caruagens, além de produzir ferramentas e gradis de ferro.

Em 30 de março de 1910 o Sr. Teotônio Alves Ferreira adquiriu o sobrado do Registro de Joaquim Teixeira de Magalhães e Dona Lúcia Delphim de Magalhães, residentes em Paraíba do Sul. (1º. Registro de Imóveis de Juiz de Fora. Cartório Toscano. Livro 3 B, fls. 94, n. 8376)

Em 13 de novembro de 1912 Teotônio Alves Ferreira vendeu o sobrado e terreno no entorno a Vicente Alves Ferreira (Cartório do Registro Civil do 2. Distrito Afonso Arinos – Levy Gasparian – Comarca de Três Rios – RJ).

Em 23 de julho de 1943 o imóvel foi vendido por Amélia Goulart Ferreira, Teotônio Alves Ferreira e Francisco Medeiros Ferreira para Dona Armanda Rodrigues de Loureiro. (Cartório de Registro de Imóveis de Matias Barbosa, Livro 03, fls. 101, Transcrição 508).

Em 1º de julho de 1961 o português Nelson Tomaz Ferreira adquiriu o imóvel, por compra, do Sr. Galdino Barreto de Loureiro e sua mulher, Dona Armanda Rodrigues Loureiro. (Cartório do Registro de Imóveis de Matias Barbosa Transcrição 2620 fls. 96 – Livro 3-A).

Em 30 de novembro de 1972 o Sr. Nelson Tomaz Ferreira e sua esposa, Dona Eugênia de Jesus Tomás, doaram a “Granja Imperial”, com a casa de pedras com 300 m² aos filhos Nelson de Oliveira Tomaz e Jorge Rubens de Oliveira Tomaz. (Cartório de Registro de Imóveis de Matias Barbosa - Livro 3 B – Transcrição 4409, fl. 66).

Em 22 de maio de 2000 o Casarão do Registro do Parai-buna, situado no Km 157 da BR 135 (União e Indústria) teve seu tombamento homologado pelo Decreto 205/2000, assinado pelo

Prefeito Enio Lucio Ferreira Costa.

Em razão do tombamento, no dia 10 de outubro de 2007 o Ministério Público do Estado de Minas Gerais assinou acordo com o Município de Simão Pereira e os proprietários do imóvel, o que viabilizou a desapropriação amigável do casarão do Registro e de uma área de terreno medindo 1.336,60 m² pela Prefeitura, em 05 de junho de 2008 (Cartório do Registro de Imóveis de Matias Barbosa – Livro 2, Matrícula 4.442), retornando o prédio à propriedade pública.

Pela Deliberação 01/2012, ocorrida em reunião plenária do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural, de 12 de março de 2012, o casarão do Registro do Paraibuna foi tombado pelo poder público do estado de Minas Gerais, estando sob a tutela do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

QUADRO DE PROPRIETÁRIOS DO REGISTRO DO PARAIBUNA	
ANO	PROPRIETÁRIOS
1719	Garcia Rodrigues
Década de 1720	Coroa Portuguesa
1854	Província de Minas Gerais
Anterior a 1894	Mariana de Azevedo Assis Freitas e Jerônimo Pinto Freitas
Anterior a 1894	Manoel Bento do Valle e Maria de Freitas Azevedo Valle
1894	Bento da Rocha Vaz e Maria Francisca Rocha Vaz
Anterior a 1910	Joaquim Teixeira de Magalhães e Lúcia Delphim de Magalhães
1910	Teotônio Alves Ferreira
1912	Vicente Alves Ferreira
1943	Galdino Barreto de Loureiro e Armanda Rodrigues
1961	Nelson Tomaz Ferreira e Eugênia de Jesus Tomás
1972	Nelson de Oliveira Tomaz e Jorge Rubens de Oliveira Tomaz
2008	Município de Simão Pereira

4. Servidores dos Registros do Paraibuna

Pesquisando a documentação de Minas Gerais que se encontra recolhida ao Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, bem como os arquivos da Casa dos Contos, descobrimos que os Provedores, Escrivães e Fiéis do Registro eram nomeados diretamente pela Coroa Portuguesa.

O Fiel era o representante da Fazenda Real incumbido de expedir as guias de ouro em barra que saíssem de Minas, bem como fazer a permuta dos valores portados pelos viajantes por moeda oficial¹⁶. O Provedor era o representante da Fazenda Real que tinha a atribuição de gerenciar o Registro¹⁷, cuidando de seu funcionamento e representação junto às autoridades. Por sua vez, o Escrivão era incumbido de cuidar de toda a escrituração contábil e de lançar os registros de pessoas, mercadorias, e animais fiscalizados nos livros oficiais.

Havia ainda o Administrador, servidor privado representante do Contratador da arrecadação de tributos.

QUADRO DE SERVIDORES DO REGISTRO DO PARAIBUNA		
DATA	NOME	CARGO
1725	José Pereira de Oliveira	Provedor
1728	Francisco Ferreira Travassos	Escrivão
1729	Rodrigo Pereira de Vasconcelos	Provedor
1730	João Bezerra da Silva	Escrivão
1733	Gabriel Corrêa Guedes	Provedor
1733	João Bezerra da Silva	Escrivão
1739	José Meira da Rocha	Provedor
1739	Antônio dos Santos Pereira	Escrivão

16 Fiscais e Meirinhos, p. 392.

17 Segundo o Regimento de 04 de março de 1751 os Provedores de Registros tinham a atribuição de remeter, mensalmente, ao Intendente, a lista dos comboeiros e comerciantes que entrassem e saíssem de sua área, declarando seus nomes, locais de onde vêm, número de negros, cavalos, gados e cargas que carregam. Fiscais e Meirinhos, p. 391.

1741	Antônio Pereira da Costa	Provedor
1743	José Meira da Rocha	Provedor
1744	Joaquim Ferreira Varella	Provedor
1747	Antônio Pereira da Costa	Provedor
1750	Máximo Barbosa Pinto Pereira de Matos	Provedor
1762	José Honório Valadares e Aboim	Fiel
1768	José Pereira de Sales	Provedor
1775	Joaquim Pedro de Castro	Fiel
1802	Timóteo de Sousa Osório Correia de Azevedo	Fiel
1801	Marcelino Pinto Ribeiro	Provedor
1814	Agostinho Jose Martins Vidigal	Escrivão
1815-1818	Francisco Antonio Ciera	Provedor
1822-1827	José Antônio Barbosa Teixeira	Administrador
1836	Amador de Lemos Ornellas	Administrador
1846	Antônio Correia de Lima	Administrador
1847	Pedro de Alcântara Filho	Administrador
1848	Francisco de Paula Nogueira da Gama	Administrador
1850	Manoel Pinto de Goes e Lara	Administrador
1883	João Pires Alves	Administrador

Figura de destaque que tem seu nome associado ao prédio do Registro do Paraíba é Luis Alves de Freitas Belo, português natural da Vila de Monte Real, Bispado de Leiria. Luis foi empregado do célebre Contratador João Rodrigues de Macedo, como administrador do Registro do Paraíba, onde exerceu a função por longo tempo (entre 1775-1781).¹⁸ Seria Luis, posteriormente, sogro de Joaquim Silvério dos Reis, que se casou no Rio de Janeiro, em 1791, com sua filha Bernardina Quitéria. Outra das filhas de Luis, Mariana Cândida, seria a esposa de Francisco de Lima e Silva, pai de Luis Alves de Lima, o Duque de Caxias.¹⁹

18 ADIM, 9, 367.

19 ADIM, 1, 205.

5. Conclusões

Em razão de seus atributos arquitetônicos remanescentes do século XVIII e do seu vínculo com fatos memoráveis da história de Minas Gerais e do Brasil (Caminho Novo, Inconfidência Mineira, Revolução Liberal de 1842, entre outros), e pelo fato de ser exemplar único da arquitetura fazendária colonial mineira, o Registro do Paraibuna pode ser considerado como uma das mais importantes edificações históricas do nosso Estado.

Urge a soma de esforços para que o prédio seja restaurado e destinado à difusão e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

6. Referências Bibliográficas

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM).

BURTON Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

CARRARA. Ângelo Alves, Minas e Currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. Jornal do Brasil – 1811-1817. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida e CAMPOS, Maria Verônica. (orgs). Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1999.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia. 1989.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás. Belo Horizonte: ICAM. 2004.

MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia. 1978.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico de Minas Gerais. Guia de bens tombados. Belo Horizonte. 2vol. 2014.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. Um banqueiro na Inconfidência. Ouro Preto: ESAF, 1981.

ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Angela Vianna. Dicionário histórico das Minas Gerais. Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SALGADO, Graça (org). Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia. 2000.

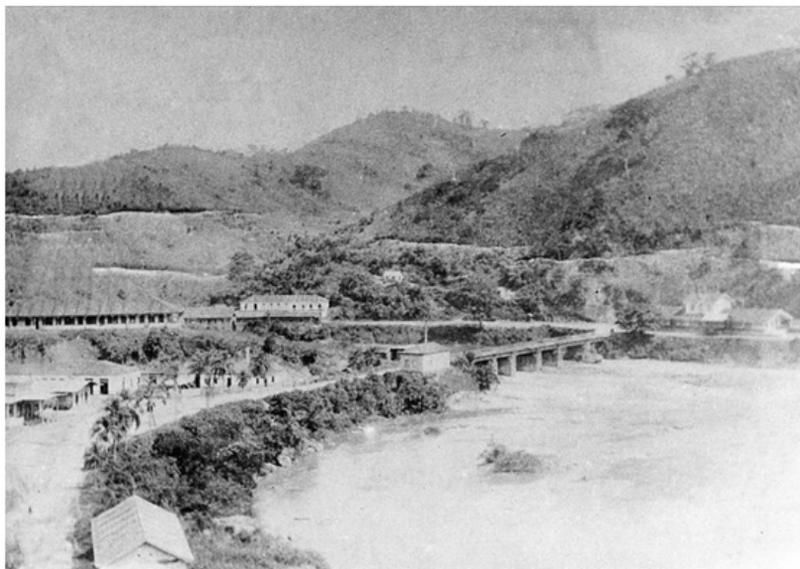
SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). Os diários de Langsdorff. Rio de Janeiro e Minas Gerais. V. I. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997

SILVA, Danúzio Gil Bernardino da. (Org.) Os diários de Langsdorff. Vol. I. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 1997.

SILVA, Pedro Gomes da. Capítulos de história de Paraíba do Sul. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas. 1991.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. Viagens através da América do Sul. Vol. 01. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

7. Anexo Fotográfico



Panorâmica do conjunto do Registro do Paraiubuna – final do século XIX



Detalhe do Registro do Paraibuna – final do século XIX



Registro do Paraibuna – década de 1930



Registro do Paraibuna em 1956



Pesquisadores do Caminho Novo abraçam simbolicamente o prédio do Registro do Paraibuna em 2015

Tancredo Neves em Andrelândia:
O “Causo” do Barbeiro

Marcos Paulo de Souza Miranda

Tancredo Neves em Andrelândia:

O “Causo” do Barbeiro

Entre os homens públicos mais reconhecidos no cenário político nacional encontra-se o Presidente da República Dr. Tancredo de Almeida Neves, mineiro de São João del-Rei, a sonhada capital dos Inconfidentes, onde nasceu em 04 de março de 1910 e foi batizado na Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em 18 de agosto do mesmo ano, pelo Monsenhor Gustavo Ernesto Coelho.

Tancredo esteve por diversas vezes em Andrelândia, onde contava com significativo apoio político de lideranças locais e advogava para alguns amigos.

E ali uma história inusitada aconteceu envolvendo o famoso Presidente.

Vejamo-la.

Na década de 1930, mais precisamente entre 1932-1934, Tancredo Neves foi Promotor de Justiça em São João del-Rei, onde um homem chamado Jesus matou, a facadas, uma mulher de nome Madalena, eviscerando-a.

Tancredo pediu 22 anos de cadeia para Jesus, o júri deu 18. O réu foi para a cadeia e Tancredo esqueceu o fato.

Nove anos depois, enquanto advogado, Tancredo vai a Andrelândia para despachar um processo judicial.

De barba por fazer, entrou numa modesta barbearia situada próxima ao cemitério velho, sentou-se e, cansado, fechou os olhos, aguardando calmamente o barbear, como era costume da época.

O barbeiro aproximou-se, pegou a navalha, afiou-a com esmero e começou a tirar-lhe a barba, puxando conversa:

– O senhor é o Dr. Tancredo Neves, né?

Tancredo abre os olhos, reconhece Jesus, o assassino de São João del-Rei.

Espia pelo canto do olho, a barbearia vazia, a rua vazia, não chegava ninguém, não passava ninguém, o suor minava abundante na protuberante careca e Jesus com a navalha enorme na mão pesada que corria pela garganta abaixo, sobe-desce, sobe-desce...

Jesus não disse palavra e aguardou taciturno a resposta. Tancredo só teve voz para dizer:

– Sou, sim.

– Pois é, Dr. Tancredo, a vida.

– Pois é, Jesus, a vida.

– Cumpri nove anos dos 18, estou aqui, o senhor aí, o senhor com sua barba, eu com minha navalha. Só queria lhe dizer uma coisa, Dr. Tancredo...

Tancredo suava frio, Jesus corria a navalha vagarosamente pelo pescoço. – Que coisa bonita é um júri, hein, Dr. Tancredo? Que coisa mais bonita, que discursos bonitos que o senhor e o outro doutor fizeram antes de me mandarem para a cadeia!

Terminado o trabalho, Jesus guardou a navalha, olhando detidamente para o pescoço de seu antigo algoz.

Suando em bicas e completamente trêmulo, o católico Tancredo deu a maior nota que tinha para o barbeiro e, ao deixar o aposento, suspirou profundamente dizendo em tom de invocação:

- Meu Jesus!,

Ao que retorquiu com voz gutural o xará do Mestre da Galileia:

- Pois não, Doutor!

Tancredo berrou apavorado:

- É o outro!

E saiu em desabalada carreira rumo ao hotel de Andrelândia, onde, dizem, precisou trocar a calça.

Marido e Mulher
(Após 40 anos de casados)

Homenagem ao Leal,
nos 60 anos da fundação da AMMP

Marcos Viola de Carvalho

Marido e Mulher

(Após 40 anos de casados)

- Augusto?!!!
- Sim!
- Fechou a porta?!!!
- Fechei!
- Augusto ?!!! E o gás?!!!
- Fechei!
- Olha as janelas, Augusto!
- Fechei e as portas também!
- Augusto?!!!
- Siiimm!!!
- Comprou a mortadela que eu pedi?!!!
- Comprei, e o pão também!
- Augusto?!!!
- Siiimmmm!!!
- Augusto, você é muito reticente. Voce gosta de mim?!!!
- Por que a pergunta agora, mulher?!!!
- Nada não. É porque você gosta de mim, não gosta?
- Siiimm, (em tom baixo, quase sussurando)
- Então venha dormir, Augusto! Agora!!!
E não esqueça de apagar as luzes... Augusto?!!!
- Sim!
- Até amanhã!
- Até amanhã!
- Durma com Deus, Augusto!!!
- Você também...

Homenagem ao Leal, nos 60 anos da fundação da Ammp

Como fiz a apresentação escrita na homenagem prestada ao Doutor Antônio José Leal, por ocasião do pré-lançamento da Revista *JUS* nº. 27, e ora nominado (não seria imposto?) pelo Doutor Nedens Ulisses para reafirmar nesta sessão comemorativa dos 60 anos da fundação da nossa AMMP, tudo aquilo que naquelas páginas ficou registrado, eu entendo, *permissa venia*, que para não ser repetitivo, o faça pelo avesso. Explico: o fim é o começo, o começo de uma trajetória que nos uniu por longos anos e que teve origem justamente na esfera jurídica. De um lado um Promotor de Justiça iniciante nas lides forenses e de outro um velho, porém novo advogado, dos mais afamados da região norte-mineira e ora nosso colega.

Ao contrário daquela homenagem, peço *vênia* a todos aqueles que aqui nos honram pelas sublime e alegre presença, para me referir às plagas de onde vem nosso querido Leal: Montes Claros e região. Recordo-me, e já se vão longínquos anos, mais precisamente 38 anos, quando aportei em Monte Azul, um pouco mais distante de Montes Claros. Naquela época, 280 quilômetros de chão batido, muito areão, cascalho e poeira. Ainda me lembro, como se fosse hoje, quando descii do ônibus com duas malas: uma com roupas e outra com livros e códigos, fato que não destoava de alguns outros colegas que andaram em tempos idos pelas montanhas destas Minas Gerais. Fui alojar-me em uma pensão simples, onde um quarto me recepcionou mostrando que lá havia uma cama com mosquiteiro, uma bacia com água e um urinol debaixo da dita cama. E era só! O banheiro, ah!, o banheiro era um casebre tosco de mais ou menos 2x2, com um buraco no meio do

piso, onde as necessidades eram feitas. No início foi um choque! Logo eu que despenicara por 1.100 Km, desde o sul de Minas em direção ao setentrião. Estava acostumado, na minha terra, com bons hotéis onde se faziam as refeições em mesas ornadas com flores, com talheres de prata, porcelana chinesa e toalhas de algodão egípcio. Meu pai, peço licença para relatar, embora desviando do assunto, era *Maitre d'Hotel*, no Hotel Imperial, em Lambari, MG, na época um 5 estrelas. Vestido a caráter, paletó com lapelas de seda, gravata borboleta preta, sapatos impecavelmente lustrados, atendia a todos e em todas as mesas com gentileza e coordenava os diversos garçons. Mas, (voltando ao assunto principal que é a homenagem ao nosso Leal) aí veio a percepção clara da realidade. Acostumado com gente vindo do Rio de Janeiro e São Paulo, aportando em Lambari em veraneio, ou para tratamento com as diversas águas minerais que a cidade oferecia, enfrentei o primeiro choque. O choque de cultura que nosso imenso estado oferecia. Todavia, isso durou pouco tempo pois com o passar dos meses, o sertanejo foi me abrindo o espírito, cativando-me e ensinando-me a viver desapegado do passado. Ora, eu necessitava de viver somente o presente! E presente era real! Presente este consubstanciado no bravo homem do sertão, um obstinado: todavia, antes de ser obstinado, era resignado com a sorte e acima de tudo acolhedor, percebebi.

Ocorria no ano de 1975 uma das piores secas ali registradas; vi com meus próprios olhos e senti na alma o porque de tanta obstinação e resignação daquele povo humilde. Não mais havia pasto, o verde deixou de existir, os rios secaram e a plantação não vingou. A fome batia no estômago do sertanejo e refletia em seu semblante alquebrado. Pele seca, vincada pelo tempo e pelo sol inclemente da região via o sertanejo, sem poder fazer nada, morrer o seu gado que de tão fraco recusava-se a se alimentar. Era um pouco de palma picada, única fonte de alimentação que restava.

A fraqueza o fazia ajoelhar-se, deitar-se e depois de algum tempo, num estertor de agonia, entortar a cabeça e o pescoço, para não mais levantar-se do chão, este quente como brasa. Os olhos ficavam estatelados, imensos e sanguíneos de sofrimento,

fazendo a festa dos mosquitos e urubus que ali já começavam a rondar em círculos, cada vez mais baixos, esperando a hora chegar. Guimarães Rosa, Graciliano Ramos e Euclides da Cunha souberam descrever tudo isto. O obstinado Antônio Conselheiro com sua Canudos, a região baiana de Jeremoabo e o Rio Vaza Barris seco, de onde retirava a água somente de cacimbas, palco de várias carnificinas cometidas contra aquele povo humilde que seguia a inspiração de um louco sonhador. A fome pungente da cadela Baleia. Morte euclidiana, pesarosa e triste, como se fosse de um ser humano. Os jagunços de Rosa, o amor escondido (homoafetivo?) de Riobaldo e Diadorim, o cangaço, os mandacarus, a caatinga e o céu azul.

Embora nem tudo fosse triste no sertão, meu caro Leal, também me recordo das manhãs primaveris. Da brisa leve, suave, carregada de odor doce e perfumado das flores típicas dessa estação. Das primeiras chuvas que, como milagre, transformava o chão ressequido em um imenso tapete verde. As árvores carregavam de folhas verdes, brilhantes. Chegava o verão e as flores e frutos logo vinham se juntar à paisagem. O gado, ah", o gado outrora magro, doentio, agora já era outro, altaneiro, forte, atingindo o peso de corte. O leite abundava. A brisa era constante; o mesmo vento leste que açoitava os conquerais do litoral de Bahia e norte do Espírito Santo era o mesmo que acariciava, agora, as árvores do sertão e o mato ralo das caatingas, por onde o gado pastava livre e solto. O contrate era enorme. Daí a obstinação do caboclo e a "teimosia" em ali permanecer. Não raro, alguns se dependuravam em ônibus lotados em direção ao sul, no afã de trabalhar nas lavouras de café, ou na colheita de cana-de-açúcar. "*Nóis veve aqui de teimoso!*" – dizia um matuto conhecido, quando da estação da seca, em Espinosa. É uma meia verdade ... creio eu.

Amigo Leal, o que dizer das nuvens brancas, altas e lépidas, sem prenúncio de chuva, fazendo ora figuras animais, ora humanas, para, minutos após, se desfazerem do mesmo modo que apareceram, descortinando o azul celeste?! Abaixo delas gaviões, aqueles de asas, voavam em círculos espreitando um desavisado pintinho, desgarrado de sua mamãe para, em

segundos, aprisioná-los com suas garras afiadas?! Não era a lei da sobrevivência?! De tempos imemoriais?

As árvores sim, as árvores! Aquelas “inimigas” dos carvoeiros. Como eram muitas! Havia o pau-d’arco; me lembro da braúna; do juazeiro; do tamboril, da aroeira, da gameleira e dos intrigantes umbuzeiros, que o ano todo fingia-se de morto. As frutas carregadas de mel, prendiam-se nos galhos, troncos, hastes e se mostravam altaneiras, elegantes em sua beleza e doçura. Goiabas, uvas, mangas-rosas, todas elas soberbas, esperando ansiosas para serem comidas.

Leal, você ainda se lembra das festas de casamento na roça? Não eram debaixo de uma latada, geralmente de lona ou de uma videira, defronte da casa da noiva? Do arrasta-pé que “comia” solto a noite toda, regado a vinho, cerveja, cachaça, lascas de leitão pururucado, guarnecidos com arroz e farofa? Da sanfona, do pandeiro, do triângulo e da cantoria que ninguém entendia? A noiva toda radiosa e o noivo desconfiado? Esse era e ainda é o meu sertão por adoção, e o seu por nascimento. Sorte nossa! Não importa se é uma Montes Claros, uma Coração de Jesus, terra de sua querida esposa Vânia, de seus filhos e netos; uma Espinosa que acolheu a José Pontes Jr., Flodesmidt Riani e tantos outros. Não importa se é uma Mato Verde, Quem-Quem, Catuti, Pai Pedro, Gameleira, Brasília de Minas, Januária. O que importa é que o norte é tudo isso e algo mais. A crença no futuro e a resignação próprias daqueles que esperam sempre por um milagre.

Meu caro Leal, sabe por que não falei de você, alvo das homenagens, hoje ombreado a um Délio Osório de Paula também homenageado? Porque não dissequei sua vida ministerial durante todos esses anos? Suas conquistas? Suas medalhas e homenagens que já recebeu por onde passou? Suas alegrias e decepções? Eu respondo para você em poucas palavras:

– É porque estamos agradecidos ao sertão do Norte de Minas, pois de lá, das bandas intocadas da Serra

Geral; das lindas cachoeiras da Serra do Cabral, em Buenópolis; das encostas e das sempre-vivas da Serra do Espinhaço, dos Rios Verde Grande, Verde Pequeno, do Gurutuba e do encantado Velho Chico; daquele mesmo solo saudosista que é de onde você vem, com sua família querida! E também porque foi esse sertão que forjou você para nós e o Ministério Público.

Receba o nosso abraço e obrigado!

Criadores de Cavalo Crioulo

Convite

Mário Cavalheiro Lisboa

Criadores de Cavalos Crioulos

Comprar ou não comprar o cavalo, eis a questão. Natalício vinha pensando nisso há dias, sem coragem para decidir. Constrangido pela situação, havia comentado o caso apenas com um amigo mais íntimo, que também gostava de cavalos. Após duas rodadas de chope, chegaram à conclusão de que Natalício deveria comprar o cavalo. Claro que deveria, ora. E fizeram um brinde ao cavalo. O único problema que persistia era a forma de efetivar a compra. O grau de publicidade que deveria ser dado à mesma. Comprar é fácil, o difícil é revelar a compra. Lembraram-se então da reunião, marcada para ocorrer dentro de dois dias, e que à boca pequena haviam tomado conhecimento. Uma reunião quase secreta. Mas eles tinham sido convidados. Natalício primeiro iria à reunião, depois, daria jeito na compra do cavalo, seria o mais prudente.

Chegando ao local do encontro, Natalício percebeu a discrição do evento. Aos poucos, devagar, olhando para os lados, esgueirando-se contra as paredes, o pessoal vinha chegando. Havia escolhido uma casa discreta do subúrbio da cidade para se reunirem. Sendo noite, tiveram o cuidado de fechar bem as janelas para que ninguém da rua os visse. Predominavam cidadãos de meia-idade, bem sucedidos na vida, que tinham uma paixão em comum: criar cavalo crioulo. O motivo da reunião era apenas um: discutir e criar estratégias para comprar cavalo escondido das esposas. Natalício encontrou-se com vários conhecidos. Depois de todos acomodados, um dos criadores que havia sugerido a reunião foi direto ao assunto:

– Considerando que esposas são seres vivos que passam grande parte do tempo pensando em formas de gastar dinheiro, como trocar os móveis da casa, adquirir roupas finas e colocar

aparelho ortodôntico nos dentes dos filhos – mesmo sem precisar -, eventuais aquisições de cavalo crioulo pelos maridos comumente têm causado conflitos desnecessários. Se o criador de cavalo crioulo vai consultar sua esposa, não compra cavalo nunca. Tampouco vai se separar dela apenas para ficar livre para comprar cavalos, porque não apenas de cavalos vive um homem. Então a única solução é comprar cavalo escondido da esposa. Como se vê, o nosso objetivo é o mais nobre possível – visa preservar o núcleo familiar.

– Tem toda a razão – disse outro integrante do grupo. – Nossas esposas não tem muito do que se queixar. Como se vê, não estamos aqui reunidos para tramar sacanagens como sair atrás de mulher. Não! Os criadores de cavalo crioulo são por natureza pessoas de bons hábitos, bons pais, bons chefes de família. Estamos mais envolvidos com cavalos que com essas sacanagens que nossas esposas equivocadamente por vezes pensam que fazemos. Mas um cavalinho escondido, sim, não dá para deixar de comprar. A gente bota o olho, o animal é bonito: se der, a gente compra. Então, normalmente cria-se um problema em casa.

Depois, mais pausadamente, como se estivesse fazendo uma pregação religiosa, continuou: – Meus amigos, das observações que tenho feito, cheguei à conclusão de que existem três tipos de esposas de criadores de cavalo crioulo: esposa de primeiro grau; aquelas que você pode até comunicar antes de efetuar a compra; esposas de segundo grau: são as que você somente pode comunicar após efetuada a compra; esposas de terceiro grau: são as que você não pode comunicar nunca, aconteça o que acontecer. Abençoados os criadores que são casados com esposas de primeiro grau. Uns privilegiados. Compram cavalo à vontade, curtem a visão e o animal ficar andando pelo campo e até chamam a esposa para olhar. Não precisam fazer parte de nosso grupo. Mas infelizmente são poucos. A maioria está em situação assemelhada à nossa, na administração da difícil sina de curtir cavalo crioulo e ao mesmo tempo manter bom relacionamento conjugal. E, para nós, a regra de ouro é que a esposa somente tome conhecimento da aquisição após a mesma ocorrer. Compra-se

escondido, comunica-se depois. Se for o caso. Tudo depende do grau da esposa!

Seguindo nas discussões sobre o tema, resolveram então criar a ACCCES – Associação dos Criadores de Cavalo Crioulo Escondido das Esposas. A organização é uma associação secreta, sem fins lucrativos, que visa orientar e defender o interesse de seus associados na forma de compatibilizar a vida conjugal com a aquisição de cavalo crioulo. Para cumprir sua função social, a ACCCES mantém consultores de plantão – criadores antigos, cujo casamento deu certo – com a finalidade de efetuar orientação a qualquer hora sobre eventuais dificuldades que seus associados encontrem com suas esposas por ocasião de tratativas, aquisição e guarda de cavalo crioulo. A associação visa proteger e apoiar os maridos nesses momentos difíceis.

Após a reunião, todos resolveram comemorar numa churrasceria, que churrasco é a comida de criadores de cavalo crioulo. Cultura de gaúcho. Natalício também ficou entusiasmado, agora tinha mais apoio para efetuar sua aquisição. Somente ainda não conseguia definir se sua esposa era de segundo ou de terceiro grau.

Convite

Organizadora da festa dos vinte e cinco anos de formatura na Faculdade de Direito convida a todos os colegas para o encontro, postulando que enviem antecipadamente uma fotografia sua, atualizada. As fotos serão juntadas num só documento, o qual, alguns dias ante do encontro, será enviado a todos participantes. A providência visa evitar constrangimentos dos mais variados, como o de abrir a boca ante de cumprimentar alguém que há muito não se vê, de não se saber se estamos falando com um colega ou com um familiar seu ou de não ser reconhecido por um colega com que se convivia em grupos de Estudos. É para que todos fiquem conscientes de que vão encontrar na festa. Para evitar maiores surpresas. Algumas não muito agradáveis. Junto com a foto, pede-se também enviar um pequeno dossiê sobre as principais vicissitudes ocorridas nesses vinte e cinco anos. Mormente no plano afetivo: separações, descasamentos, remaridamentos. Fica a critério de cada um esclarecer loucuras e escândalos que se tenha protagonizado, pois isso poupará os demais de precisarem contar certos episódios em plena festa, o tititi do tipo "Sabe o que aconteceu com a fulana? Coitada!" Os sucessos e conquistas também devem ser comunicados. Isso evitará que o próprio beneficiado precise espalhar a todos as suas glórias, postura considerada antipática.

A Comissão já adianta alguns desses episódios.

A Janaína, aquela cheia que sentava na primeira fila, que estava sempre puxando o saco de professores, e se recusava a dar cola, depois de madura, por carência afetiva, culminou casando-se (casando não é bem o termo) com um taxista bêbado. É verdade que no início do relacionamento o cara não era taxista nem bêbado. Não era nada, mas nada também são objetos de paixão.

É da natureza humana. Depois que tiveram filhos, ele arrumou um emprego de taxista e começou a beber. Dizem que agora mais bebe que trabalha. Se ela o trouxer junto, favor não falar mal do alcoolismo em frente a ambos.

O Chico Burro, quem diria, terminou subindo na vida. Encostou-se no escritório de advocacia do sogro e comprou uma mansão. Ficou todo posudo. Está um nojo! Mas aquela sua limitação intelectual – conhecida de todos nós e exposta muito bem nos bancos escolares – continua sempre presente. O sogro o mantém em atividades secundárias, o suficiente para não atrapalhar. Mas por favor, tenham muita consideração com sua esposa. É uma mulher simples e de classe. E tem de pensar pelos dois.

Importante esclarecer que, mesmo revendo fotografias antigas, a maioria seguramente não reconhecerá a Mirna. É que ela submeteu-se a uma cirurgia plástica de sucesso duvidoso, resultando nariz e feições muito alteradas. Ficou toda repuxada. Ela acha que ficou bem. Consta não ser a opinião da maioria. Pedimos a todos que não sejam tão sinceros com ela.

A Lurdes Mameluco envolveu-se de forma escandalosa com o capataz da fazenda de seu marido, o que deu causa a traumática separação. Mas a referida conduta, para nós que com ela convivemos durante cinco anos, não é novidade alguma. Não sei se os colegas lembram-se, mas a Lurdes somente aceitava ingressar em grupos de estudos constituídos de colegas homens, indiferente se fossem solteiros ou casados. E quando a coisa ficava preta, reunia-se em aulas particulares com professores. Vocês me entendem. Consta que irá comparecer à festa com o quinto marido.

Talvez vocês demorem a reconhecer o Claudinho Balão, aquele gordinho que sentava nas últimas cadeiras. Está murcho e com cintura fina. Tem feito rigorosa dieta. Mas não por virtude não, sim por necessidade. Pois desde que saiu da faculdade o Claudinho continuou sempre fumando muito e bebendo todas. Em algum lugar tinha de estourar. Teve um enfarte. Por favor não lhe ofereçam bebida nem cigarro, que nossa festa não deve ser lugar para recaídas.

O Júlio e o Custódio seguramente sentarão juntos. Fleumáticos, disciplinados e certinhos desde o tempo de faculdade, agora pioraram um pouco, mas, ao invés de leis e jurisprudência, atualmente só falam em colesterol, pressão sistólica e próstata. Recomenda-se não fumar, não beber e não comer em frente a eles.

O Ronaldo, aquele que era candidato a tudo que era cargo na faculdade, manteve, nesses vinte e cinco anos, o sonho de grandeza. Foi candidato a deputado estadual, depois a vereador, depois a líder de bairro, depois a síndico do condomínio e perdeu todas essas eleições. Mas continua com a pose de senador. Esses, acreditamos, sejam alguns esclarecimentos interessantes. Para aquecer a festa. Outros seguramente ocorrerão durante o evento. Vai ser uma grande festa.

Um Orfeu na Praça dos Profetas

De Brazópolis para o mundo

Maurício Braga de Mendonça

Um Orfeu na Praça dos Profetas

CONGONHAS, cidade histórica das Minas Gerais, está situada na Zona metalúrgica do Estado, com um território montanhoso e altitude de 870m, a 66 km de Belo Horizonte, limita-se com os municípios de Belo Vale, Jeceaba, São Brás do Suaçuí, Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e Ouro Preto; está localizada no dorso de duas elevações, a Serra do Rola Moça e a Serra do Mascate, suas terras são banhadas pelos rios Maranhão, Santo Antônio e Goiabeiras; seu primitivo nome era “Congonhas do Campo” que significa na língua Tupi: “Congói” – nome de uma planta muito farta na região utilizada para o preparo do chá pelos indígenas Carijós, habitantes do lugar. Por volta de 1690 por ali transitaram os bandeirantes do grupo chefiado pelo desbravador Bartolomeu de Gusmão, interessado na exploração daquele solo rico em terras auríferas. Alguns mineradores ali ficaram a fim de explorar o sítio e enraizar-se e constituir família naquelas terras. Com o passar do tempo, um deles, de nome Florêncio, ficara muito doente e temente a Deus fez promessa ao Bom Jesus de Matozinhos: se porventura sarasse construiria uma capela em nome do santo. Ao cabo de pouco tempo viu-se curado e deu início, então, ao cumprimento da promessa iniciando a construção da capela. A obra estava quase finda quando Feliciano faleceu no ano de 1765. Alguns anos se passaram até o seu Templo dedicado ao Bom Jesus de Matozinhos estar finalmente terminado.

Hoje, este Santuário é mundialmente famoso. Mas essa fama não se deve à promessa cumprida daquele minerador português e sim por ser o depositário da rica obra deixada por Antônio Francisco Lisboa, O Aleijadinho. Ali estão, esculpidas em pedra-sabão, de tamanho natural, 12 estátuas de Profetas, posicionadas como sentinelas, espalhadas pelas escadarias do

Templo religioso, como que a guardar aquele Santuário. A grandiosa obra nasceu das mãos atrofiadas do grande Mestre do Barroco Mundial, outras notáveis figuras de Aleijadinho lá estão representando os passos da Paixão (são 66 imagens entalhadas em cedro) e distribuídas em 6 capelinhas existentes pelo amplo adro da igreja. Essa rica obra de arte foi declarada pela UNESCO em 1985, “Patrimônio Cultural da Humanidade”.

Esse conjunto de Barroco Mineiro sempre foi utilizado como cenário de trabalhos teatrais ou mesmo cinematográficos. Foi para essa cidade histórica que no princípio daquele ano se deslocou um grupo de cineastas do Rio de Janeiro, no intuito de filmar a história contida num romance do escritor e jornalista Antônio Callado, de nome “A Madona de Cedro”, cujo roteiro seria em torno de um furto no interior do Santuário. Segundo o romancista a versão se passava em plena cerimônia da Semana Santa e o produto desse furto seria uma imagem valiosa do Aleijadinho que ficava no altar da igreja e era conhecida como “A Madona de Cedro” (esculpida pelo famoso escultor mineiro numa peça de madeira de Cedro).

Naquele verão de 1968 chega à cidade Mineira uma caravana de cineastas. O grupo se hospeda no majestoso Hotel Colonial, localizado na praça do Santuário. A equipe era composta de um Diretor, e quatro atores, todos bastante conhecidos do público, pois atuavam nas emissoras de TV e cinema. A turma era enriquecida com a beleza estonteante da famosa atriz Leila Diniz, bastante conhecida no meio artístico. Uma mulher jovem, esbelta, de uma beleza clássica, estatura média, morena clara, de cabelos curtos e castanhos, olhos negros e cintilantes, de um andar leve e macio, chamando sempre atenção de quantos por onde passava com o seu glamour hollywoodiano em seus delicados passos. Tornou-se famosa quando surgiu no seio artístico com seu comportamento rebelde desafiando a sociedade da época. Foi como um terremoto a sacudir usos e costumes, quando se transformou no maior ícone da liberdade feminina. Ela desafiava, enfrentava e divertia com suas atitudes e simbolismo os brasileiros. Em público dizia palavrões, nas entrevistas revelava suas

preferências sexuais sem dar satisfações a quem quer que fosse. Casou-se com um cineasta. Quando engravidou-se da única filha, num gesto autêntico e irreverente, num desafio à sociedade feminista posou de biquíni para a imprensa, na praia carioca de Ipanema. Leila vivia assim, autêntica e irreverente, com alegria e paixão. Foi essa Leila que o Túlio conheceu, o boy que atendia aos hóspedes na portaria do Hotel Colonial.

Conheciam-no pelo apelido de Tulinho, um rapazinho de aproximadamente 15 anos, que sempre era visto por ali na portaria, ora conduzindo malas ou pertences de pessoas que se hospedavam, ora atendendo-os em seus apartamentos... Naquela manhã, quando Leila Diniz apontou na porta do Hotel, Tulinho teve uma natural emoção. Já entrando na adolescência sentiu pulsar diferente o coração. A bela imagem da moça não lhe saía da mente. Ah! Paixão, paixão". De noite "ela" não saía de sua cabeça. Sonhou, teve pesadelos e calafrios. De manhã, estava ele, bem cedinho, à espera daquela imagem de Deusa, na portaria. Leila segue a turma para o local das filmagens e, ao passar por ele, ali sentado à porta do hotel, sorri-lhe e lhe dirige um olhar malicioso e dá-lhe uma piscadela sedutora. Ele a segue de longe com seu olhar complacente e apaixonado...

E Tulinho, qual Orfeu à procura de sua amada Eurídice, corre veloz para a praça do Santuário para vê-la trabalhando na filmagem, escondido entre os curiosos que ali se postavam. Embriagado de amores, Tulinho no restante da semana, fez o mesmo roteiro até que no final daquela semana, ouviu comentário que os cineastas já estavam de partida no outro dia. Ficou desorientado sem saber o que fazer. À noite, sentado próximo a portaria do hotel, o telefone no balcão toca estridente O porteiro atende-o rápido Era um hóspede solicitando que levassem até seu quarto um jarro d'água. "- É prá já seu Zuza", diz o empregado e voltando-se para o rapaz fala: "Tulinho! Faça o favor. Leve água para o seu Zuza porque o garçom já foi dormir, tem que ser você, é o apartamento 27". Tulinho apressou-se a apanhar a bandeja com a jarra d'água e tratou de subir pelo elevador. Chegando no corredor comprido onde ficavam os apartamentos, caminhou em direção do nº 27.

Bateu na porta e de dentro ecoou uma voz rouca parecendo ser de sono: “- Está aberta! Entre!” O rapaz empurrou a porta e devagar foi entrando. Seu Zuza estava já estirado sobre a cama, o lençol cobrindo-lhe parcialmente seu corpo (o hóspede era gordo e com uma vasta cabeleira branca). O boy estendeu-lhe o copo d’água que foi seguro pelo hóspede. Após sorver um gole, seu Zuza falou-lhe então: “- Sente-se aqui um pouco, tá quentinho!”. “- Não, disse-lhe rispidamente o boy, preciso retornar”, E afastou-se querendo ganhar a saída. Mais que depressa o gorducho alcançou seu braço tentando levá-lo para junto de si, parecendo garras, mas Tulinho foi mais rápido e, safando-se de suas mãos, deu rapidamente o fora, alcançando o corredor e a escadaria, ela seria mais rápida que o elevador. Desceu afobado os vários degraus e logo, passando como um foguete pela portaria, atravessou a pesada porta do hotel e ganhou a rua. Correu e foi esconder-se aos pés de um profeta que estático vigiava o Santuário. Ali acabou dormindo. No dia seguinte, bem cedinho, tratou de esconder-se em seu próprio quarto. Naquela manhã o grupo de cineastas, após o café deixava o Hotel Colonial. Com o Trabalho ali findo, disseram adeus à cidade de Congonhas e seguiram rumo à Cidade Maravilhosa.

Tulinho ao “deixar sua toca”, ainda assustado com o que ocorrera na noite anterior, ficou bem tristonho por não ver mais sua “Diva”.

Passou o tempo. Era o ano de 1972. Tulinho, já homem feito, cursava a Faculdade de Direito na Capital de seu Estado quando um dia, olhando em uma banca de jornais, deparou com uma triste notícia que despertou-lhe um pedaço de seu passado que gostaria de vê-lo enterrado para sempre. A notícia estampada nos jornais era: “Leila Diniz, considerada a Musa do Cinema Novo e da Bossa Nova, perde a vida em acidente aéreo com a explosão do avião perto de Nova Déli, na Índia”. Ela havia participado do Festival Internacional de Adelaide. Tinha 27 anos e deixa uma filha de 7 meses, Janaina. Leila Diniz viveu sua vida com autenticidade, espontaneidade, irreverência, muita alegria e paixão.

De Brazópolis para o mundo

Na cidade de Brazópolis, no Sul de Minas Gerais, minha terra natal, na divisa com Campos do Jordão, Estado de São Paulo, estão instalados quatro telescópios que compõem o Observatório Astrofísico Nacional – OAN da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O monte é conhecido por “Pico dos Dias”, no Distrito de Dias, Município de Brazópolis, na Serra da Mantiqueira, “lá onde as nuvens descansam” – no dizer dos silvícolas.

Agora, noticiam os jornais que foi instalado ali um novo telescópio próximo ao Observatório, no Pico dos Dias, vindo da Rússia com o objetivo de monitorar lixo espacial como satélites velhos ou detritos espaciais. Assim, a cidade Mineira de Brazópolis, onde nasceu o ex-Presidente da República o Dr. Wenceslau Braz - 1914/18 (e não em Itajubá, como se pensa), com a instalação de mais esse equipamento de grande alcance em seu território, consolida sua posição como “o maior centro de observação astronômica do Brasil”. É lá que está o maior Telescópio do país, instalado pelo Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA). Esse trabalho empreendido pela estatal russa tem o intuito de mapear os detritos que estão na órbita da Terra, fragmentos e pedaços de satélites sem uso e foguetes que continuam no espaço. Também tem a possibilidade de se fazer mapeamentos visando monitorar o caminho seguido pelos satélites podendo prever a saída de alguns deles cujo equipamento corra o risco de cair, ao sair de órbita e acompanhem pedaços maiores, evitando, assim, acidentes de grande porte.

O Observatório no “Pico dos Dias” está localizado a 1.864 metros de altitude e possui quatro Telescópios brasileiros e um da Rússia. Os Telescópios brasileiros têm visões de pedacinho do céu com a ampliação maior”, já o telescópio russo, “a sua visão é menor mas com a potência de mapear uma área mais extensa”.

No princípio, houve muita dificuldade para encontrar um lugar ideal para instalar o Observatório Astrofísico Nacional. Após sondarem vários campos pelo Sul de Minas, finalmente foi localizado o sítio de Pico dos Dias. O campo é perfeito: dentro de uma mata pertencente à Mata Atlântica, solo pouco úmido, muita planta vegetal, visão de céu aberto, sem luminosidade que pudesse chegar no sítio com risco de prejudicar a fonte de visão, enfim um espaço propício para o campo da astrofísica.

O responsável por essa localização do Pico dos Dias veio de longe. Nasceu no século XIX, na França em 1880. Muito religioso, ingressou na vida sacerdotal, ordenando-se padre no ano de 1904. Deixou cedo seu país vindo para o Brasil. Aqui, ingressou no corpo da Diocese de Pouso Alegre, MG, servindo em várias paróquias de Minas Gerais. Passado algum tempo, foi nomeado para as funções de Capelão do Colégio Normal dirigido pelas irmãs da Providência, na cidade e paróquia de Brazópolis, no sul de Minas – isto em 1932. Até o ano de 1955, aí permaneceu nas citadas funções. Faleceu na sua Terra de Adoção, em dezembro do ano de 1955 e está sepultado no cemitério da cidade.

O "padre Jazedê", como era chamado, foi um sacerdote muito justo, atencioso e caridoso. Possuía um alto grau de espírito pesquisador. Era autodidata em Astronomia e Astrofísica, muito dedicado ao estudo da Meteorologia, o estudo dos fenômenos atmosféricos como os ventos, as chuvas, as nuvens, etc., que eram detectados nas vias do céu – “a ciência da variação do tempo”. Da janela de sua casa paroquial, em Brazópolis, o sacerdote quase sempre era visto empunhando uma acanhada luneta vasculhando o céu. Quantas vezes os moradores da região testemunhavam a presença do sr. Cura, em noites afora ou no romper da aurora, indo ou vindo, na direção daquele pico, pouco além do Can-Can, trafegando em sua motocicleta, tendo a tiracolo sua velha amiga a luneta e uma mochila em que levava alguns objetos e entre eles um pequeno barômetro que mede a pressão atmosférica. Ele ia enfrentando as intempéries dos caminhos, estreitos e cheios de pedregulhos, na sua missão sagrada de estudar os caminhos do céu.

Durante o tempo em que viveu em Brazópolis ele tinha o cuidado de registrar suas pequenas notas meteorológicas semanais que eram publicadas todos os domingos no jornal da Prefeitura do município. E assim, até meados de 1955, estas anotações eram registradas e sempre com acerto. Tais registros foram religiosamente feitos no período que esteve entre nós o Cônego Jazedê, de 1932 a 1955, data de seu falecimento.

Nos idos de 1960, tendo conhecimento de que o Observatório Nacional Astrofísico iria instalar um Observatório no Pico dos Dias, a cidade de Brazópolis, por uma Comissão de cidadãos brazopelenses, fez chegar às mãos dos responsáveis pelo O.N.A. no Rio de Janeiro, as importantes anotações, elaboradas pelo saudoso Cônego Teófilo Jazedê, o que foi de grande valia para que escolhessem o Pico dos Dias para aquele objetivo: a instalação ali, no Pico dos Dias, do Observatório Nacional Astrofísico.

Daí a razão do título de nossa crônica. E a homenagem mais que justa ao batismo daquele campo Astrofísico de "Posto Observatório Nacional Astrofísico Cônego Teófilo Jazedê". É onde se localiza o maior "Centro de Observação Astrofísico do Brasil".

IV

Depoimentos de Vida

Dirigindo uma Penitenciária

Joaquim Cabral Netto

Dirigindo uma Penitenciária

O telefone tocou e o Secretário de Estado foi objetivo:

– Seria possível sua ida à minha residência amanhã, pela manhã? Gostaria de lhe falar sobre uma questão administrativa de minha Pasta.

E lá fui eu, sem noção do que ele desejava. Afinal o Governo do Estado havia mudado e eu não conhecia ninguém dentre as novas Secretarias do Estado. E ele foi direto ao assunto:

– Precisamos reerguer a Penitenciária Agrícola de Neves, e entendemos que deveríamos entregar sua direção a um membro do Ministério Público. A meu pedido um Procurador de Justiça, disse-me ele, procurou, junto ao Procurador-Geral de Justiça um de seus integrantes para assumir essa tarefa. O seu nome foi uma indicação pessoal dele, e com uma observação:

“– Quem poderá ajudá-lo é o Promotor de Justiça do Tribunal do Juri de Belo Horizonte, Dr. Joaquim Cabral Netto. É um homem disciplinado, inteligente e com grande espírito de organização”.

Em face disso, quero convidá-lo para assumir a direção daquela penitenciária.

Eu tinha da PAN a lembrança de meus tempos de Acadêmico de Direito, quando lá ocorreu uma excursão organizada pela Faculdade de Direito de Juiz de Fora, onde eu então estudava. De pronto surgiram à minha frente as imagens de todos nós, disputando uma partida de futebol com os internos de Neves, e fui revivendo em minha memória as figuras de Ronald Valadares,

Geninho, Tímica, Dirceu, Pequé, Alcir e tantos outros colegas de turma! Ainda estava gravado em minha memória o momento em que eu marquei o gol de empate de nossa equipe naquele jogo.

Não sei se foi por isso mas, quando me dei conta, lá estava eu assentado, na cadeira de Diretor daquela Penitenciária.

A imagem do que vi, na inspeção que pessoalmente fiz nos primeiros dias em que lá cheguei, não foi boa. Internos deambulando pelos pátios ou no campo de esportes sem nada fazer; fábricas artesanais paradas; setor agrícola carente de homens, máquinas e incentivo à produção; o deficiente controle de entrada e saída deles quando autorizados a trabalho externo; celas “distribuídas” sem nenhum critério; um serviço médico com grande número de internos dependentes de determinados remédios; uma capela na qual raramente celebravam-se ofícios religiosos.

Percorri os corredores de suas alas e senti que era hora de por “a máquina a funcionar”. Vi de imediato que havia algo errado quando, pelas manhãs, via sempre uma fila no Serviço Médico.

– Esses, por receita médica, devem tomar remédios controlados. Alguns devem fazê-lo até mais de uma vez ao dia, disse-me o farmacêutico.

– São quantos os que tomam tais remédios, e como tais remédios são ministrados?

– Cerca de 140 internos diariamente tomam o remédio na minha frente e voltam para a vida intramuros. Todos os remédios são constituídos de pílulas!

De pronto percebi o que então ocorria.

Os internos colocavam as pílulas na boca, escondiam-nas embaixo da língua e, tão logo saiam da enfermaria, pegavam-nas e, com o conteúdo em mãos, trituravam-no e o misturavam-no com o tabaco dos cigarros vendidos no interior da penitenciária.

No dia seguinte o sistema de ingestão dos comprimidos mudou!

Ao chegar cada interno via sua pílula ser triturada em sua frente e, só então, diluída em água: era só bebê-lo.

Do número inicial de usuários de remédios controlados, restaram apenas nove.

XXXXXXXXXXXXX

Era com alegria que via o crescente número de integrantes do Grupo de AA que criei, sempre se reunindo, e aos domingos, quando da missa na Capela da Penitenciária, lá estava eu na sua porta de saída, apertando a mão de cada um dos presentes.

Era lá, no refeitório, que eu almoçava, e era no local em que o interno trabalhava que, diante de seus colegas, comunicava-lhe, pessoalmente, sempre que ocorressem, os benefícios, graças, comutações ou indultos que algum deles pudesse ter recebido e, com os colegas presentes, todos nós os cumprimentávamos com uma salva de palmas pelo benefício recebido.

Das 9 às 11, diariamente atendia pessoalmente aqueles que desejassem um contato comigo, e fazia questão que se assentassem e tomassem um café comigo (e, valha-me Deus quanto café tomei, muitas vezes até sem açúcar), chamando-os sempre pelo nome, e não pelo seu número.

Um dos momentos inesquecíveis, do tempo em que dirigi a PAN, ocorreu numa das madrugadas frias de julho. Saí, com o silêncio da noite escura, da Casa do Diretor, onde morava, para fazer uma inspeção na Penitenciária, o que regularmente fazia. Dessa feita, iria percorrer o prédio de recolhimento dos internos e, lentamente, caminhava pelas galerias do prédio número 1. De repente, ouvi um ruído estranho vindo do fundo de uma galeria do segundo pavimento. Pé-ante-pé, e em silêncio, caminhei em direção do local e antevi um homem que, assentado no chão de uma cela, chorava.

O pequeno ruído de meu tropeção fê-lo se levantar.

– Qual o problema? Posso ajudá-lo?

Ele, assustado com minha presença, e muito pálido, emendou:

– Não é nada não, senhor diretor, é apenas saudade!

XXXXXXXXXXXXXX

Já observei que, nas minhas atividades, eu sempre reservava parte da manhã para, pessoalmente, atender os internos. No princípio eles até estranharam pois todos eles, em meu gabinete, deveriam se assentar e, antes de conversarmos, tomar um café comigo.

Certo dia apareceu um senhor de certa idade, do norte de Minas Gerais,

– Senhor Diretor, sou pai de oito filhos. Recebi esta carta de minha filha caçula, a única que ainda não se casou e pediu-me para tentar ir ao casamento dela, que será daqui a uma semana. Vim conversar com o senhor sobre a possibilidade de ir ou não!

Girei minha cadeira e, do lado de meu birô, retirei a ficha dele de um arquivo. Quando acabei de ler os apontamentos dela constantes, ele emendou:

– Senhor diretor, o senhor viu que já tenho autorização do Juiz de minha cidade para visitar minha família dentro de determinados prazos. Já estive lá há cinco meses e, pelo espaçamento de uma visita a outra, eu ainda não tenho direito de voltar lá. Mas, vim aqui apenas por desengano de consciência, tentando ver se seria possível ir ao casamento da minha filha caçula. Eu precisaria apenas de três dias: um para ir, um para assistir ao casamento e, outro, para voltar!

Abaixando a cabeça emendou numa voz pausada e grave:

– O Senhor viu em minha ficha que eu matei um homem, mas eu tinha de matá-lo! Ele namorou minha filha mais velha por nove anos. Ele era como um filho para todos nós. Um dia ele a engravidou e, por isso,

fugiu do local. Isso não se faz com uma moça séria, e nem com a família de um homem de bem! Isso não se faz com as famílias de minha região. Eu não tive escolha!

Quando ele abaixou a cabeça, eu me dei conta de que não tinha à minha frente um homem qualquer, mas um homem que dentro da sua cultura, agiu como todos em sua situação. E era isso que eu teria de ter em conta no momento de decidir.

– Três dias, como o senhor quer, eu não posso lhe dar!

– Ele abaixou a cabeça e emendou:

– Eu sabia disso senhor Diretor. Eu apenas tentei para ficar com minha consciência tranquila por ter tentado ir!

– Eu posso lhe dar, sob minha responsabilidade pessoal, uma semana.

Ele arregalou os olhos, engoliu em seco, sorriu, agradeceu uma vez mais, e saiu.

Uma semana depois ele voltou, e foi ao meu gabinete.

– Como foi o casamento? – eu lhe perguntei.

– Sr. Diretor, todos os meus filhos e genros estavam presentes, e meus netinhos enfeitaram ainda mais a festa. Eu agradeço muito ao senhor, e minha filha, agradecendo ao senhor pela minha ida, mandou entregar ao senhor este pequeno embrulho.

Muito acanhado, e com voz embargada emendou:

– Eu sei, e todos nós daqui sabemos, que o senhor não aceita presentes, mas aqui está um queijinho que ela mesma fez para o senhor. Ela me pediu para “dar ele” ao senhor e que ficaria muito feliz se o senhor aceitasse.

Eu, de fato, não aceitava qualquer presente. Para quem ocupa uma função pública, com poder de decidir, mesmo que dentro de certos limites, isso pode ser muito perigoso, pois o ato pode ser distorcido e muito mal interpretado. Mas, pensei: se eu não aceitasse aquele “presente”, eu iria magoar a mais de uma pessoa.

Com o toque de uma campainha um funcionário adentrou e eu lhe pedi:

– Peça, por favor, que os internos que desejam falar comigo entrem.

Eram cerca de dez.

– Acabo de receber este pequeno queijo. Todos nós iremos tomar juntos um café e comê-lo, em comemoração ao casamento da filha de um colega dos senhores!

XXXXXXXXXXXX

Certa vez uma “tobata” criou-me um problema. Na verdade eu, que não fui criado em meio agrícola, nunca ouvira aquela palavra, e não sabia o que era e para que servia. E o chefe do serviço agrícola me dizia que era preciso comprar uma, e com urgência.

Quando a pequena produção industrial caiu, foi a seção agrícola que se tornou a alavanca de produção da penitenciária. Aliás era por isso que ela era chamada de Penitenciária Agrícola. E era hora de plantar o milho!

– Mas, por que a plantação de milho não começou?

– O terreno já foi destocado, teve os retoques iniciais para o plantio, e agora precisa da atuação mecânica de uma tobata para ser iniciado o plantio. Os homens estão esperando - disse-me a direção do setor agrícola, mas precisamos comprar uma “tobata”.

– E o que é isso?

– É um aparelho necessário a uma preparação mais rápida do terreno, principalmente como aqui, em que a área de plantação é maior.

– E o que temos de fazer para comprá-la?

– Primeiramente fazer uma “tomada de preço” entre três fornecedores, visando um preço de compra melhor e, depois, fazer o empenho da verba para adquiri-la.

– Muito bem! Comunique o departamento de compras para providenciar a “tomada de preços” e posterior compra!

Uma semana depois o Chefe do Setor Agrícola voltou à carga:

– Doutor, e a “tobata”?

Entrei contato com o setor de compras e dei-lhe a mesma orientação anterior. Mas, não havia jeito. Aquela “tobata” nunca chegava.

Um dia o Chefe do Serviço Agrícola procurou-me e foi muito franco:

– Dr. Cabral, a natureza não dá saltos e nem faz adiamentos programados. O período de chuvas está chegando, e nem uma só semente foi ainda plantada. Se a “tobata” não chegar com urgência, todo o trabalho de preparo do terreno estará perdido! E mais, uma insegurança e desapontamento começam a tomar conta dos homens que se prepararam para o plantio.

Convoquei ao meu gabinete, de imediato, o Chefe do Departamento de compras:

– Há quase três meses esperamos a compra de uma “tobata” e, até agora ela não chegou. O que está havendo?

– Dr., fazemos com urgência, semanalmente a tomada de preços e escolhemos a de melhor preço. Quando chega a ordem de compra a inflação foi de tal ordem que o vendedor já não mantém o preço inicial, e temos que começar tudo de novo. Mas até agora com o mesmo resultado.

Convoquei ao meu gabinete o contador da Casa, expus-lhe a situação e perguntei-lhe:

- Temos depósito em Caixa, capaz de rapidamente comprar a “tobata”?
- Temos, graças a uma receita do Setor Industrial que, depois de anos de paralisia começou a dar lucro.
- Então documente-se e compre a “tobata”.
- Mas Dr., não podemos lançar mão dele para a compra!
- Se não o fizermos, o prejuízo para o Estado será muito grande!

A “tobata” chegou, o plantio foi feito e a colheita de milho foi a maior já conseguida pelo Serviço Agrícola. Sem ela o Estado teria de gastar uma grande quantia, comprando milho de terceiros para as necessidades da penitenciária.

Tal é a burocracia e o entrave administrativo do Serviço Público, que para regularizar aquela compra foi preciso um ato do Governador do Estado!

Mas é preciso que eu faça uma confissão: até hoje não sei o que é uma “tobata”.

Um dia, por motivo de saúde, saí da direção da PAN.

Nunca mais voltei, mas nunca me esqueci de lá, e do muito que ali aprendi.

V

Críticas e Comentários Literários

This Island's Mine - Ressonâncias do teatro épico e
pós-moderno na obra de Philip Osment

Sérgio Parreiras Abritta

This Island's Mine: ressonâncias do teatro épico e pós-moderno na obra de Philip Osment²⁰

1. Introdução

Pretende-se, com o desenvolvimento do trabalho, examinar a estrutura da peça *This Island's Mine*, de Philip Osment, a começar pela sua correlação com o texto-fonte – *The Tempest*, de William Shakespeare –, com o objetivo de estabelecer se o texto de Osment é elaborado conforme as regras do teatro dramático, como o texto-fonte o é, ou se pode ser categorizado dentro da estrutura do chamado teatro épico (brechtiano), ou mesmo do denominado teatro pós-moderno, ou, ainda, se o texto contém ecos dessas formas teatrais.

2. *The Tempest* e a estrutura do teatro dramático

Se Shakespeare é conhecido como fundador da cena moderna, rompendo, em diversas obras, com a lei Aristotélica das três unidades – tempo, lugar e ação – considerada essencial na estrutura do drama trágico, não o faz, pelo menos de forma radical, em *The Tempest*.

Em relação ao tempo, pode-se verificar que, desde a tempestade provocada por Próspero até a cena final do último ato, que trata do perdão e da reconciliação, tudo acontece em um único dia. Já na cena II, do Ato I, Ariel fala que passa do meio-dia e Próspero, então, diz que, até às seis, eles têm que usar muito

20 Texto apresentado à disciplina "Teoria da Literatura, outras Artes e Mídias: intermedialidade e reescrita em *A Tempestade*, de Shakespeare", ministrada pela Prof. Dr^a Thais Flores Nogueira Diniz, no curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, no segundo semestre de 2016.

bem o tempo.²¹ E, no começo do Ato V, ao responder a Próspero, Ariel diz que são exatamente seis horas, horário determinado por Próspero para findar o trabalho.²² Portanto, o enredo se desenrola num único dia, o que significa a plena adesão de Shakespeare à regra da unidade de tempo.

No que tange ao lugar, é de se ressaltar que, se, por um lado, a trama se desenvolve num espaço macro – a ilha de Próspero –, há diversos espaços cênicos no entorno ou no interior desse, a saber: o navio no mar, a cela de Próspero, e diversos pontos da ilha (v. rubricas iniciais das cenas II e III, Ato III). Todos esses diferentes locais estão insertos no espaço da ilha ou em suas adjacências, donde se pode concluir que há um rompimento parcial com a unidade de espaço.

Quanto à unidade de ação, certo é que há um personagem principal: Próspero. Porém, como assinalou Aristóteles, “o que dá unidade à fábula não é, como pensam alguns, somente a presença de uma personagem principal; no decurso de uma existência produzem-se em quantidade infinita muitos acontecimentos, que não constituem uma unidade”.²³ Ocorre que *The Tempest* está centrada em Próspero, que dirige, com a ajuda do espírito Ariel, de maneira mágica e, portanto, presumivelmente indefectível, todos os acontecimentos, em busca de um objetivo único. As personagens secundárias denotam alguma possibilidade de traçar diferentes rumos para a trama, como no acordo feito por Antônio e Sebastian para que o primeiro mate Alonso, usurpando assim o reino de Nápoles (cena I, Ato II), o que traria mais poder para Antônio, ou, mais especialmente, no plano, de antemão malogrado, pela parvoíce dos envolvidos, de eliminação de Próspero,

21 “Prospero: At least two glasses. The time’twixt six and now/Must by us both be spent must preciously”. SHAKESPEARE, William. *The Tempest*. UK. Penguin Books, 2007.

22 Ariel: On the sixth hour, at which time, my lord,/You said our work should cease. SHAKESPEARE, William. *The Tempest*. UK. Penguin Books, 2007.

23 ARISTÓTELES, *Poética e Tópicos*, I, II, III e IV. São Paulo, Hunter Books, 2013. P.34.

preparado por Caliban, Sthephano e Trínculo, mas tudo de forma pouco vigorosa para intervir decisivamente no trecho. É a meta traçada por Próspero, no entanto, a linha mestra da urdidura, garantindo a conformação da peça à unidade de ação.

Diversos outros elementos da forma clássica de estrutura do teatro dramático estão presentes na obra de Shakespeare, a começar pelo tempo verbal que, no drama, é o presente. Os acontecimentos, em *The Tempest*, ocorrem no exato momento em que são apresentados ao espectador. Por outro lado, utiliza-se o autor do diálogo, que é o veículo do drama. A ação dramática, que, segundo Hegel, citado por Pallottini²⁴, “é vontade consciente, movendo-se para diante através de conflitos”, expressa-se no desejo de Próspero, o banido duque de Milão, de recuperar seu trono. A vontade oposta está estampada em Antônio, que incita Sebastian a matar Alonso, demonstrando que seu desejo de poder não arrefeceu, e que, portanto, não estaria arrependido nem disposto a devolver o ducado ao irmão. A força opositora está assente também no plano de Caliban de matar Próspero. O conflito, portanto – elemento central do drama –, gera, em *The Tempest*, conforme escreve Brunetière, “obstáculos dificilmente transponíveis, porém passíveis de serem enfrentados, em geral formados por um preconceito, ou pela vontade de outros homens; nesse caso teremos o drama.”²⁵

Anote-se, ainda, que há, em *The Tempest*, um fluxo causal: os acontecimentos estão ligados por uma relação de causalidade, e, de forma linear, sucedem-se uns aos outros, num encadeamento lógico que dá origem à progressão dramática, em direção ao clímax e ao desfecho. Há um todo, com começo, meio e fim, ou, nas palavras de Lehmann, “a essência dialética do gênero (diálogo, conflito, solução, alto grau de abstração da forma dramática, exposição do sujeito em seu caráter conflituoso), [...] [pois]

24 PALLOTTINI, Renata. *Introdução à Dramaturgia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 45.

25 PALLOTTINI, Renata. *Introdução à Dramaturgia*. São Paulo. Editora Basiliense, 1983, pg.29

drama significa fluxo temporal controlado, que se pode abranger com a vista.²⁶

Ademais, mesmo com a introdução de personagens mais apropriadas aos contos de fadas, como Ariel e os deuses Íris, Céres e Juno e diversas outras “formas estranhas” (cena III, Ato III), dá Shakespeare “tal organização ao seu material que tudo, praticamente tudo, ali, uma vez preparado, devidamente proposto, adequadamente introduzido, adquire foro de credibilidade, fica possível, torna-se aceitável, ou, em suma, verossímil”.²⁷

Assim, forçoso é concluir que a peça *The Tempest*, de William Shakespeare, apresenta elementos preponderantes da forma do teatro dramático.

3. O épico em *This island's mine*

This Island's Mine, de Philip Osment, ao contrário, não se amolda à forma do teatro dramático. A começar pelo rompimento com a lei das três unidades.

Da mesma forma que no texto-fonte, a trama se desenvolve num espaço macro, Londres, ou, mais precisamente, na ilha da Grã-Bretanha, referência, já constante do título, à ilha onde Próspero aportou na obra de Shakespeare. Outros espaços cênicos no interior da ilha, entretanto, sucedem-se a cada cena: restaurantes; as casas de Miss Roseblum, Luke, Mark, da mãe de Selwyn e de Marianne; o aeroporto de Heathrow; a sala de ensaio de *The Tempest*; as ruas de Londres; uma boate; a entrada de um hotel; o palco, no exato instante em que acontece a cena onde Caliban diz que aquela ilha é dele e de sua mãe, Sycorax, de quem Próspero a tirou.

A regra da unidade de tempo também não é respeitada: as cenas acontecem em dias diferentes, num espaço de tempo não delimitado.

26 LEHMANN, Hans-Thies. *Teatro Pós Dramático*. São Paulo: Cosac Naify, 2007, ps. 61,63.

27 PALLOTTINI, Renata. *Dramaturgia: A construção do personagem*. São Paulo. Ática Editora, 1989, p. 23.

E, no que tange à unidade de ação, não se pode falar, nem de longe, que a trama esteja centrada em um personagem principal, mesmo com Luke abrindo e fechando a peça, nem se se considerar a referência explícita do autor a Stephen/Próspero e Marianne/Miranda, eis que esses não conduzem a trama. Não há personagens secundários, estando todos aptos a impor novos rumos ao entrecho. E, mesmo se se entender que a unidade da ação se define não tanto pela unicidade e, sim, pela coerência orgânica, ou seja, que “os acontecimentos representados ou relatados podem ser numerosos [mas] devem ser ligados uns aos outros por um elo de necessidade e, explicitamente, concorrer para o desenlace da ação”²⁸, ainda assim deve-se concluir que, na peça de Osment, ela não é respeitada, pois os acontecimentos não estão necessariamente ligados por um encadeamento lógico, por uma relação de causalidade; se, por um lado, são muitas vezes mostrados em uma cena e retomados mais à frente, certo é, por outro lado, que alguns simplesmente poderiam ser suprimidos sem causar grandes embaraços ao conjunto.

Assim, ainda que se tenha na obra de Osment conflitos, como, dentre outros, o de Luke em contar à família sobre sua orientação sexual e, depois, fugir de casa; o de Mark Leigh ao perceber, depois dizer que tem um namorado (Selwyn), que é tratado de forma diferente por seus colegas de trabalho; o de Martin falando sobre o aprisionamento, derivado do medo, a que a AIDS poderia levar; o de Miss Rosenblum ao reinterpretar o passado, com toda sua carga de discriminação, fazendo uma analogia entre a nova doença e o fato de como os judeus eram vistos; o de Marianne, que foge da Carolina do Norte para poder, na Inglaterra, assumir sua identidade, fazendo-o através de um casamento de conveniência com Martin; o do diretor de teatro impondo a Selwyn, um ator negro, que não interprete Caliban como o bom selvagem, já que Próspero, e não ele, é o herói de *The Tempest*; o de Mark Leigh perdendo o emprego em virtude de ter assumido sua

28 ROUBINE, Jean-Jacques. *Introdução às grandes teorias do teatro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, pg.42.

orientação sexual; o de Dave, o filho de Debbie, que luta com os colegas porque eles dizem que sua mãe e Marianne são lésbicas; o das questões familiares de Selwyn, especialmente com o irmão, Wayne; o do caso de Stephen e Miss Rosenblum, no passado; o do caso de Luke e Mark; o do ataque dos policiais a Selwyn, um caso de duplo preconceito, contra os negros e contra os gays; o da descoberta de Marianne de que é irmã de Jody, e de que seu pai, Stephen, assediava a mãe de Jody, sua empregada, negra, ele, branco e poderoso, no distante ano de 1949; o de Selwyn comunicando a Mark que voltará para Hackney; o da venda dos lotes de sangue contaminado feita por Stephen; o da morte do gato Vladimir; o da carta de Mark a Luke, que fecha a estrutura circular do texto; todos são conflitos humanizados e desmembrados, não podendo constituir uma ação única, como eixo central da peça. Não há personagens dotados de vontade em atingir, a qualquer custo, determinado objetivo. Não há, portanto, progressão dramática, mesmo porque os elementos complicadores, mesmo existindo, não obedecem a um crescendo, e não criam a curva dramática, tão necessária à configuração do teatro dramático.

Isso se dá porque Osment se utiliza de elementos típicos do teatro épico, para construir uma dramaturgia que leva ao extremo muitos dos conceitos de Bertold Brecht.

Sabe-se que Brecht criou um conjunto de técnicas aplicáveis aos diversos elementos integrantes de um espetáculo – incluindo a dramaturgia –, visando a instauração de um teatro dialético, ou seja, um teatro que, abolindo a ilusão, abolisse também a identificação do espectador com a cena. Em suma, o conjunto de signos estéticos próprios dessa forma de teatro faria com que o espectador passasse a ter uma atitude questionadora, crítica, em relação à cena. É a teoria de distanciamento ou do estranhamento. Pretendia Brecht distanciar os acontecimentos do dia a dia que, por serem habituais, se tornaram, para nós, banais, transformando-os em acontecimentos extraordinários.

E quais seriam os elementos que poderiam forjar o efeito do distanciamento? Em seu ensaio *A nova técnica da arte de representar – breve descrição de uma nova técnica da arte de*

representar, conseguida mediante um efeito de distanciamento, o próprio Brecht explica:

É condição necessária para se produzir o efeito de distanciamento que, em tudo o que o ator mostre ao público, seja nítido o gesto de mostrar. A noção de uma quarta parede que separa ficticiamente o palco do público e da qual provém a ilusão de o palco existir, na realidade, sem o público, tem de ser naturalmente rejeitada, o que, em princípio, permite aos atores voltarem-se diretamente para o público. (...) Numa representação em que não se pretenda uma metamorfose integral, podem utilizar-se três espécies de recursos para distanciar a expressão e a ação da personagem apresentada. 1 – Recorrência à terceira pessoa; 2 – Recorrência ao passado; 3 – Intromissão de indicações sobre a encenação e de comentários. O emprego na forma da terceira pessoa e do passado possibilitam ao ator a adoção de uma verdadeira atitude distanciada. Além disso, o ator deve incluir em seu desempenho indicações sobre a encenação e também expressões que comentem o texto, proferindo-as juntamente com este, no ensaio. (“Ele levantou-se e disse, mal-humorado, pois não tinha comido nada...” ou “Ele ouvia aquilo pela primeira vez, e não sabia se era verdade...” ou ainda “sorriu e disse, com demasiada despreocupação:...”). A intromissão de indicações de terceira pessoa sobre a forma de representar provoca a colisão de duas entoações, o que, por sua vez, provoca o distanciamento da segunda pessoa (o texto propriamente dito). A representação distanciar-se-á também se a sua realização efetiva for precedida de uma descrição verbal. Neste caso, a adoção do passado coloca a pessoa que fala num plano que lhe permite a retrospectiva das falas.²⁹

29 BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 79, 80, 82.

Tais recursos são amplamente utilizados em *This Island's Mine*. As personagens falam de si próprias em terceira pessoa na maioria do tempo e fazem comentários sobre a encenação. Observe-se, por exemplo, a fala de Luke logo no início da cena 1: Luke – “The bell rings for the end of school./ Luke paks up his books,/ Decides,/ with nervous resolution that tonight will be the night:/ I'll tell me Mam first –/When I get home”.³⁰

Ou de Martin, na cena 2: Martin – “And Martin eating out with friends/Is holding forth/Late into the night”.³¹

As rubricas de ação, inseridas na fala, também são uma constante, como a de Luke na cena 5: Luke – “(...) He passes over the make-up and the necklaces/And reaches right to the back/ Where his mother hides her brother's letters/Carefully wrapped up in tissue-paper”.³²

Ao recorrer à terceira pessoa, Osment se utiliza muito mais da narrativa do que do diálogo, o que é uma clara intromissão do épico no dramático, produzindo, ademais, uma atuação onde o ator/personagem fala diretamente para o público, o que resulta na completa destruição da quarta parede, um dos mais caros temas do teatro épico. O próprio Osment, nas notas do autor, explicita: “This play is written in a mixture of narrative and dialogue and any production has to be flexible enough to incorporate both these styles.”³³ Aliás, pode-se inferir dessas notas o emprego pelo autor/diretor de outras técnicas tendentes a abolir a ilusão, como no fato dos atores, na primeira produção, ficarem todo o tempo em cena, auxiliando o fluxo da encenação, ou de cantarem e tocarem instrumentos, recursos típicos do teatro épico:

Recursos cênico-musicais: Um dos recursos mais importantes de distanciamento é o de o autor se dirigir ao público através de coros e cantores. (...) Geralmente

30 OSMENT, Philip. *This Island's mine*. London. Methuem Publisching Ltd. p. 259

31 OSMENT Philip, *Op. cit.* p. 259.

32 OSMENT Philip, *Op. cit.* p. 261.

33 OSMENT Philip, *Op. cit.* p. 259.

a música assume nas obras de Brecht a função de comentar o texto, de tomar posição em face dele e acrescentar-lhe novos horizontes. Não intensifica a ação; neutraliza-se a força encantatória. (...) 4 – O ator como narrador: (...) O ator épico deve “narrar” seu papel, com o ‘gestus’ de quem mostra um personagem, mantendo certa distância dele. Por uma parte da sua existência histriônica – aquela que emprestou ao personagem – insere-se na ação, por outra mantém-se à margem dela. Assim dialoga não só com seus companheiros cênicos e sim também com o público. Não se metamorfoseia por completo, ou melhor, executa um jogo difícil entre a metamorfose e o distanciamento, jogo que pressupõe a metamorfose. (...) Na medida em que o ator, como porta-voz do autor, se separa do personagem, dirigindo-se ao público, abandona o espaço e o tempo fictícios da ação. (...) Ao distanciar-se do personagem, o ator-narrador, dividindo-se a si mesmo em “pessoa” e “personagem”, deve revelar a “sua” opinião sobre este último; deve “admirar-se ante as contradições inerentes às diversas atitudes” do personagem (Pequeno Organon, § 64).³⁴

Portanto, se “a novidade da prática brechtiana tem a ver com a invenção de um texto plural, cuja heterogeneidade reforça as possibilidades significantes, através da dialética semiológica que introduz”,³⁵ estão tais signos estéticos, caracterizadores dessa pluralidade, presentes, de modo evidente, na obra de Osment.

Mas não é só: há, ainda, na peça, ressonâncias do teatro pós-moderno.

34 ROSENFELD, Anatol. *O teatro épico*. São Paulo. Perspectiva, 1985, p. 159-160; 161-162.

35 ROUBINE, Jean-Jacques. *A linguagem da encenação teatral*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 67.

4. O pós-moderno na obra de Osment

O teatro pós-moderno, para Patrice Pavis, supervaloriza “o pólo da recepção e da percepção: o espectador deve organizar impressões divergentes e convergentes e restituir certa coerência à obra, graças à lógica das sensações (DELEUZE) e a sua experiência estética”.³⁶ *This island's mine* é um texto fragmentado, com cenas que se iniciam e só são retomadas mais adiante. Não há um desenvolvimento da ação de maneira lógica e cronológica, nem se pode dizer que a narrativa tenha um começo, um meio e um fim. Tudo isso é exacerbado pelo pouco uso do diálogo e pelo tom lírico das falas. Assim, a peça de Osment exige do espectador uma reorganização de suas impressões, de modo a conferir ao todo uma organicidade. Mas, mesmo mantendo a plateia alienada da ação, no sentido brechtiano de deixar evidente que os espectadores não estão presenciando acontecimentos reais, mas, sim, ouvindo um relato, o que requer o uso da razão, a peça pede que o espectador, para percebê-la em sua integralidade, utilize também de inusitadas experiências sensoriais. É uma maneira nova de se experimentar o artístico, o que corrobora a assertiva de W. B. Worthen:

If we consider the postmodern in purely artistic terms, it may appear merely to echo the hallmarks of modernist art - the postmodern, like modernism, often uses a fragmented and disruptive, montagelike narrative; it decenters fixed 'characters', and it evokes a vaguely oppositional attitude toward social norms. To grasp fully the transformation implied by the term 'postmodern', we need to set it in a larger context. As Jean-François Lyotard suggests in *The Postmodern Condition* (1984), the 'postmodern' is a 'condition' of contemporary culture - not a style, not a historical period in the conventional sense, but a transformation in how our culture is produced, how we experience it, and in the shape of 'knowledge' itself.³⁷

36 PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo, Perspectiva, 1999, p.299.

37 WORTHEN, W. B. *Modern Drama – Plays/Criticism/Theory*, USA Harcourt Brace College Publishers, 1995, p.721.

Mas, se se levar em conta as características alinhadas em diversas obras sobre o pós-moderno, como a fragmentação e a disrupção retromencionadas, há que se reconhecer sua repercussão na obra de Osment. No livro *Directing postmodern theater – Shaping Signification in Performance*, John Whitmore salienta que “for the purposes of this study, postmodernism is defined broadly and loosely to encompass performances that are primarily non-linear, nonliterary, nonrealistic, nondiscursive, and nonclosure oriented”.³⁸

Se o texto de Osment, em grande parte, é realista, por outro lado traz elementos absolutamente não realistas, como, dentre outros, a fala de Vladimir – um gato –, ou de Madame Irina, que já morreu, ou o surgimento de vozes (1,2,3,4,5) em meio à cena, como na cena 10. Isso sem dizer na própria estrutura das falas das personagens que, além de serem veiculadas através de narrativas – na maior parte das vezes –, são também construídas de forma poética, o que se pode concluir tanto do conteúdo como da sua própria disposição formal.

À não-linearidade e ao não realismo das cenas, pode-se acrescentar que, apesar de se tratar de uma obra que privilegia a escritura, sendo, portanto, literária, não é ela fechada, no sentido de defender uma tese, ou formular problemas em comentários didáticos, mas, ao contrário, abre-se a múltiplas “leituras”, deixando ao público sensações e questões perante as quais ele pode, se quiser, adotar posições. Em síntese: a peça não propõe um significado unívoco.

Por fim, ressalte-se que a temática proposta, que envolve a discriminação e a marginalização do outro em virtude de seu gênero, sexo, origem, cor, classe e raça, é intrínseca à agenda pós-moderna, e Osment a levanta construindo uma ponte com o texto de Shakespeare, mas agora reescrevendo Stephen/Próspero como o opressor americano e permitindo que todas as vozes da ilha sejam ouvidas. Isso fica evidente na cena de *The Tempest*

38 WHITMORE, John. *Directing postmodern theater – shaping signification in performance*. USA. The University of Michigan Press, 2001, p.284.

escolhida (33) para fechar a peça, quando Caliban/Selwyn diz: "This island's mine by Sycorax my mother/Which thou takst from me." A ilha também é dele e da pluralidade de identidades culturais inerentes aos grupos minoritários que a compõem.

5. Conclusão

Em conclusão, *This island's mine* pode ser categorizada como teatro épico, por se utilizar, de forma radical, de inúmeros signos teatrais emblemáticos dessa forma de teatro. No entanto, Philip Osment consegue mesclar tais signos com outros caracterizadores do denominado teatro pós-moderno, abrindo, assim, com essa forma híbrida, diversas perspectivas para a dramaturgia contemporânea.

Referências bibliográficas:

- ARISTÓTELES. *Poética e tópicos I, II, III e IV*. São Paulo: Hunter Books, 2013.
- BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- LEHMANN, Hans-Thies. *Teatro pós-dramático*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- OSMENT, Philip. *This island's mine*. London: Methuen Publishing Ltd.
- PALLOTTINI, Renata. *Introdução à dramaturgia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PALLOTTINI, Renata. *Dramaturgia: A construção do personagem*. São Paulo: Ática Editora, 1989.
- PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- ROSENFELD, Anatol. *O teatro épico*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- ROUBINE, Jean-Jacques. *A linguagem da encenação teatral*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ROUBINE, Jean-Jacques. *Introdução às grandes teorias do teatro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SHAKESPEARE, William. *The Tempest*. UK: Penguin Books, 2007.

WHITMORE, John. *Directing postmodern theater – Shaping Signification in Performance*. USA: The University of Michigan Press, 2001.

WORTHEN, W. B. *Modern Drama – Plays/Criticism/Theory*. USA: Harcourt Brace College Publishers, 1995.

Em que consiste *o conto*, como gênero literário?

José Raimundo Gomes da Cruz

Em que consiste o conto, como gênero literário?

Quando a gente menos espera, percebe que certas noções relativas aos *gêneros literários* ficaram esquecidas. A melhor solução é partir para breve revisão de conceitos.

No Dicionário *Novo Aurélio Século XXI*, a palavra *conto* tem vários significados. Acontece que só um deles se relaciona com o gênero literário: “5. Narrativa pouco extensa, concisa, e que contém unidade dramática, concentrando-se a ação num único ponto de interesse”. Caldas Aulete, no segundo dos três verbetes da palavra *conto*, anotava: “narração, história (verdadeira ou fabulosa): um conto tirado da crônica de D. João I; um conto de fadas”.

Gênero próximo do conto é a *novela*. No *Aurélio*, lê-se: “Liter. Narração, usualmente curta, ordenada e completa, de fatos humanos fictícios, mas, por via de regra, verossímeis”. Para evitar confusão, o mesmo dicionário traz: “Bras. Peça teatral ou romance, geralmente em capítulos, escrito ou adaptado para apresentação seriada pelo rádio ou pela televisão”.

Outro gênero próximo, o *romance*, mas não tanto, ainda no *Aurélio*: “4. Liter. Descrição longa das ações e sentimentos de personagens fictícios, numa transposição da vida para o plano artístico.”

Restaria, ainda, a *crônica*, com mais detida transcrição do *Aurélio*: 1. Narração histórica, ou registro de fatos comuns, feitos por ordem cronológica. (...) 3. Pequeno conto de enredo indeterminado. 4. Texto jornalístico redigido de forma livre e pessoal, e que tem como temas fatos ou idéias da atualidade, de teor artístico, político, esportivo, etc., ou simplesmente relativos à vida cotidiana.”

Antes de tentar distinguir esses vários gêneros literários, às vezes um pouco semelhantes entre si, convém destacar, – o que nunca se faz, – aquilo que nenhum deles é. Nenhum deles constitui gênero poético. Não me refiro à mera versificação, usada pela publicidade comercial, pelo humorismo, em termos didáticos etc. Em essência 'poesia é uma criação da cultura, mas esta deve permanecer invisível no poema" (Lêdo Ivo, citado no Dicionário de Citações de Paulo Rónai). Por outro lado: "Um dos méritos da poesia, que muita gente não percebe, é que ela diz mais que a prosa, e em menos palavras que a prosa" (Voltaire, citado por Rónai, *ob. cit.*).

A criatividade de cada prosador pode levá-lo a redigir narrativas de várias dimensões em versos. São conhecidas até sentenças judiciais proferidas em versos, incluindo-se série de sonetos. Em essência, prevalecerá o ato da técnica jurídica, se presentes os requisitos da legislação processual. Assim como a mesma criatividade poderá levar o prosador de ficção a construir um romance ou até um conto em forma de cartas trocadas pelas personagens, como aconteceu com Balzac. O poeta mineiro Djalma Andrade, em sua coluna diária, em Belo Horizonte, costumava apresentar em versos sua crônica, dependendo do lirismo do assunto. Pelo lirismo, claro que já seria poesia.

Cabe a conclusão de que nem o conto, nem a novela, nem o romance, nem a crônica, como tais, são obras de poeta. Por outro lado, com exceção da crônica, são narrativas de ficção em prosa.

Um conto pode ter a mesma dimensão da crônica. Mas esta se distingue pelo tema real, histórico ou do cotidiano. Basta assumir a ficção para tornar-se um conto.

O conto ainda goza de grande prestígio no Brasil. Os concursos para a revelação de novos contistas atraem numerosos candidatos. Provavelmente o de maior prestígio, o certame anual do Estado do Paraná, há vários anos, cumpriu sua missão, premiando somente o 1º lugar, mas com quantia expressiva, e a divulgação capaz de dar a maior projeção aos vencedores: Dalton Trevisan, Rubem Fonseca, Roberto Drummond, o Promotor de

Justiça paulista J. F. Mafra Carbonieri (depois, Desembargador do Estado de São Paulo, pelo chamado *quinto constitucional*), para só citar os maiores destaques. Passada a época de tal concurso, alguns profissionais da área jurídica continuam escrevendo contos e até publicando livros deles, como o Desembargador mineiro Márcio Aristeu Monteiro de Barros.

A novela permanece algo de incômodo, na nossa literatura. Temos romances de reduzidas dimensões (*A moreninha*, *Bagaceira*, *Iracema*), mas não se consideram novelas, o que torna mesmo esta classificação em desuso entre nós. Salvo no sentido de folhetins em série do rádio e da tv. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e Paulo Rónai chegam a falar do conto e da novela sem estabelecer distinção entre ambos ("Prefácio". *Mar de histórias – Antologia do conto mundial*, organizada por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e Paulo Rónai (4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, v. 1, pp. 16/21).

Se o conto, portanto, pode ser considerado como a narrativa curta de ficção em prosa, de modo algum ele se confunde com críticas literárias; comentários sobre autores e obras literárias ou artísticas, em geral; biografias; narrativas históricas. Mesmo o artigo ou crônica sobre autor de contos, de modo algum se considera conto. Exemplo do meu artigo "Nova tentativa de homenagear Tchekov no seu centenário" (Jornal *O Sino do Samuel*, da Faculdade de Direito da UFMG, set/2004). Como se sabe, esse contista russo, rivaliza em prestígio com Maupassant e Anatole France, contistas franceses. Para muitos, o nosso Machado de Assis não estaria fora desse grupo.

Num artigo técnico ou numa crônica pode haver citação resumida de um conto. Escrevendo sobre o "Femicídio", homicídio de mulheres por preconceitos, em certos países orientais, observei:

"Certo, mesmo, é que o problema é mais amplo. Talvez seja preferível encaminhá-lo lembrando o conto de Guimarães Rosa intitulado *Famigerado*. Certo dia, um sujeito com aspecto de jagunço, pouquíssimas letras e muitas armas, aproxima-se da casa do mestre-escola ou boticário ou rábula qualquer. Ordena a

três acompanhantes, suas testemunhas, que fiquem atentos por perto. Atendido pelo letrado, o latagão, no linguajar próprio, diz que certo sujeito de algumas letras o chamou de *famigerado*. Veio consultar a 'autoridade' em livros, para saber se fora ofendido, para vingar-se, ou não, no caso contrário, tendo trazido as três testemunhas, fosse para *lição* ao autor da ofensa, fosse para o decreto de desagravo. O mestre-escola, boticário ou rábula percebeu tudo. Elogiou quem quer que merecesse o título de *famigerado*, pessoa de prestígio, conhecida e apreciada por todos. E, para arremate, acrescentou: – Eu mesmo, que o senhor me vê aqui com vantagens, o que eu queria mesmo, numa hora dessas, era ser *famigerado*! Neste ponto, o grandalhão armado, tomado de súbito entusiasmo, vira-se para as suas três testemunhas e lhes diz: – Vocês ouviram a lição? Nada de arrenegar. Vocês podem voltar e espalhar a receita.”

Comparei os médicos de certos países orientais ao rábula ou boticário do conto acima resumido. Um desses médicos afirmou: “Quando me pedem que examine uma jovem e verifique se seu hímen está intacto, sempre digo que está. Como poderia dizer que não, sabendo que a matariam”. Então, concluí: “Nos dois casos, do conto do Rosa e do depoimento do médico oriental, a boa ação prepondera sobre a ciência.”

Pois o gênero literário continua sendo artigo técnico, no caso, *Femicídio*, pouco importando a *citação* de versos, anedotas, narrativas de ficção etc. Tanto assim que a *Revista Forense*, que jamais publicaria um conto, divulgou o meu artigo (volume 377, pp. 447/450).

De passagem, cabe notar que a palavra história, geralmente usada como equivalente a conto, aparece como estória, em Guimarães Rosa, sendo mesmo o título da coleção de contos dele que inclui “Famigerado” (*Primeiras estórias*. 1. ed. especial. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2005. pp. 55 e ss.). Voltando ao *Aurélio*: “Recomenda-se apenas a grafia *história*, tanto no sentido de ciência histórica, quanto no de narrativa de ficção, conto popular, e demais acepções”.

Daí o título já citado *Mar de histórias – Antologia do conto mundial*, em dez volumes, obra que, entre outros méritos, apresenta aquele de mostrar, através de introduções oportunas e notas, assim como da escolha de dezenas e dezenas de contos das mais diversas épocas, gêneros e escolas literárias, o que são os contos.

VI

Ensaio

O totalitarismo na ótica de Hannah Arendt

Duarte Bernardo Gomes

O totalitarismo na ótica de Hannah Arendt

O presente texto tem por objetivo apresentar a trajetória, de modo epilogar, do pensamento de Hannah Arendt - uma das principais pensadoras do século XX - acerca do totalitarismo, cujo tema lhe rendeu reconhecimento público mundial em razão de trabalhar a sua conceituação ultrapassando os limites da esfera acadêmica, da teoria investigativa da sociedade, adquirindo, com isso, uma dimensão político-cultural da realidade histórica de seu tempo.

Nossa autora de perfil instigante, desperta e austera na problematização dos temas que lhe foram afeitos, teve sua vida sempre exposta, fazendo questão de ocupar a linha de frente dos debates mais ardorosos.

Nascida em Hannover, Alemanha, em 1906, filha de típica família judia de classe média, lutou por inserir-se na sociedade patricia alemã. Com a instalação do nazismo na sua terra natal, Hannah Arendt inicia um longo périplo de fuga em 1932, passando por Paris até aportar em Nova York em 1940, sendo acolhida nos Estados Unidos da América como eminência do pensamento antitotalitarista.

Escreveu Hannah Arendt, certa vez que, “talvez os verdadeiros transe do nosso tempo somente venham a assumir a sua forma autêntica – embora não necessariamente a mais cruel – quando o totalitarismo pertencer ao passado”.³⁹

Nessa afirmação percebe-se que Arendt acredita na forte influência totalitária dentro do séc. XX pós-guerra e no bojo das mais consagradas democracias mundiais, a ponto de afirmar que

39 AGUIAR, O. A.; BARREIRA, C.; SILVA DE ALMEIDA, J. C.; BATISTA, J. E.; *Orgs., Origens do Totalitarismo - 50 anos depois*. Relume/Dumará. Rio de Janeiro, 2001.

somente quando o totalitarismo pertencer ao passado, as transições sociais do nosso tempo talvez deixem de receber seus nefastos créditos.

E, apenas a título de ilustração, seria o mesmo que compararmos o totalitarismo como regime de governo, grosso modo, com as caravelas de Cabral que chegaram ao Brasil em 1500 e que hoje não têm mais nenhuma utilidade, capacidade, condição de cruzar os nossos oceanos em face de sua obsolescência devido ao aparecimento de modelos de embarcações tecnologicamente superiores.

Caso ainda não esteja arquivado na história, no passado, esse regime totalitário até então atua livremente nos sistemas governamentais e sociais nos quais convivemos, algumas vezes sem que percebamos a importância e a potencialidade dos seus resquícios e vestígios.

As atuais experiências nas linhas do Estado e da sociedade civil nos mostram que a funcionalização da vida; a burocratização das atividades humanas; a tendência à uniformização dos comportamentos humanos; o descarte dos homens como seres singulares; a subserviência da política à economia globalizada; os consensos de mão única fabricados de forma midiática; o domínio do medo; a solidão; a massificação nas sociedades atuais (Aguilar, et al, 2001), muito presentes no mundo, esquadrinham traços da abordagem totalitária nos regimes políticos adotados, cuja habitualidade acaba por cristalizar métodos que revelam as severas entranhas centralistas dos poderes políticos e administrativos.

Na tentativa de partir para uma consistente reflexão sobre os avanços totalitários nas democracias e para que haja um redimensionamento das atividades humanas, nossa autora propõe recuperar num primeiro plano a dignidade da política e nesse mesmo patamar ela aponta a convivência humana como necessária para essa prática e como consequência dessa asserção, convoca a participação das pessoas e o cuidado delas com um mundo simplesmente comum, aquele que ninguém nota, mas por onde circulam venenosamente resíduos que surtem efeitos letais à liberdade.

Pontos temáticos cruciais necessitam de um questionamento rigoroso e indispensável para o ressurgimento que uma política saudável possa funcionar como fonte de convivência entre os homens.

A identificação do anonimato de uma sociedade massificada que se regozija ao domínio das coisas e dos sistemas econômicos, a indiferença e as pertencças coletivas e ficcionais funcionam como fatores mesclados e impedientes à recuperação da liberdade de agir, da responsabilidade pessoal e da capacidade de resistir e julgar como faculdades comuns aos seres humanos.

O totalitarismo registrou na história humana, desde o seu início, o aparecimento de correntes subterrâneas responsáveis pela elaboração dessa fórmula pungente de governo, dita uma proposta nova que figuraria como o “remédio dos remédios”, cristalizando na sociedade de massa valores e elementos de aceitação e “bem-estar” nacionais, rompendo, com isso, o fio de uma longa tradição política de alternativas e possibilidades.

Arendt afirmou que o totalitarismo nunca se houve como uma ameaça externa, desse modo, a crise do século não desapareceu com a morte de Stálin nem com a derrota do nazismo, por exemplo, entretanto, as transições políticas somente assumirão a sua forma autêntica quando o nazismo e o stalinismo pertencerem, de fato, aos arquivos do passado.

En passant e com o propósito de colorir o natural acinzentamento desse espinhoso assunto que aqui tratamos, temos que Hannah Arendt quando estudou e refletiu sobre o totalitarismo, o fez com espeque em pesquisa anterior sobre o antissemitismo e o imperialismo, que foram os capítulos que antecederam o nosso tema editado na obra de 1951, *Origens do totalitarismo*.⁴⁰

Ao iniciar o terceiro capítulo “Totalitarismo” da obra acima mencionada, Arendt desde pronto instiga o leitor a entender o “funcionamento” dessa forma de governo, formalmente rejeitada pela grande maioria mundial das nações, todavia, praticada

40 ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*, trad. Roberto Raposo, 3ª reimpr. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

diuturnamente pelas sociedades autoritárias que se espelham em pseudodemocracias ou democracias formais.

Anotou a autora como lema, um pensamento de David Rousset⁴¹ que assim se expressou: “Os homens normais não sabem que tudo é possível”.

A essa altura Hannah Arendt vivia num pós-guerra e trouxe o manuscrito da obra em 1949 tendo sido publicada dois anos após, quatro anos da derrota da Alemanha de Hitler e menos de quatro anos da morte de Stálin, período de agitação social com tumultos, muita confusão e horror.

Nossa autora não teve nenhuma dúvida de adjetivar o mal de “mal racional” diante das extremas dificuldades que passou em face da perseguição que sofreu por sua origem judaica e a ocorrência do holocausto, onde além dos judeus, os ciganos, os homossexuais e outras minorias foram levadas e exterminadas em campos de concentração.

Em obras posteriores como a *Da Revolução*⁴² e principalmente em *Eichmann em Jerusalém*⁴³ - neste a autora em trabalho como correspondente da Revista The New Yorker - assistiu ao julgamento do “pretensô” carrasco nazista e escandalizada pelo que observou, traduziu seus escritos na obra em questão, tendo com isso, levantado gigantesca polêmica com a sua própria comunidade judaica.

41 David Rousset (1912-1997) , filósofo e autor francês foi capturado pela Gestapo em 1943 e deportado para Buchenwald e Neuengamme. Libertado em 1945, redige poucos meses depois, *O Universo Concentracionario*, o primeiro testemunho dos campos de concentração e do sistema que neles operava. No pós-guerra, teve um papel essencial na denúncia dos crimes cometidos pelo regime comunista na União Soviética, tendo sido ostracizado pela Esquerda francesa em 1949, por ter denunciado na imprensa a realidade dos *gulags*. Dedicou a sua vida à elaboração da mais precisa geografia do mundo concentracionário e é autor de *Les Jours de notre mort* (1947) e de *Sur la guerre* (1987), entre outras obras. <<http://www.antigona.pt/autores/david-rousset/>> acesso em 21.5.17.

42 Arendt, H. *Da Revolução*, trad. Fernando D. Vieira. 2ª ed. Editora Ática & Editora UnB. São Paulo, 1990.

43 ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém*, trad. José Rubens Siqueira, 3ª reimpressão, Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

O editor da citada obra *Eichmann em Jerusalém*⁴⁴ selecionou um curto texto que serviu de informação da contracapa do livro tendo assim seu autor se expressado:

“Sequestrado num subúrbio de Buenos Aires por um comando israelense, Adolf Eichmann é levado para Jerusalém, para o que deveria ser o maior julgamento de um carrasco nazista depois do tribunal de Nuremberg. Mas o curso do processo produz um efeito discrepante: no lugar do monstro impenitente por que todos esperavam, vê-se um funcionário mediano, um arrivista medíocre, incapaz de refletir sobre seus atos ou de fugir aos clichês burocráticos. É justamente aí que o olhar lúcido de Hannah Arendt descobre o ‘coração das trevas’, a ameaça maior às sociedades democráticas: a confluência de capacidade destrutiva e burocratização da vida pública, expressa no famoso conceito de ‘banalidade do mal’. Numa mescla brilhante de jornalismo político e reflexão filosófica, Arendt toca em todos os temas que vêm à baila sempre que um novo morticínio vem abalar os lugares-comuns da política e da diplomacia. ‘Brilhante e perturbador’. Stephen Spender. *The New York Review of Books*”.

Destarte, a partir dessas obras Arendt mudou o seu entendimento sobre o mal, pois que, pelos horrores que presenciou no curso das guerras, tributou ao mal uma radicalidade incondicional e que posteriormente o viu cair de joelhos frente a uma banalidade assustadora.

Não há nenhum monstro extraterrestre eivado de indolências e mordacidades, de crueldade e maledicência, de personalidade corrosiva a agir na destruição do mundo. Há qualquer um

44 ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém*, trad. José Rubens Siqueira, 3ª reimpressão, Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

que sem nenhum traço de perversidade pode causar um mal supremo aos seus semelhantes. Pode, como Eichmann, uma pessoa ridícula e vazia, de pouquíssima inteligência, dada a obedecer a qualquer voz imperativa, um ser incapaz de discriminação moral, praticar atrocidades, barbarismos para causar estupefação, assombro a qualquer mortal.

Com essa mudança de entendimento nossa autora entende que as sociedades contemporâneas, que viram nascer os regimes totalitários, não estão, definitivamente, livres deles.

Com três questões básicas Arendt as usou para servirem de guia para uma abordagem de combate ao totalitarismo, quais sejam:

- 1 – O que havia acontecido?
- 2 – Por que havia acontecido?
- 3 – Como pôde ter acontecido?

A partir daí refletiu sobre as origens criadoras do totalitarismo perante às sociedades do mundo, partindo, dessa vez, para examinar os principais elementos que influenciaram no surgimento desse malfadado regime.

O surgimento das massas que representam pessoas em grande número que pela indiferença alheiam-se do espaço público e prestam-se à manipulação de toda ordem. A principal característica não é a brutalidade, mas a ausência de relações sociais normais.

No interior das massas surgem “movimentos totalitários” que são suportados pelas democracias atuais, pois em se tratando de democracias, não podem nem devem impedir movimentos extremistas de manifestação de divergência, isso quando eles se servem de mecanismos institucionais para essas demonstrações.

As sociedades chamadas democráticas convivem com movimentos partidários em razão da forma de suas manifestações que, salvo minorias, valem-se do ordenamento legal e se espelham na figura de um líder totalitário que é essencial para o ativismo e a militância.

Levantou a nossa autora que os instrumentos por excelência do regime totalitário são a propaganda e a figura do líder infalível, do líder que nunca erra. A ciência, a lei e o direito são usados para passar a ideia de coerência da realidade mesmo estando em flagrante contradição com muitos de seus dados.

O indivíduo da massa, atomizado, isolado das relações sociais, preenche seu vazio existencial admitindo sempre como corretas e melhores para o mundo, as razões externadas pelo líder totalitário.

O totalitarismo mantém sua essência no terror, não há discernimento entre o certo e o errado nas leis da história e da natureza. Faz com que a sociedade de massa não participe do processo político ou impossibilita sua organização em setores de representação que compõem a sociedade civil.

Por fim, afirmou Hannah Arendt que drásticas consequências trouxeram os regimes totalitários para o cerne da humanidade, ou seja, implantaram o caráter extremo de negação da liberdade sempre presentes nas suas formas de domínio. Desafiaram a capacidade humana de criar a sua própria realidade intersubjetiva seja ela qual for, colocando que o totalitarismo advém da condição criadora do homem, de sua capacidade de inventar novas ordens e instaurar novas formas de organização da vida em comum.

Com essas breves considerações sobre o tema totalitarismo proposto por Hannah Arendt e num conciso sobrevoo por algumas de suas obras, temos que essa pensadora multipluralista, leitora de Kant e Agostinho, deu sua fundamental contribuição sobre como compreender categoricamente empreendimentos humanos capazes de colocar sob suspeita permanente o poder criativo do homem, apontando as causas e as consequências dessa criação e sua instalação como um processo infeccioso contaminando o seio das sociedades do mundo.

Referências

AGUIAR, O. A., BARREIRA, C. SILVA DE ALMEIDA, J. C., BATISTA, J. E. Orgs. , *Origens do Totalitarismo – 50 anos depois*. Relume/Dumará. Rio de Janeiro, 2001.

ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*, trad. Roberto Raposo. 3ª reimpressão. Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

ARENDT, H. *Da Revolução*, trad. Fernando D. Vieira. 2ª Ed. Editora Ática & Editora UnB. São Paulo, 1990.

ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém*. Trad. José Rubens Siqueira, 3ª reimpressão, Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

CORREIA, A. *Hannah Arendt – Filosofia Passo a Passo*. Zahar. Rio de Janeiro, 2007.

WATSON, David. *Hannah Arendt – Coleção Mestres do Pensamento*. Difel. Rio de Janeiro, 2001.

VI

Patronos das Cadeiras Homenageados

José Valeriano Rodrigues

Luiz Carlos A Britta

José Valeriano Rodríguez, Vate Imortal



José Valeriano Rodrigues, mais conhecido como José Valeriano, nasceu no município de Nossa Senhora dos Remédios, Minas Gerais, no dia 23 de agosto de 1913. Faleceu em 25 de agosto de 1984. Era filho de Antônio Rodrigues dos Anjos e Maria Romana Martins.

Bacharel em Direito, Advogado, Promotor de Justiça, Procurador de Justiça do Estado de Minas Gerais, projetou-se não só nos meios jurídicos, mas também nos literários, onde a sua atuação foi brilhante. Membro Efetivo da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, da Academia Mineira de Trovas e da União Brasileira de Trovadores, Seção de Belo Horizonte (onde foi o primeiro Presidente).

Poeta, Trovador, Romancista, autor de vários livros, abaixo mencionados, a sua atividade era intensa em variadas áreas intelectuais. Dentro desse campo, ainda, deve ser ressaltado o do compositor de letras de hinos, um setor difícilimo. Publicou os seguintes livros, individualmente ou participando de antologias:

- "*Vereda de Outono*", publicação da União Brasileira de Trovadores, Seção de Belo Horizonte, 1980;
- "*Nossas Trovas*", antologia organizada por Aparício Fernandes, Rio de Janeiro/GB, 1973;
- "*Jogos Florais de Sete Lagoas*", livreto contendo as trovas premiadas em Sete Lagoas, 1981;
- "*Sombras da Vida*", poemas, 1947, Ed. Angoritaba, Itaúna/MG;
- "*Azul e Branco*", poemas, Belo Horizonte, 1948;
- "*Concerto de Trovas*", impresso no Setor Gráfico da Escola Técnica Federal de Belo Horizonte, abril de 1972;
- "*Madeira de Lei da Poesia*" - Soneto e Trova - Prêmio Fernando Chinaglia;
- "*Festival da Criança*", trovas, 1ª ed., 1963, Belo Horizonte/MG;
- "*Trovas das Alterosas*", Ano I, nº 3, dezembro de 1984;
- "*Hino de Itaúna*";

- *"Hino de Belo Horizonte;*
- *"Hino de Brasília/DF.*

JOSÉ VALERIANO E A FAMÍLIA

Importante é abrir espaço para Valéria – Dra. Valéria – filha de José Valeriano, que, com as tintas da emoção e da saudade, pintou o retrato do pai nas seguintes palavras:

“José Valeriano Rodrigues nasceu em Nossa Senhora dos Remédios, Minas Gerais, em 23/08/1913, no mesmo dia que Vinícius de Moraes, o dia dos poetas bem diferentes! Estudou no Ginásio Mineiro em Barbacena, onde ia a cavalo, pois seus pais Antônio e Romana moravam em uma fazenda. Teve uma irmã, Helena, professora, que faleceu muito jovem, por diabete, e deixou uma filha, Dalva, falecida, que criou. Gradou-se em 1939 na Faculdade de Direito de Minas Gerais, hoje UFMG, quando se formavam apenas 40 alunos por ano, onde já escrevia e fez o perfil poético de todos os colegas. Foi da turma, entre outros, de Sílvio Cruz, Alair Couto, Gerson Sabino, Matta Machado e Raimundo Cândido, que se reuniam para comemorar a data da formatura anualmente. Foi Promotor do Estado em Minas Gerais nas Comarcas de Brazópolis, Entre Rios e Itaúna. Foi membro do Conselho Superior do Ministério Público-MG e da Associação Mineira do Ministério Público-AMMP. Ganhou a Medalha de Honra do Instituto Mineiro de Geografia e Estatística. Foi tema de teses da Universidade de Itaúna e homenageado do Lions local. Trovador inigualável, foi fundador e presidente da Academia Mineira de Trovas, membro da Municipalista de Letras e da União Brasileira de Trovadores, ganhou vários prêmios nacionais e internacionais, viajando para os jogos florais por esse Brasil inteiro. Escreveu e publicou inúmeras trovas e dois livros de poesias, AZUL E BRANCO e SOMBRAS DA VIDA, e ganhou o concurso do Hino de Itaúna. Casou-se duas vezes: com Eunice Esteves, de quem ficou viúvo e teve uma filha, também Advogada e poeta, Maria Lúcia Rodrigues, falecida, que lhe deixou uma neta, também Advogada, Lisieux; com Cleonice de Mello Rodrigues, pedagoga e poeta, tiveram oito filhos, sendo

que só uma sobreviveu, Valéria de Melo Rodrigues, médica e professora da UFMG, que lhe deu mais quatro netos: Sânzio, advogado; Dimitri, administrador; Klaus e Talita, médicos. Além da poesia, gostava de futebol, mas no Mineirão; de TV, música, compunha e tocava violão, era festeiro, um grande dançarino de salão; fazia caminhadas todos os dias, especialmente ao mercado central, onde gostava de fazer compras para a casa, vinho do Porto, frango ao molho pardo, couve rasgada com angu dos tempos do interior, churrasco que ele mesmo fazia no quintal, prezava muito as amizades. Pai austero, de meninas, zeloso, exigente, como na sua profissão, ao mesmo tempo amoroso, participativo, solidário, levava ao médico, escola, ensinou a nadar, adaptar, ponderar... Foi convidado para ser dono de cartório em Barbacena e para compor o Ministério Público na nova capital, Brasília, mas recusou. Honrado, probo, compromissado, objetivo, prático, experiente, cumpria os prazos adequados dos pareceres com eficiência e competência. Seu escritório, em casa, era "meio bagunçado", mas ai de nós se mexêssemos na sua máquina de escrever! Não gostava muito de dirigir carro e da ditadura, nem se fala! Infelizmente, foi acometido por um câncer de longa duração e fases, no cérebro, como o do jogador Oscar, quase imperceptíveis à medicina nas décadas de 70 e 80, que nos trouxe muito sofrimento, senão estaríamos comemorando, tenho certeza, com muito orgulho e alegria o seu centenário!"

A filha Maria Lúcia Rodrigues Dias, num poema de 25/08/1984, também homenageou o pai no poema que abaixo transcrevo:

"MEU PAI POETA"

Meu pai – poeta!
que dançava no verso
ao ritmo da métrica
a música fantástica
do mundo de um trovador...

Meu pai – poeta!
que vivia e sentia
o encanto das pequenas coisas
que sempre encontrou a felicidade
na relatividade de viver...

Meu pai – poeta!
que me fez conhecer tanta coisa:
a compreender as pessoas
a perdoá-las
a ponderar
a acreditar no amanhã...

Meu pai – poeta!
que me ensinou a ver a beleza do céu
a pureza da flor
a ternura do amor
a grandeza da dor
a eloquência do silêncio...

Meu pai – poeta!
que me segura a mão
num aperto de amor
que me deu a vida
que fez de mim gente...

Meu pai – poeta!
como é difícil encarar o mundo
que com você aprendi a olhar!
sei que devo continuar
para de mim você se orgulhar...

Meu pai!
terno, sensível, puro
meu único e grande POETA.”

O certo é que José Valeriano sempre teve uma vida familiar harmoniosa, com a primeira mulher Eunice Esteves, com quem teve uma filha, Maria Lúcia Rodrigues, falecida, que lhe deixou uma neta, Advogada, Lisieux. Valeriano casou-se em segundas núpcias com Cleonice de Melo Rodrigues, Pedagoga e Poeta, e tiveram oito filhos, sobrevivendo apenas Valéria de Melo Rodrigues, Médica e Professora da UFMG, que deu ao casal Valeriano e Cleonice quatro netos, a saber: Sânzio, Dimitri, Klaus e Talita.

JOSÉ VALERIANO TROVADOR

Depois da família, o amor maior de Valeriano era a trova. Ele pertenceu à União Brasileira de Trovadores e à Academia Mineira de Trovas. Foi o primeiro presidente da União Brasileira de Trovadores, Seção de Belo Horizonte.

Como se sabe, as aludidas entidades culturais adotam a trova clássica. Podemos encontrar os primeiros rudimentos da trova na língua árabe, no chamado “muaxaha”, tipo de poema estrófico, possivelmente inventado pelo árabe andaluz Mucaddam ben Muáfa em fins do século IX, e que também termina por um carja, assim como o zéjel, do qual difere por não ser escrita em mozárabe e sim em língua árabe clássica e mesmo requintada (cf. “Pequeno Dicionário de Arte Poética”, de Geir Campos, Ediouro, 4ª ed., 1965, p. 135). Depois tivemos a trova em galego-português (Cantigas de Santa Maria, do Rei Afonso X de Castela – “O Sábio”), que são 420 poemas musicados.

No século seguinte, a trova passou a integrar a forma fixa “cantiga” do “Cancioneiro de Baena (coleção que inclui os últimos poemas – século XV – da escola galaico-portuguesa, e outros italianizantes, ou em castelhano), onde ela serve de primeira estrofe (cabeça de cantiga).

É nessa forma de “cabeça de cantiga” que chega ao “Cancioneiro Geral” ou de “Resende”, o primeiro “corpus” coletivo de poesia impresso em Portugal (1516), à semelhança da coleção poética que, em 1511, e com o mesmo nome de “Cancioneiro Geral”, Hernando del Castillo publicara na Espanha. A cantiga foi

utilizada também nos séculos XIV e XV. No século XVI, prevaleceu o sistema mote-glosa. Depois, nos séculos XVII e XVIII, há o surgimento de trovas de circunstância, especialmente humorísticas ou epigramáticas. Em fins do século XIX e princípio do século XX surge um movimento para coletar trovas folclóricas e com alguns autores produzindo trovas intencionais.

Em 1951, Luiz Otávio começou a organizar a antologia de trovas "MEUS IRMÃOS, OS TROVADORES". É fundada, no ano de 1966, a União Brasileira de Trovadores.

José Valeriano destacou-se como Trovador e conquistou troféus inúmeros em concursos, no Brasil e no exterior. Algumas trovas, escolhidas ao acaso, dão a dimensão exata do seu valor e o destaque que ele teve entre os intelectuais por sua linguagem escorreita, sua inspiração e o seu entusiasmo permanente.

TROVAS

A virtude está contida
no gesto amigo e profundo
que leva, às dores da vida
o fraco alívio do mundo.

Ficou na minha lembrança
um carnaval que não finda
no qual brincou a criança
que cresceu e brinca ainda.

A rosa – flor expressiva –
no dia das Mães conforta:
rosa rubra – para a vida !
Rosa branca – para a morte!

Dentre as promessas que faço,
só uma vivo a quebrar:
juro esquecer-te e não passo
um dia sem te lembrar.

Santo o destino da fonte
que mata a sede de todos:
livre – debaixo do monte;
clara – por cima de lodos.

A mentira vai depressa
e a verdade – devagar;
mas esta vai e regressa,
e aquela...teme voltar.

Uma perpétua saudade
do amor perfeito deriva
e a boa noite, em verdade,
nos beijos é sempre viva.

No mundo cão, onde o vício
já penetra em toda porta,
a virtude é sacrifício
que pouca gente suporta.

Nas ondas de um mar medonho
sai o barco e volta ao cais,
mas no mar da vida, o sonho
se parte, não volta mais.

Meu coração nos vaivéns
não tem batidas iguais:
bate apressado – se vens;
quase para – se te vais.

Planta uma árvore e repara
o exemplo que ela oferece:
vai dar fruto à mão avara
e sombra a quem não merece.

Sobrepõe-se ao rio de águas
outro que a vida constrói:
O grande rio de mágoas
que a própria vida destrói.

JOSÉ VALERIANO SONETISTA

O soneto é uma das mais difíceis formas de poesia, admitindo vários esquemas rimáticos.

Segundo Geir Campos, o soneto é uma “composição poética de forma fixa, contando quatorze versos dispostos em dois quartetos e dois tercetos, com rimas, segundo o esquema abba/abba/cdc/dcd, seguido por um dos seus maiores e mais antigos cultores que foi Petrarca” (PEQUENO DICIONÁRIO DE ARTE POÉTICA, Edições de Ouro, Rio de Janeiro, 1965, pág. 187).

Para mostrar como Valeriano dominava tal área, transcrevo abaixo um trabalho de autoria dele, intitulado “**Soneto**”:

Dentro do sonho tudo se permite
E a vontade de ser se faz cativa.
E para que ele não se precipite
Aos pés de Deus te ajoelhas pensativa.

Mais vale esta esquivança que convite
E nela mais confiança encontro viva.
É sinal de desejo e de limite
Em alma pura e ternamente altiva.

Na procura do encontro consentido
Irás, após o sonho prometido,
Movida pelo amor que te domina

E rompe esta esquivança esplendorosa
Para te pôr na entrega respeitosa
De um ato bom e que é função divina.

JOSÉ VALERIANO AUTOR DE HINOS

Destacou-se Valeriano, ainda, como autor de hinos de várias cidades. Transcrevo o que ele compôs para Itaúna, sua cidade natal, de rara beleza.

“Hino do Município de Itaúna”

Letra: *José Valeriano Rodrigues*

Música: *Prof. Jesus Ferreira*

Por um sonho de fé e grandeza
Por aqui boa gente aportou
E na pedra bem preta a certeza
De um bom pouso, sem medo, marcou.

Foi Sant’Ana de São João Acima
Desta forma criada em Gerais.
Dentro em pouco subia na estima
Pelo esforço de seus ancestrais.

(Estrilho) Itaúna, comuna brilhante
 Tua gente te sente crescer
 E deseja, em peleja constante,
 Com anseio, em teu seio viver!

Sem perder de Sant’Ana bondosa
A certa e feliz proteção,
Itaúna, surgiste grandiosa
E criaste em trabalho um padrão.

Hoje te ergues no Estado de Minas
Como um centro de grande labor.
No tear, no alto forno e oficinas,
O teu povo te exalta o valor.

(Estribilho)

Do teu dorso rochoso em colinas
Vem o ferro que corre em fusão.
Para dar movimento às turbinas
Em teu solo caminha o São João.

Com amor, progressista Itaúna,
O teu povo jamais te faltou.
Podes, pois, te orgulhar da fortuna
Que na História teus passos guiou.

(Estribilho)

FINAL

Esse é um pálido retrato de José Valeriano Rodrigues, que espargiu raios de luz em várias atividades.

Deixei para o final, de propósito, a trova de Valeriano que considero a mais bela:

“A saudade fez um laço
entre nós dois, de tal jeito,
que pulsa, neste embaraço,
meu coração no teu peito.”

Também neste momento, a saudade de Valeriano se avoluma, porque ele poderia dizer, tal qual Maiakovsky: “Em mim a anatomia ficou louca – sou todo coração!”.

José Valeriano Rodrigues – ontem, hoje e sempre!.

VII

Nossos Colaboradores

Amauri Artimos da Matta nasceu no Rio de Janeiro em 1964. Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ingressou no Ministério Público do Estado de Minas Gerais em agosto de 1988, exercendo as suas funções nas Comarcas de Nova Resende, Carangola, Sete Lagoas e Belo Horizonte. Faz poesias e músicas inspirado na caridade e na ajuda ao próximo.

Antônio Lopes Neto nasceu no Ceará, na cidade de Limoeiro do Norte. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito do Sul de Minas, da cidade de Pouso Alegre. Promotor de Justiça das Comarcas de Medina, Poço Fundo, Almenara, Andrelândia, Uberaba, e Belo Horizonte. Promovido a Procurador de Justiça, foi Chefe de Gabinete e Procurador-Geral de Justiça Adjunto (1989/1991) e integrou, por várias vezes, a Câmara de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público. Dirigiu o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), foi examinador em vários Concursos de Ingresso à carreira, e um dos idealizadores da Academia de Letras do Ministério Público. Aposentado a pedido, por tempo de serviço, tem publicações jurídicas e literárias: Defesa da Economia Popular, Teoria e Prática da Ação Civil Pública, Direito Público, Respingos (3 volumes), Memória, Muralhas da Memória, Hebreus de Danças, Autobiografia Lírica, A fé nos degraus da memóriaafiada.

Danielle de Guimarães Germano Arlé é natural do Rio de Janeiro. Sua educação de segundo grau foi feita no Colégio de Aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, formando-se posteriormente em Direito por aquela Universidade. Professora de inglês no CCAA do Rio de Janeiro, ingressou posteriormente no Ministério Público de Minas Gerais, tendo sido Promotora de Justiça nas Comarcas de Nanuque, Teófilo Otoni, Espera Feliz e Carangola. Atualmente exerce suas funções em Belo Horizonte, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). Tem artigos preparados e aprovados para publicação na Revista

do CNMP, Banco Mundial e na Revista do Ministério Público de Minas Gerais.

Duarte Bernardo Gomes é paulistano. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo – SP. Ingressou no Ministério Público do Estado de Minas Gerais no ano de 1984 tendo ocupado o cargo de Promotor de Justiça nas comarcas de Taiobeiras, Natércia, Três Pontas, Itajubá, Pouso Alegre e Belo Horizonte. Exerceu o cargo de Assessor da Corregedoria Geral do Ministério Público por duas vezes, e foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça em 1996. Membro do Conselho Superior do Ministério Público, foi examinador em Concurso Público de Ingresso à Carreira, aposentando-se em 1998. Coursou, posteriormente, graduação em Filosofia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia em Belo Horizonte, bem como Filosofia na UFMG em Belo Horizonte. Fez mestrado acadêmico em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e obteve o grau de mestre em Filosofia Social. Lecionou Filosofia Geral, Filosofia do Direito e Hermenêutica Jurídica na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e na Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte onde também foi Coordenador do Curso de Direito. Coursou História do Direito Penal na Universidade de Lisboa, Portugal.

Joaquim Cabral Netto é mineiro, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e em História pela Faculdade de Filosofia e Letras de Colatina (ES). Foi, por duas vezes, Corregedor-Geral do Ministério Público de Minas Gerais. Foi Presidente da AMMP e da CONAMP. É membro do Instituto Histórico e Geográfico e do Memorial do Ministério Público de Minas Gerais. Professor de Direito Penal na PUC/MG por mais de 25 anos, publicou obras históricas e jurídicas como: O Ministério Público na Europa Latina; Guia de Ingresso no Ministério Público; Instituições de Processo Penal; História do Ministério Público de Minas Gerais: vol. I, Uma Instituição Centenária, vol.II, a AMMP;

vol.III, os Congresso Estaduais do MP; CONAMP - Uma História Sem Fim; Os Congressos Nacionais do Ministério Público; Caminhos. Esperantista, participou de Congressos Internacionais de Esperanto em Viena, Praga, Montpéllier, Lille, Fortaleza, Florença, Gottenburg, São Petersburgo e Buenos Aires.

José Luiz Monti é argentino, natural da cidade Gral. San Martín, Prov. de Buenos Aires. Foi, há anos, Secretário Letrado do Ministério Público Argentino e, após, por longos anos foi Juiz da "Cámara Nacional de Apelaciones en lo Comercial (Sala C)". Membro da Sociedade Argentina de Análises Filosóficas é um dos fundadores da "Asociación de Estudios Interdisciplinarios". Doutor, na área de Filosofia do Direito pela Universidade de Buenos Aires, é "Professor Consulto Adjunto" de Direito Civil daquela Universidade. Em suas atividades científicas tem inúmeros livros, ensaios e artigos publicados. Sócio Honorário da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, poeta e literato, o Dr. José Luiz Monti é um homem de cultura invejável, e uma das mais admiráveis sensibilidades poéticas e literárias da atualidade de seu País.

José Raimundo Gomes da Cruz é mineiro, natural de Espinosa e, depois de integrar o Ministério Público de Minas Gerais, prestou concurso no Ministério Público de São Paulo, concluindo sua carreira naquela Estado como Procurador de Justiça. Formado em Direito pela UFMG, é Mestre e Doutor em Direito pela USP. Professor Universitário já aposentado, publicou vários livros jurídicos, tendo mais de uma centena de artigos publicados em revistas técnicas, na Enciclopédia Saraiva do Direito e em Portugal. Escreveu vários livros e, entre eles *Cinema, Verdade e Fantasia*, *As Grandes Conversões*, *Espinosa, anos 40 – Depoimento de um menino curioso*. Foi, por várias vezes, premiado em concursos literários da Associação Paulista do Ministério Público. É Sócio Honorário da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais.

Luis Alberto de Almeida Magalhães é mineiro, natural de São João del Rei. No Ministério Público foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Presidente Olegário, Araçuaí, Caratinga e Belo Horizonte. Como Procurador de Justiça ocupou, por várias vezes, a Câmara de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público. Recebeu as mais ilustres Medalhas do Estado de Minas Gerais: da Inconfidência, Alferes Tiradentes (da Polícia Militar de Minas Gerais), do Mérito do Poder Legislativo, de Honra Presidente Juscelino Kubitschek, Santos Dumont, Comenda da Liberdade e Cidadania, sendo cidadão honorário da cidade de Araçuaí. Dono de uma sensibilidade admirável, ele é um consagrado autor de livros voltados para a infância e publicou, dentre outras: “Bruxa quase Fada”, “Anjo da Terra”, “Bem feito... não deu no que deu”, “Vento da Pá-Virada”.

Luiz Carlos Abritta é mineiro, de Cataguases. Formado pela UFMG, foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Rio Piracicaba, Brumadinho, Itabira e Belo Horizonte. Foi Presidente da AMMP e, promovido a Procurador de Justiça integrou por várias vezes a Câmara de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público. Ex-Presidente da União Nacional de Trovadores; da Academia Municipal de Letras de Minas Gerais e do Tribunal de Ética da OAB/MG. Publicou as obras: “Pó...emas”, “Nada Vale a Pena”, “Discursos”, “A história do Movimento Modernista em Cataguases”, “Críticas Criticáveis”, “Tatá, Tati e Tininha”, “Sonho e Saudade”, “Aurora Plena”, “Um Homem Plural”, “Maria, Mãe de Jesus, e Nossa Mãe”. Recebeu inúmeros prêmios em concursos de contos, trovas e poemas em vários Estados do Brasil. Destaque-se, dentre outros, o de Mérito Cultural da União Brasileira de Trovadores, do RJ, em 1997, pelo conjunto de sua obra poética. Tem poemas de sua autoria publicados na França. (Paris – 2011 – *Ecrivains Contemporains du Minas Gerais*). É Presidente da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais e membro da Academia de Letras e Artes de Portugal.

Marcos Viola de Carvalho é mineiro, natural de Lambari. Adentrou no Ministério Público de Minas Gerais em 1975, exercendo suas atividades nas Comarcas de Monte Azul, Paracatu, Itaúna e Belo Horizonte. Foi Promovido a Procurador de Justiça em 1989. Na segunda instância do Ministério Público, foi Procurador-Geral de Justiça Adjunto, e por mais de uma vez integrou o Conselho Superior do Ministério Público e sua Câmara de Procuradores de Justiça. Possui vários trabalhos publicados na Revista JUS-Literária, da Associação Mineira do Ministério Público.

Mário Cavalheiro Lisboa é gaúcho, natural da cidade de Cachoeira do Sul e criou-se na cidade de Sobradinho. Ingressou no Ministério Público do Rio Grande do Sul em 1975 e aposentou-se em 2014. Em 1981 foi premiado com crônicas, no Prêmio Habitasul Correio do Povo Revelação Literária. Em 1992, publicou, pela Editora Movimento, o romance “*O Inspetor Valdão*”. Durante vinte e oito anos, publicou uma crônica em todos os exemplares do jornal “*Réplica*”, da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Publicou, outrossim, o livro *Festim Processual*.

Maurício Braga de Mendonça nasceu na cidade sul-mineira de Brazópolis, exercendo a Promotoria de Justiça nas Comarcas de Cristina, Barão de Cocais, Peçanha, Congonhas, Governador Valadares e Belo Horizonte. Homem culto e partícipe de atividades sócio-culturais, é membro do Lyons Clube em Belo Horizonte, da Academia Valadarense de Letras, da Academia Municipalista de Letras e da Academia Mineira do Leonismo. Escreveu “*Ministério dos Causos Públicos*”, publicou poemas na JUS-Literária e trabalhos em prosa em vários jornais, da capital e do interior. Colabora na Revista da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais desde o seu primeiro número.

Mônica Sofia Pinto Henriques da Silva é natural da cidade de Maputo, em Moçambique. Formou-se em Direito pela UFMG, e ingressou no Ministério Público de Minas Gerais através do Concurso de ingresso número XXXVI, entrando em exercício em 29 de setembro de 1998. Exerceu suas atividades funcionais inicialmente como Promotora de Justiça Substituta no Juizado Especial de Belo Horizonte. Posteriormente o fez nas Comarcas de Passa Tempo e Vespasiano, sendo hoje Promotora de Justiça de Belo Horizonte, onde foi Promotora do Tribunal do Júri e, hoje exerce suas funções na 2ª Promotoria de Família.

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo é mineiro, de João Monlevade, mas criado desde o nascimento até aos dezoito anos em Rio Piracicaba. É o caçula dos três filhos de Euclides da Silva Araújo Firmo (médico) e Maria Aparecida Oliveira Araújo Firmo (servidora pública municipal). É orgulhoso pai da universitária Marina de Castro Firmo. Graduiu-se em Direito pela PUC/MG em 1988. Em 1992 tomou posse como Juiz de Direito em Minas Gerais, tendo atuado nas comarcas de Janaúba, Manga, Perdões, Araçuaí, Governador Valadares, Belo Horizonte. Foi Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça na gestão do Des. Murilo José Pereira. Atuou como Juiz Auxiliar do STF junto ao Gabinete da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha. É professor universitário, mestre em Direito Constitucional pela FDUFG, e mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal. Ocupa a Cadeira 19 do IHGMG. Atualmente é desembargador do TJMG, na 7ª Câmara Cível.

Raquel Pacheco Ribeiro de Souza é natural de Belo Horizonte. Seguindo a tradição jurídica da família, ingressou no Ministério Público de Minas Gerais através do Concurso de Ingresso número XXVII e entrou em exercício em 08 de agosto de 1991. Seu avô, José Aloysio Ribeiro de Souza foi Juiz de Direito no Rio de Janeiro. Especialista em Filosofia do Direito, Coordenadora da Comissão de Legislação do Instituto Brasileiro de Direito de

Família – Seção de Minas Gerais. Tem poemas publicados em “Travessia”. “Escrever poesias nos ajudou a refletir sobre o que estava acontecendo e a dar forma à avalanche de sentimentos que nos arrastou por lugares desconhecidos”. Exerceu suas funções nas Comarcas de Rio Paranaíba, Pompéu, Abaeté, Patos de Minas e, hoje, é Promotora de Justiça em Belo Horizonte.

Sérgio Parreiras Abritta é mineiro, nasceu em Belo Horizonte e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Adentrou no Ministério Público de Minas Gerais em 1984 e foi Promotor de Justiça em Cláudio, Lajinha, Peçanha, Rio Casca, Patos de Minas e Belo Horizonte. Em 1994 foi promovido a Procurador de justiça, compondo a Câmara de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior por várias vezes. Dramaturgo, várias vezes premiado em concursos literários de âmbito nacional, muitas de suas peças foram levadas aos mais variados palco de teatros do Brasil, e, inclusive do exterior.

Sérgio Soares da Silveira é fluminense, natural da cidade de Barra Mansa. RJ. Formado em Direito pela Faculdade hoje Universidade de Barra Mansa (UBM) ingressou no serviço público, mediante concurso, como Auxiliar Judiciário da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tendo, posteriormente, e também por concurso público, assumido o cargo de Técnico Judiciário. Em 03 de junho de 2002, ingressou no Ministério Público de Minas como Promotor de Justiça, exercendo suas atividades, como titular, nas comarcas de Itambacuri, Caratinga e Leopoldina. Em Leopoldina instaurou e presidiu inquérito civil que culminou na regularização do tombamento e transformação em museu do imóvel onde residiu o poeta paraibano Augusto dos Anjos.

Shirley Machado de Oliveira é natural de Franca, São Paulo. cursou o ensino fundamental e médio em Ibiraci/MG, e graduou-se na Faculdade de Direito de Franca/SP. É pós-graduada

em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos/SP. Atuou como Oficial do Ministério Público de 1999 a 2010 e Analista do Ministério Público de 2010 a 2016. Ingressou na carreira do Ministério Público de Minas Gerais através do LIV Concurso, entrando em exercício em 21 de junho de 2016. Como Promotora de Justiça Substituta exerceu suas funções na Comarca de São João da Ponte e, posteriormente, foi efetivada na Comarca de Turmalina, onde hoje se encontra. Está cursando MBA em Gestão de Projetos pela FGV. Publicou poesias no caderno Nossas Letras, do Jornal Diário da Franca/SP. Integrou o grupo "Amigos da Poesia", em Ibiraci/MG. O grupo publicou o livro "Ibiraci de tantos encantos".

IX

*Integrantes e Patronos da Academia de Letras
do Ministério Público de Minas Gerais*

Patronos

Afonso Arinos de Melo Franco
 Alberto Pontes
 Alphonsus de Guimarães
 Alfredo Carneiro Viriato Catão
 Alfredo Cardoso Guimarães
 Aníbal Machado
 Antônio Augusto de Lima
 Antônio Carlos Ribeiro de Andrada
 Antônio Carlos de Souza Leite
 Antônio Francisco Bias Fortes
 Ariovaldo Alves de Figueiredo
 Carlos Coimbra da Luz
 Francisco José Lins do Rego Santos
 Francisco Pascoal de Araújo
 Geraldo Freire
 Iracema Tavares Nardi
 Joaquim Cabral
 José Campomizzi Filho
 José Lins do Rego
 Jose Pinto Coelho (Dr. Zeto)
 José Valeriano Rodrigues
 Laércio Rodrigues
 Leontino de Melo Chaves
 Luis Prudente Silva
 Nelson Hungria
 Ozanan Levindo Coelho
 Pedro Rola Sobrinho
 Raul Soares de Moura

Acadêmicos

Abelardo Teixeira Nunes
Vago
 Gilberto Osório Resende
 Bergson Cardoso Guimarães
Vago
 Sérgio Parreiras Abritta
 Sérgio Soares da Silveira
 Luiz Alberto de Almeida Magalhães
 Bertoldo Mateus de Oliveira Filho
Vago
 Sylvio Fausto de Oliveira
Vago
 Selma Maria Ribeiro de Araújo
 Marcos Paulo de Souza Miranda
 Octávio Augusto Martins Lopes
 Shirley Machado de Oliveira
 Joaquim Cabral Netto
 Antônio Lopes Neto
 Élide de Freitas Resende
Vago
 Luiz Carlos Abritta
Vago
 Antônio Francisco Patente
 Antônio Aurélio Santos
 Maria Odete Souto Pereira
 Duarte Bernardo Gomes
Vago
 Mônica Sofia Pinto Henriques da Silva

Rodrigo José Ferreira Bretas
Tancredo de Almeida Neves
Wenceslau Brás Pereira Gomes

Raquel Pacheco Rodrigues Souza
Danielle de Guimarães Germano Arlé
Maurício Braga de Mendonça

Esta obra foi composta na fonte Corbel corpo 11,5 e títulos em Vivaldi corpo 21,
impressa em papel pólen bold 90g (miolo) e Supremo 250g (capa)
pela Gráfica e Editora O Lutador, em Belo Horizonte, MG.

NESTA EDIÇÃO

PEÇAS MINISTERIAIS E NOTAS JUDICIAIS HISTÓRICAS

Um Promotor de Condenação
Legislação Mineira de 1838

O caso do cavalo “Melado”
Juiz Osvaldo Oliveira Araújo
Firmo

POEMAS

Só eu e você
A Reinvenção do Mundo
Amauri Artimos da Mata

Espírito Mundano? Desperdício!
Longínquas Freguesias
Vontade Socorrida por Deus
Retrato de uma época no Vale do
Jaguaribe, Tudo em Preto e Branco
Vocações Sacerdotais no Suor do
Sertão
Antônio Lopes Neto

Una y mil veces
Moldeando sonidos
Amarcord
Mi tierra
José Luiz Montti

Berenice
Tempo
Os mortos
Memórias
Parlenda de amor
Mônica Safia Henriques
da Silva

Viagem
Ausência
Mistérios
Raquel Pacheco Ribeiro de Souza

Lara
Um reflexo atemporal
Sérgio Soares da Silveira

Flor em ser
Shirley Machado de Oliveira

CONTOS, CRÔNICAS E “CAUSOS”

Carro de Mulher
Final de Ano
Danielle de Guimarães Germano
Arlé

O Lombrosiano
José Raimundo Gomes da Cruz

Que medo que nada
Vovô Firmino
Luiz Alberto de Almeida
Magalhães

Presença do Entalhador José
Coelho de Noronha em Madre de
Deus de Minas
Apontamentos para a História do
Registro do Paraibuna
Tancredo Neves em Andrelândia:
O “Causo” do Barbeiro
Marcos Paulo de Souza Miranda

Marido e Mulher (Após 40 anos de
casados)
Homenagem ao Leal, nos 60 anos
da fundação da AMMP
Marcos Viola de Carvalho

Criadores de Cavalo Crioulo
Convite
Mário Cavalheiro Lisboa

Um Orfeu na Praça dos Profetas
De Brazópolis para o mundo
Maurício Braga de Mendonça

DEPOIMENTOS DE VIDA
Dirigindo uma Penitenciária
Joquim Cabral Netto

CRÍTICAS E COMENTÁRIOS LITERÁRIOS

This Island's Mine - Ressonâncias
do teatro épico e pós-moderno na
obra de Philip Osment
Sérgio Parreiras Abritta

Em que consiste o conto, como
gênero literário?
José Raimundo Gomes da Cruz

ENSAIOS

O totalitarismo na ótica de
Hannah Arendt
Duarte Bernardo Gomes

PATRONOS DAS CADEIRAS HOMENAGEADOS

José Valeriano Rodrigues
Luiz Carlos Abritta

ISSN 2446-8177

